



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 2

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 1966

SENADO FEDERAL

Reuniões preparatórias da 4ª Sessão legislativa ordinária da 5ª Legislatura

Faço saber que, de acordo com o disposto no art. 2º, alínea "d" do Regimento Interno, as reuniões preparatórias da 4ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura, no Senado Federal, terão início no dia 24 de fevereiro de 1966, às 14 horas e 30 minutos.

Na primeira reunião dever-se-á eleger o Presidente e na segunda os demais membros da Mesa.

Senado Federal, 10 de dezembro de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

ATA DA 2ª SESSÃO, EM 3 DE FEVEREIRO DE 1966

4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 30 minutos
Estavam-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Edmundo Levi
Joaquim Parente
José Cândido
Menezes Pimentel
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Manoel Villaça
Argemiro de Figueiredo
Ermírio de Moraes
Silvestre Pérciles
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Aarão Steinbruch
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Moura Andrade
José Feliciano
Nelson Maculan
Antônio Carlos

Guido Mondin
Daniel Krieger
Gay da Fonseca

(30)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º-Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, como segue:

MENSAGEM

Nº 1, de 1966

(Nº 3, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal

De acordo com o preceito constitucional, e nos termos dos arts. 22 e 24 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Senhor Luiz de Almeida Nogueira Porto, ocupante do cargo de Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Popular da Bulgária.

2. Os méritos do Senhor Luiz de Almeida Nogueira Porto, que me induziram a escolhê-lo para o desem-

penho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 2 de fevereiro de 1966.
— H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Nascido em São Paulo, Estado de São Paulo, em 8 de novembro de 1908.

2. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores como Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em maio de 1942; promovido a Segundo Secretário, por merecimento, em setembro de 1947; promovido a Primeiro Secretário, por merecimento, em janeiro de 1954; Conselheiro em junho de 1961; promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em abril de 1964.

3. Durante sua carreira desempenhou as funções seguintes: Cônsul de Terceira Classe em Nápoles, de agosto de 1944 a dezembro do mesmo ano; Segundo Secretário em Atenas, de outubro de 1947 a abril de 1948; Cônsul Adjunto em Barcelona, de abril de 1948 a maio de 1950; Primeiro Secretário em Tóquio, de agosto de 1955 a agosto de 1958; Primeiro Secretário em Buenos Aires, de novembro de 1958 a abril de 1961; Conselheiro em Moscou, de março de 1962 a agosto do mesmo ano; Encarregado de Negócios em Sófia de fevereiro de 1963 a dezembro do mesmo ano; Encarregado de Negócios em Belgrado, de dezembro de 1963 a março de 1964; Primeiro Secretário na Legação do Brasil em Sófia, de dezembro de 1963 a abril de 1964, época em que foi removido para a Secretaria de Estado.

4. Além dessas funções, exerceu o Ministro Luiz de Almeida Nogueira Porto as seguintes missões e comissões: Membro da Comissão Preparatória das comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, em março de 1944; Secretário da Missão Militar Brasileira junto ao Conselho Aliado de Controle da Alemanha, em julho de 1946; Assessor da Delegação do Brasil à Comissão de Inquérito Balcânico da ONU, na Grécia, de fevereiro a maio de 1947; Delegado as-

essor da Delegação Brasileira à Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs, de novembro de 1947 a janeiro de 1948; Secretário da Comissão Nacional de Assistência Técnica, em janeiro de 1951; Membro da Comissão Nacional de Assistência Técnica de maio de 1952 a julho de 1954; Auxiliar de Gabinete do Secretário-Geral, substituto, em outubro de 1953; Chefe do Setor de Informações da Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia dos países Membros da Organização dos Estados Americanos, em Petrópolis, em novembro de 1954; Membro do Grupo de Trabalho para a África, em março de 1961; designado Secretário-Geral Adjunto para assuntos da Europa Oriental em abril de 1964; Vice-Presidente do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental, em agosto de 1964; Presidente da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Hungria, em abril de 1965; Presidente da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, em abril de 1965; Presidente da Seção Brasileira das Comissões Mistas Brasil-Tchecoslováquia, Brasil-Polônia, Brasil-Bulgária, Brasil-União Soviética e Brasil-Romênia, em abril do ano em curso; Chefe da Delegação para constituir a Seção Brasileira das Comissões Mistas Brasil-Iugoslávia e Brasil-União Soviética que ora se reúnem em Belgrado em Moscou.

5. Verifica-se dos assentamentos pessoais do Ministro Luiz de Almeida Nogueira Porto que:

a) nada consta deles que o desabone;

b) foi ele diversas vezes elogiado pelo desempenho dado às missões e comissões que lhe foram cometidas;

c) é casado com a Senhora Zorayma de Almeida Rodrigues Nogueira Porto.

6. O Ministro Luiz de Almeida Nogueira Porto é indicado para exercer a função de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Popular da Bulgária.

Secretaria de Estado, em 3 de dezembro de 1965. — Jorge A. de Seixas Corrêa, Chefe da Divisão do Pessoal.

COMUNICAÇÕES DE POSSE

— do Ministro do Trabalho e Previdência Social, Senhor Walter Peracchi Barcelos (aviso nº 3.133, de 13 de dezembro de 1965);

— do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Senhores Desembargadores Epaminondas Amaral, Dermeval Lirio e Alfredo Cabral (ofício nº 778, de 4-11-65).

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — do Ministro da Saúde:

Aviso nº Br. 2, de 24 de janeiro de 1966, com referência ao Requerimento nº 751 de 1965, do Senhor Senador Vasconcellos Torres;

II — do Ministro Extraordinário para os assuntos do Gabinete Civil:

Aviso nº 18/SAP/66, de 27 de janeiro de 1966, com referência ao Requerimento nº 765 de 1965, do Senhor Senador Vasconcellos Torres.

Ofício nº 1.500, de 18 de dezembro de 1965, do Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União:

Comunica haver aquela Corte, em sessão de 16 do mesmo mês, ordenado o registro e a distribuição ao Tesouro Nacional do crédito suplementar de Cr\$ 2.415.240, aberto pela Lei nº 4.885, em favor do Senado Federal.

OFÍCIOS

Nºs 3.704 a 3.710, do Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO
DE LEI DA CÂMARA

Nº 1, de 1966

(Nº 2.426-B/60, NA ORIGEM)

Autoriza a abertura de créditos especiais que discrimina, no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte cruzeros e cinquenta centavos).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Ministérios e Órgãos indicados, créditos especiais no total de Cr\$ 6.282.077.127,50 (seis bilhões duzentos e oitenta e dois milhões setenta e sete mil cento e vinte e sete cruzeros e cinquenta centavos), discriminados nos Anexos que fazem parte integrante da presente Lei:

	Cr\$	Cr\$
Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica		
Para atender despesas diversas conforme quadro anexo		802.800,00
Ministério da Educação e Cultura		
Para atender despesas diversas conforme quadros anexos	454.899.683,50	
Para atender à regularização de despesas realizadas conforme quadros anexos	519.613.974,70	974.313.638,50
Ministério da Fazenda		
Para atender despesas diversas conforme quadros anexos	104.700,00	
Para atender despesas com fins especiais, conforme quadros anexos	1.049.017.586,30	
Para atender à regularização de despesas realizadas conforme quadros anexos	3.452.891.862,50	3.502.714.148,70
Ministério da Guerra		
Para atender despesas com fins especiais, conforme quadros anexos		82.621.796,70

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 56,	Semestre	Cr\$ 39,
Ano	Cr\$ 96	Ano	Cr\$ 78,
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,	Ano	Cr\$ 108,

FUNCIONARIOS

— Excecionadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Ministério da Marinha

Para atender à regularização de despesas realizadas, conforme quadro anexo

618.198.033,70

Ministério da Saúde

Para atender despesas diversas conforme quadro anexo

1.633.733,80

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Para atender despesas diversas conforme quadros anexos

119.306.124,80

Para atender despesas com fins especiais, conforme quadros anexos

952.516.826,30 1.071.822.951,10

6.282.077.127,50

Art. 2º Serão automaticamente registrados e distribuídos ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas, os créditos de que trata o art. 1º desta Lei, para atender à regularização de despesas realizadas ou para atender despesas com fins especiais, conforme indicações constantes dos quadros anexos a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

4.06 - CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Para atender despesas diversas

1) Para atender ao pagamento relativo ao mês de dezembro de 1959, aos Engenheiros Lauro Ferraz Sampaio, Paulo Ferreira de Souza Filho, Merdant Jehn Moreira Fischer, Alcino Viana de Aguiar, Reinaldo Rodrigues de Carvalho, Mario Jose Ferreira Pinto Milward, Jose Maria Gomes e Darcy Fenaio Vil-laça, referente a gratificação pela execução de trabalho especial com risco de vida e saúde, nos termos do art. 145, item VI, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Proc. 239.678/60-MF)	CR\$	45.200,00
2) Para atender ao pagamento da gratificação pela execução de trabalho especial com risco de vida e saúde nos termos do art. 145, item VI da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, durante o exercício de 1960, aos servidores indicados no item 1 e ao Engenheiro Hernani do Paço Mattoso Maia, referente ao quarto trimestre de 1960 (proc. 239.678/60-MF)		757.600,00
		802.800,00

4.13 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Para atender despesas diversas

Cr\$

Para atender ao pagamento de pensionistas da Universidade do Paraná, no exercício de 1957 (Lei nº 3.130/57)

Proc. M.E.C.	102.880/57	Branca Simas	40.000,00
"	"	idem	40.000,00
"	"	"	40.000,00
"	"	Ondina Soares Gomes	40.000,00
"	"	Jose Carlos Caldas Silveira da Mota	40.000,00
"	"	Ormuzd Reis Vieira Cavalcanti	40.000,00
"	"	Lydia Lacerda Carneiro	40.000,00
"	"	Josepha do Amaral Ferreira	40.000,00
"	"	Halina Kossobudski	40.000,00
"	"	Myriam da Costa Straube	40.000,00
"	"	Carmen Alvarez Vieira	40.000,00
"	"	Ines Colle Munhoz	40.000,00
"	"	Anna Messias Pacheco do Amaral	40.000,00
"	"	Olga Batista Baviagua	40.000,00
"	"	Maria Beiguelman	40.000,00
"	"	Gabriela de Miranda Carrão	40.000,00
"	"	Nicia Correia de Loyola e Silva	40.000,00
"	"	Luiza Ferenos	40.000,00
"	"	Maria Rosa Miranda Franco	40.000,00
"	"	Rosa Azevedo Goulin	40.000,00
"	"	Elisa Almeida Ferreira do Amaral	40.000,00
"	"	Laura Beltrão Perretta	40.000,00
"	"	Stella Missino Guerios	40.000,00
"	"	Carmen Eriksen Carneiro	40.000,00
"	"	Maria Rosa Mader Gonçalves	40.000,00
"	"	Equidônia de Saboya Ribeiro	40.000,00
"	"	Olga de Araujo Espindola e Anna Espindola	40.000,00
"	"	Celmira Pessoa da Cruz Marques	40.000,00
"	"	Anna de Macedo Portugal	40.000,00
"	"	Lucia Pereira de Lemos	40.000,00
"	"	Sara Soares Hintz	40.000,00
"	"	Elcina Miro e Ina Miro	40.000,00
"	"	Aida Teixeira de Freitas.	40.000,00
"	"	Irene Augusta Teixeira de Freitas e Cecília	
"	"	Mathilde Teixeira de Freitas	40.000,00
"	"	Maria Amélia Ferreira Xavier	40.000,00
"	"	Francisca Adelaide de Macedo	40.000,00
"	"	Sarah Lopes Luz	40.000,00
"	"	Francisca Carvalho de Oliveira Barcellos	40.000,00
"	"	Elvira Davide Macedo da Costa	40.000,00
"	"	Leonor Mota Moreira Garcez	40.000,00
"	"	Rosinha Niepce da Silva	40.000,00
"	"	Lucia Miro Ericksen	40.000,00
"	"	Maria Angela Franco da Costa	40.000,00
"	"	Palмира Ribas Virgolino Brasil	40.000,00
"	"	Maria Stella de Macedo Pinheiro Lima	40.000,00
"	"	Cecília Mesquita de Oliveira	2.000,00
			40.000,00

1.722.000,00

2) Para atender a salário-família de exercícios anteriores a que tem direito os servidores abaixo:

Proc. M.E.C.	59.405/44	Lauro Solero - Assistente de Ensino, referên - cia XXIII da Faculdade Nacional de Medicina - período de 1949 a 1952	2.100,00	
Proc. M.E.C.	91.520/44	José Alves da Silva - Inspetor, ref.XV, da Diretoria do Ensino Superior - período: 1957 a 1958	6.000,00	
"	"	72.119/45	Joaquim Theodoro da Silva - Auxiliar de Portaria, classe "J", da Escola Nacional de Belas Artes - período: 1953	3.600,00
"	"	16.466/46	Benedito José de Magalhães, Artífice, ref. 20 - da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - período: dezembro de 1952	150,00

"	"	12.046/47	Leopoldo de Castro Moreira, Assistente do Ensino, ref. XIX, da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil - período: 1953 e 1954	3.600,00
"	"	47.102/47	Maria Hermínia Lins d. Rosa, Otiticista - Inspetora do Ensino Secundário, ref. 29 período: 1947 a 1952	7.550,00
"	"	82.530/47	Luís Carlos Viana - Assistente de Ensino, ref. 27, da Faculdade Nacional de Odontologia - período: 1953 e 1954	3.600,00
"	"	84.378/47	Walter Valadão de Sousa, Instrutor de Educação Física, ref. 25, do Curso Técnico de Mineração e Metalurgia - período: dezembro de 1952 e setembro a dezembro de 1958	1.150,00
"	"	25.031/48	Conceição Rodrigues Cerqueira - Atendente classe D, da Universidade do Brasil - período 1953 e 1954	3.600,00
"	"	82.027/48	Halley Alves Bessa - Inspetor do Ensino Secundário, ref. 25 - período: 1957	12.000,00
"	"	42.850/49	Nelson do Brasil Gomes - ex-servidor do Serviço de Águas e Esgotos - período: julho a dezembro de 1958	1.500,00
"	"	50.242/49	Manoel Félix Barbosa - Guarda Sanitário - classe D - períodos: junho a dezembro de 1953 e janeiro a dezembro de 1957	4.050,00
"	"	88.396/49	Antonio Joaquim da Silva - ex-servente do Pavilhão S. Miguel (Clínica Médica) - período: setembro de 1957 a dezembro de 1958	19.250,00
"	"	92.417/49	Orlando de Maria - Professor padrão K, da Escola Técnica Nacional - período: 1953 e 1954	3.600,00
"	"	96.582/49	Ary Gomes da Silva - servente, ref. 18 da Biblioteca Nacional - período: 1953	1.800,00
"	"	56.140/50	Alfrísio Carlos Trindade - servente classe E, do Museu Histórico Nacional - período: 1953 e 1957	3.150,00
"	"	64.006/50	Gilberto Pinto Attias - Of. Administrativo, classe H, período: de junho a dezembro de 1953 e de janeiro a dezembro de 1957	4.050,00
"	"	23.142/52	João Sanches Teixeira - ex-servente, classe B do Museu Nacional de Belas Artes - período: de fevereiro a dezembro de 1953 e de janeiro a dezembro de 1957	4.650,00
"	"	32.980/51	Daniel Smith - Of. Administrativo, classe H, do Museu Nacional - período: dezembro de 1957	750,00
Proc. M.E.C.	"	34.694/51	Haroldo de Sousa Mattos - servente, classe E, do Museu Nacional de Belas Artes - período: 1957	3.000,00
"	"	45.521/51	Germano Bonow Filho - Inspetor do Ensino Comercial, ref. 25 - período: 1953	1.800,00
"	"	60.937/52	Marcelino Gomes de Sena - Porteiro, ref. IX, do Conselho Nacional de Educação: período: de abril a dezembro de 1953 e de janeiro a dezembro de 1957	4.350,00
"	"	76.796/51	Joaquim Vellasquez - ex-Servente, classe G, da Universidade do Brasil - período: de março a dezembro de 1953 e de janeiro a dezembro de 1954	4.500,00
"	"	82.936/51	Rubens Ferreira - Instrutor, ref. 23 da Universidade do Brasil - período: abril a dezembro de 1954 e janeiro a dezembro de 1958	8.200,00
"	"	96.592/51	Custódio Camilo Dantas - ex-Trabalhador, classe E - período: 1953	9.000,00
"	"	61.144/52	Fantina Araripe Cavalcante - Inspetora do Ensino Secundário, ref. 25 - período: de outubro de 1950 a dezembro de 1951	750,00
"	"	92.838/52	Isaac Vilela de Paiva - Professor, padrão K, da Escola Técnica de Goiânia - período: março a dezembro de 1953	1.500,00
"	"	96.406/52	Claudino Francisco de Freitas - Servente, classe C - período: 1957	9.500,00
"	"	96.760/52	Clarindo Nery Gomes - Bibliotecário Auxiliar da Universidade do Brasil - período: de novembro a dezembro de 1953 e exercício de 1957	3.300,00
"	"	26.866/53	Neilson de Sousa Oliveira - Professor Cate drático, padrão O, da Universidade da Bahia - período: exercício de 1952	1.550,00
"	"	37.237/53	Alvanito dos Santos - Servente, classe E do Serviço de Transportes - período: 1953 e 1954	4.200,00
"	"	101.465/53	Manoel Ignácio de Mendonça Filho - Professor Cate drático, padrão O, da Universidade da Bahia - período: dezembro de 1950 a dezembro de 1951	4.200,00

	101.466/53	Otacílio Lopes da Guia - Servente, ref. 19, da Universidade da Bahia - período: 1952	1.400,00
	101.467/53	Orlando Gomes dos Santos - Professor Catedrático, padrão O, da Universidade da Bahia - período: dezembro de 1950 a dezembro de 1952	5.400,00
	102.181/53	Luiz de Moura Bastos - Professor Catedrático, padrão O, da Universidade da Bahia - período: dezembro de 1950 a dezembro de 1952	4.050,00
	102.477/53	Carmen Sylvia Spínola Torres da Silva - Escrevente-dactilógrafa, ref. 16 - Universidade da Bahia - período: exercício de 1952	700,00
	103.396/53	Flaviano Alves - Guarda, ref. 16 da Universidade da Bahia - período: dezembro de 1950 a dezembro de 1952	4.200,00
	103.398/53	Jangyr do Amaral Mucacini - Escrevente-dactilógrafo, ref. 16, da Universidade da Bahia - período: setembro a dezembro de 1952	300,00
Proc. M.E.C.	103.400/53	Cristiano Alberto Muller, Professor Catedrático, padrão O, da Universidade da Bahia - período: dezembro de 1950 a dezembro de 1952	2.750,00
	103.401/53	Helio Gomes Simões - Professor Catedrático, padrão O, da Universidade da Bahia - período: dezembro de 1950 a dezembro de 1952	4.200,00
	103.407/53	Fredérico Simas Saraiva - Professor Catedrático, padrão O, da Universidade da Bahia - período: dezembro de 1950 a dezembro de 1952	350,00
	117.688/53	Newton Nogueira Brando - Inspetor Federal do Ensino Secundário - ref. 25 - período: 1953	4.350,00
	119.457/53	Helio de Oliveira Fernandes - Assistente do Ensino, ref. 27, da Universidade do Brasil - período: setembro a dezembro de 1953	600,00
	73.694/55	Cândido Alberto Pereira - Assistente de Física - padrão K, da Escola Nacional de Engenharia - período: 1953	7.200,00
	28.238/56	Amílcar Carvalho da Silva - Técnico Especializado, ref. 27, da Universidade do Brasil - período: de outubro a dezembro de 1954	450,00
	28.545/56	Eduardo Bartlett Gomes, Inspetor do Ensino Secundário, ref. 25 - período: 1953	1.800,00
	80.016/56	Luiz Siqueira Carneiro - Assistente de Ensino, ref. 27 da Universidade do Recife - período: 1952 a 1955	25.900,00
	82.622/56	Oswaldo Jose dos Santos - Servente do Colégio Pedro II - Externato - período: agosto a dezembro de 1958	1.250,00
	97.805/56	Christovão Pereira da Silva - Servente, ref. 18, da Universidade do Brasil - período: exercício de 1953	1.800,00
	117.387/56	Brasílio da Cunha Luz - Professor, ref. 28, do Conservatório de Canto Orfeônico - período: exercício de 1953	1.800,00
	127.212/56	Arthur Alves de Passos Salles - Médico, ref. 27, da Universidade do Brasil - período: agosto de 1953 a dezembro de 1954	7.200,00
	131.380/56	Mansueto Dal Pai - Inspetor do Ensino Comercial, ref. 25 - período: 1953	1.800,00
	135.121/56	Emídio Moreira da Silva - ex-motorista, classe D, período: 1953	3.600,00
	1.142/57	Vicente Sobrinho Porto - Assistente de Ensino, ref. 27, do Colégio Pedro II - Externato - período: setembro a dezembro de 1953	600,00
	15.141/57	Tarcysio Fernandez de Albuquerque - Operador de Audio, do Serviço de Radiodifusão Educativa - período: de fevereiro de 1953 a dezembro de 1954	6.750,00
	1.685/57	Heraldo Alves Pedrosa - Inspetor do Ensino Secundário, ref. 25 - período: dezembro de 1952 a dezembro de 1954	4.550,00
	29.285-A/57	Jonete Gomes Passos - Enfermeira da Seção de Assistência Social - período: agosto a dezembro de 1957	1.250,00
	48.561/57	Alcides Figueiredo da Silva Jardim - Professor Catedrático, padrão O - Universidade do Brasil - período: 1953 e 1954	11.250,00
	48.563/57	João Cláudio - Inspetor de Alunos, classe I, da Universidade do Brasil - período: 1953 e 1954	3.600,00
Proc. M.E.C.	90.282/57	Caetano Perna - Servente diarista da Universidade do Brasil - período: 1953	1.800,00
	61.161/57	Clovis Carvalho Pereira - Almozarife, padrão O, da Universidade do Ceará - período: 1956	2.000,00
	71.834/57	Lúcia Contardo da Fonseca - Técnica de Educação, classe K, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - período: setembro a dezembro de 1957	1.600,00
	81.677/57	Mário Antunes Maciel Ramos - Inspetor do Ensino Secundário - ref. 25 - período: maio de 1952 a dezembro de 1954	4.100,00
	96.398/57	Paulo Vieira Marques - Inspetor do Ensino Secundário - período: 1953	1.800,00

115.896/57	Amaro Manoel de Souza - Trabalhador, ref. 19, da Divisão de Obras - período: agosto a dezembro de 1957	1.250,00
131.518/57	Victor Alberto dos Reis Lopes - Servente, ref. 18, da Divisão do Pessoal - período: 1953	3.600,00
133.669/57	Sebastião Amaro da Silva - Trabalhador - classe D, do Museu Nacional (Universidade do Brasil) - período: 1953 e 1954	10.800,00
135.261/57	Clea Pousa Coutinho - Escrevente-datilógrafa, ref. XII, do Colégio Pedro II - Externato - período: outubro e novembro de 1957	1.300,00
137.471/57	Aureliano Isaac dos Reis - ex-Almoxarife da Universidade do Brasil - período: 1953 e 1954	3.600,00
137.472/57	Theodoro Servo - ex-Artífice, ref. VIII do Serviço de Transportes - período: 1953	1.800,00
1.777/58	Manoel Baptista dos Santos - ex-Servidor do Ministério da Educação e Cultura - período: 1953 e 1957	4.800,00
10.787/58	Bernardino Carlioca - ex-Bibliotecário-Auxiliar da Biblioteca Nacional - período: 1953 e 1957	4.800,00
10.884/58	Jose Maria Lobato - Inspetor do Ensino Secundário - ref. 25 - período: 1953	4.650,00
14.783/58	Jorge Mendes Duarte - Vigia da Divisão de Educação extra escolar - período: 1957	3.000,00
19.431/58	Jose Alcuiens Velloso - ex-atendente do Ministério da Educação e Cultura - período: 1953 e 1957	4.500,00
20.824/58	Jose Alexandrino da Silva - Ex-Guarda, ref. VIII - período: fevereiro a dezembro de 1953 e exercício de 1957	4.650,00
20.407/58	Humberto Gondim de Abreu - Oficial Administrativo, classe K, da Universidade do Ceará - período: fevereiro a dezembro de 1956	2.750,00
27.507/58	Jose das Chagas Barros - ex-Servidor do Ministério da Educação e Cultura - março a dezembro de 1953 e janeiro a dezembro de 1957	4.500,00
31.204/58	Albino Pereira da Costa - ex-Servidor do Ministério da Educação e Cultura - período: 1957 e 1958	12.000,00
34.312/58	Ary de Siqueira Costa - ex-servidor da Escola Nacional de Belas Artes - período de 1953 e 1957	4.800,00
34.409/58	Augusto Guilherme Meschick - Professor do Colégio Pedro II - Internato - período: março a dezembro de 1953 e janeiro a dezembro de 1957	4.500,00
35.093/58	João Paulo Rieper - Assistente, referência 27, da Universidade do Brasil - período: 1953	1.650,00
37.852/58	João Garcia das Candeias - Servidor do Ministério da Educação e Cultura - período: março a dezembro de 1953 e janeiro a dezembro de 1957	4.500,00
39.578/58	Luiz Cândido Paranhos de Macedo - Professor do Colégio Pedro II - Internato - período: abril a dezembro de 1953 e janeiro a dezembro de 1957	4.350,00
42.985/58	Mario de Souza Aguiar - ex-Atendente, classe F - período: de abril a dezembro de 1953 e de janeiro a dezembro de 1957	4.350,00
54.512/58	Agenor Jose da Costa - ex-Servidor da Universidade do Brasil - período: exercício de 1957	3.000,00
64.065/58	Manoel de Azevedo Rocha - ex-Mestre, ref. VIII, do Instituto Nacional de Educação de Surdos - período: 1957	3.000,00
64.067/58	Manoel Gomes Marques - ex-Servidor do Ministério da Educação e Cultura - período: maio a dezembro de 1953 e 1957	4.350,00
64.486/58	Luiz dos Santos - Servente, ref. 17, da Universidade da Bahia - período: abril a dezembro de 1952	950,00
64.913/58	Luiz Gomes da Costa - Professor, padrão K, da Escola Técnica Nacional - período: julho a dezembro de 1957	4.500,00
70.661/58	Aristides Guimarães Netto - Engenheiro, classe K, da Divisão de Obras - período: exercício de 1957	3.250,00
72.886/58	Adelaide das Mercês Soares Pereira - Professora, ref. 26, da Escola Técnica Nacional - período: junho a dezembro de 1957	1.750,00
72.220/58	Jaci de Oliveira Pinto - ex-Servidor deste Ministério - período: de junho a dezembro de 1953 e janeiro a dezembro de 1957	4.050,00
77.034/58	Antonio de Oliveira Filho - ex-Servidor do Instituto Nacional de Música (U.B.) - período de fevereiro a dezembro de 1953 e de janeiro a dezembro de 1957	4.650,00
77.158/58	Maximiro Nogueira de Medeiros - Servidor da Campanha Nacional de Educação Rural - período: de novembro a dezembro de 1957	1.500,00
77.159/58	Antonio André de Castro Filho - Servidor da Campanha Nacional de Educação Rural - período: dezembro de 1957	900,00

	80.198/58	Manoel Vaz Costa - Agrônomo da Campanha Nacional de Educação Rural do Departamento Nacional de Educação - período: de janeiro a dezembro de 1957	9.000,00
	80.286/58	Reinoldo Martins Lopes de Sá - Servente deste Ministério - período: de janeiro de 1957 a dezembro de 1958	6.000,00
	80.724/58	Euripedes Mendes do Nascimento - Auxiliar Administrativo da Campanha Nacional de Merenda Escolar - período: 1957	6.000,00
	81.933/58	Jose Galba Araújo - Professor Catedrático-Interino, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará - período: de 1954 a 1956	29.700,00
	81.934/58	Jose Bernardes da Silva - Técnico de Laboratório, padrão I, da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará - período: de agosto a dezembro de 1956	1.250,00
Proc. M.E.C.	82.031/58	Expedito Rodrigues Inácio - Laboratorista, ref. 20, da T.N.O. da Universidade do Brasil, em exercício no Instituto de Psiquiatria - período: 1954	1.350,00
	82.123/58	Geraldo Rodrigues do Amaral - Motorista do Curso Regional de Treinamento da Campanha Nacional de Educação Rural do Departamento Nacional de Educação - período: de janeiro a dezembro de 1957	21.000,00
	83.948/58	Gerardo Pereira Rebouças - Trabalhador, ref. 17 - da Escola de Agronomia da Universidade do Ceará - período: 1956	2.250,00
	92.433/58	Lourival Diniz Gonçalves - Aux. Administrativo da antiga Verba 3 da Campanha Nacional de Educação Rural - período: 1957	4.500,00
	93.452/58	Jose Carvalho Baptista - Médico da antiga Verba 3 da Campanha Nacional de Educação Rural do D.N.E. - período: novembro de 1957	1.250,00
	93.453/58	Araken Kuhn de Freitas - Médico da Missão Rural Baixo Itapecuru da antiga Verba 3 da Campanha Nacional de Educação Rural do D.N.E. - período: de janeiro a dezembro de 1957	3.000,00
	93.454/58	Otávio Menezes da Fonseca - Médico da antiga Verba 3 da Campanha Nacional de Educação Rural do D.N.E. - período: 1957	5.250,00
	93.456/58	Antonio Borba Bastos - Mestre Especializado da antiga Verba 3, da Campanha Nacional de Educação Rural do D.N.E. - período: de janeiro a dezembro de 1957	9.000,00
	93.745/58	Pedro Monteiro de Brito - Porteiro, ref. 20 - T.N.E.M. da Faculdade de Medicina - período: de dezembro de 1954 a dezembro de 1955	9.900,00
	93.746/58	Jose Caminha Alencar Araripe - Aux. Administrativo, ref. 24, da Universidade do Ceará - período: de março a dezembro de 1955	10.500,00
	98.407/58	Jonas Barbosa Martins - Médico da Verba 3 do S.S.E.C. do Ministério da Educação e Cultura - período: de janeiro a dezembro de 1957	18.000,00
	106.706/58	Jose de Oliveira Coelho - Professor - padrão J, da Diretoria de Ensino Industrial - período: de outubro a dezembro de 1957	750,00
	113.461/58	Lia Galdo Fomn Damasio - Colaboradora da Biblioteca Nacional - período: 1957	3.000,00
	119.311/58	Manuel Bagrichowsky - Professor, padrão K, da Escola Técnica Nacional - período: de junho a dezembro de 1957	5.250,00
	120.509/58	Helcio Herbert Moreira da Silva - Discotecário - Verba 3 - do Serviço de Radiodifusão Educativa - período: 1957	6.750,00
	120.510/58	Jefferson Duarte - Operador da Verba 3, do Serviço de Radiodifusão Educativa - período: de novembro a dezembro de 1953 e janeiro a dezembro de 1957	3.300,00
	120.511/58	Dalia Fernandes Garcia - Radioatriz - Verba 3 deste Ministério - período: de janeiro a dezembro de 1957	3.000,00
	120.512/58	Carlos Monteiro Teixeira - Produtor de Programas - Verba 3 - deste Ministério - período: de janeiro a dezembro de 1957	9.000,00
Proc. M.E.C.	123.308/58	Ivo Blese - Trabalhador da Divisão de Obras deste Ministério - período: de julho a dezembro de 1957	1.500,00
	127.359/58	João dos Reis Ribeiro Costa - ex-Inspeção de Alunos - classe E, deste Ministério - período: de junho a dezembro de 1957	3.500,00
	6.738/59	Lygia Cardoso Ferreira Serpa - Bibliotecária-auxiliar, classe G do Instituto Nacional do Livro - período: de julho de 1958 a dezembro de 1959	4.500,00
	14.239/59	Vivaldo de Oliveira - Auxiliar de Portaria - Verba 3 do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - período: de janeiro a dezembro de 1958	6.000,00
	50.880/59	Antonio Siqueira Campos - Professor, ref. 26, do Ensino Industrial - período: de janeiro a dezembro de 1958	3.000,00

o	o	55.112/59	Jose Simeão Leal - Diretor CC-5 deste Ministério - período: de 1957 a 1958	6.000,00	
o	o	81.866/59	Ursulino José de Souza - Auxiliar de Portaria - classe H, deste Ministério - período: de janeiro a dezembro de 1957 e janeiro a dezembro de 1958	15.000,00	
o	o	90.138/59	Maria do Carmo Ladeira Puppo - Escriturária da Verba 3 - do Departamento Nacional de Educação - período: de 1957 a 1958	12.000,00	
o	o	90.723/59	Francisco Fernandes Guimarães Filho - ex-servidor deste Ministério - período: de novembro a dezembro de 1958	1.500,00	
o	o	95.713/59	Max Cunha de Azevedo - Inspetor do Ensino Secundário - ref. 25 - período: de junho a dezembro de 1957	1.750,00	
o	o	101.877/59	Sebastião Moreira de Carvalho - Vigia - ref. 18 da Universidade do Brasil - período: de agosto a dezembro de 1954	750,00	
o	o	102.075/59	Rossini da Costa Freitas - ex-Servidor da Escola Nacional de Música (U.B.) - período de agosto a dezembro de 1954	1.500,00	
o	o	104.826/59	Haydee Marques Robertson - Auxiliar Administrativo, Verba 3 do Serviço Nacional de Teatro - período: de janeiro a dezembro de 1957 e de janeiro a dezembro de 1958	6.000,00	
o	o	119.642/59	Euclides Ferreira Machado Filho - Redator-Auxiliar - Verba 3 - do Serviço Nacional de Teatro - período: de janeiro a dezembro de 1957 e janeiro a dezembro de 1958	6.000,00	
o	o	133.104/59	Guilherme Pacheco Júnior - ex-Servidor deste Ministério - período: de 1954, 1957 e 1958	6.450,00	
o	o	138.564/58	Lucia Siqueira do Nascimento - Auxiliar Técnico-Extranumerário-Mensalista do Serviço Nacional de Teatro - período: de janeiro a dezembro de 1957 e de janeiro a dezembro de 1958	7.500,00	
o	o	138.677/59	Benedito Cunha Machado - Auxiliar Administrativo - Extranumerário-Mensalista do Serviço Nacional de Teatro - período: novembro e dezembro de 1958	500,00	
o	o	139.131/59	Jose Ribamar Sampaio Freitas - Redator-auxiliar do Serviço Nacional de Teatro - período: de janeiro a dezembro de 1957 e de janeiro a dezembro de 1958	30.000,00	
o	o	139.619/59	Augusto Ramos Amaral - ex-Servidor deste Ministério - Guarda, ref. 19 do Ministério da Saúde - período: de abril a dezembro de 1958 e de janeiro a dezembro de 1959	15.750,00	
o	o	140.322/59	Tancredo Carvalho Madeira de Lei - Redator-auxiliar deste Ministério - período: de janeiro a dezembro de 1957 e de janeiro a dezembro de 1958	6.000,00	
Proc. N.E.C.		143.616/59	Maria Freire Ebbingham - Colaboradora - Verba 3 - do Fundo Nacional do Ensino Médio - período: de janeiro a dezembro de 1957 e de janeiro a dezembro de 1958	30.000,00	
o	o	147.901/59	Jose Cursino dos Santos Raposo - Assessor-Técnico-Extranumerário Mensalista deste Ministério - período: de dezembro de 1954, janeiro a dezembro de 1957 e de janeiro a dezembro de 1958	24.600,00	
o	o	11.528/60	Jose Magalhães - Professor Catedrático - Interino - padrão O - da Universidade do Ceará - período: de 1954 a 1956	4.950,00	
o	o	13.327/60	Celia Medeiros de Queirós - Assistente de Ensino, ref. 27, da T.U.E.M. - período: de janeiro a dezembro de 1958	6.000,00	
o	o	21.208/60	Maria Anayde Espíndola Freire - Escriturária, padrão E, deste Ministério - período: de outubro a dezembro de 1958	5.250,00	
o	o	31.083/60	Oton Gama Lizar - Zelador - Extranumerário do Serviço Nacional de Teatro - período: de outubro de 1958 a dezembro de 1959	5.000,00	
o	o	77.088/60	Candido Correa dos Santos - Vigilante, ref. 26 do Museu Nacional de Belas Artes - período: 1959	3.000,00	167.850,00

Para pagamento a diversas firmas e pessoas por serviços prestados ou fornecimentos feitos em exercícios anteriores

Proc. N.E.C.	18.625/47	Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens Shukert S.A. - Serviços de conservação da instalação telefônica interna do Edifício-sede do M.E.C., executados em 1946	34.400,00
o	30.706/49	Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda., por prestação de serviços referentes a transporte e recolhimento de material empregado na construção de uma linha provisória para transmissão de energia elétrica destinada ao suprimento de Volta Grande, em 1948	14.389,00
o	20.632/50	Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda., por fornecimento de transportes aéreos, requisitados em 1949 pelo Serviço Nacional de Tuberculose	126,80
o	20.632/50	Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda., pelo fornecimento de transportes aéreos, requisitados em 1950, pelo Diretor dos Cursos do D.N.S.	6.006,40

	70.988/53	Diferença de gratificação a que têm direito os seguintes servidores em exercício no Museu Histórico Nacional: a) Sylvia Oberlaender b) Otávia Corrêa dos Santos Oliveira c) Alfredo Sglano de Barros d) Maria José de Souza	14.899,10 15.806,00 15.806,00 48.666,60
	50.528/54	Antônio Bandeira - para custeio do Prêmio de Via-gem no País, a que fez jus no ano de 1953, como vencedor no Salão Nacional de Arte Moderna	240.000,00
	80.730/54	Universidade do Brasil - relativo ao saldo verificado no crédito distribuído a Delegacia Fiscal no Estado de Minas Gerais, para pagamento do pessoal da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, no exercício de 1952	509.423,70
	90.504/54	Indenização a Decio Genuino de Oliveira, Médico, ref. 28 da Escola Industrial de Teresina - relativa a passagens utilizadas em 1954	9.045,00
	101.397/54	Transportes Aéreos Nacional Ltda., por fornecimento de passagens em 1953	2.660,00
Proc. M.E.C.	15.454/55	Pagamento de Abono Especial, concedido pela Lei. nº 2.412, de 1-2-58, ao pessoal da Universidade do Rio Grande do Sul - meses de novembro e dezembro de 1954	2.066.680,00
	6.509/56	"The São Paulo Tramway Light and Power Company Limited" - pagamento por fornecimento de iluminação, força motriz e gás a Escola Técnica de São Paulo, de julho a dezembro de 1947	10.923,25
	19.698/56	Indenização a Claudio Pacheco Brasil, Professor Catedrático da Faculdade de Direito do Piauí, referente a passagens utilizadas em 1956	15.758,90
	79.546/56	Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda., por fornecimento de passagem a servidor da Universidade do Rio Grande do Sul	2.163,20
	125.199/56	Pagamento a Jucundino Andrade Santana, relativo a aulas ministradas nos Cursos Extraordinários da Escola Industrial de Aracaju, em 1953	3.840,00
	125.200/56	Manuel Ezequiel dos Santos - Instrutor dos Cursos Extraordinários da Escola Industrial de Aracaju - exercício de 1953	3.720,00
	125.884/56	Jose Pedro Ferreira da Costa - gratificação de função (criada pelo Dec. nº 38.609, de 19-1-56) relativa ao período de fevereiro a dezembro de 1956	44.000,00
	130.215/56	Jose Augusto Ferraz Alvarez - por honorários a que tem direito como Instrutor dos Cursos Extraordinários da Escola Industrial de Aracaju	3.840,00
	130.742/56	Pagamento de despesas decorrentes de exames de habilitação e concursos, realizados no ano de 1952 nas Faculdades de Farmácia e Odontologia de São Luís, no Maranhão e Fluminense de Medicina em Niterói e no Colégio Pedro II - Externato, nesta Capital	289.500,00
	132.739/56	Conservadora Brasileira - pagamento por serviços de limpeza realizados no Colégio Pedro II - Internato - em dezembro de 1956	120.000,00
	9.249/57	Cereais Santos Martins Ltda., pagamento de alimentação preparada fornecida a diversas repartições do M.E.C. em 1955	614.767,00
	19.256/57	F. Souza, Vargas S.A. (Cereais) - pagamento referente a fornecimento feito a Escola Técnica Nacional, em 1956	313.864,00
	32.716/57	Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda., por motivo de danos causados por motorista deste Ministério em poste de iluminação localizado na Estrada Rio do Pgu	12.801,70
	36.292/57	Jesse Guimarães - Professor Catedrático, padrão O, da Faculdade de Direito de São Luiz - indenização por aulas ministradas de 1 de abril de 1957 a 8 de abril de 1958	208.533,30
	52.870/57	Ferrari & Cia. - pagamento por fornecimento de alimentação a Escola Técnica de Vitória, em 1956	61.495,00
	64.340/57	Mecânica Brasil de Máquinas de Escritório Ltda. pagamento de consertos em diversas máquinas da Diretoria do Ensino Superior, feitos em 1957	23.200,00
	75.154/57	Panair do Brasil S.A. - pagamento de passagens fornecidas em 1957 a servidor da D.E.I.	25.070,10
	99.671/57	Panair do Brasil S.A. - pagamento de passagens fornecidas em 1957, relacionadas com a Gynnas - trada promovida pela Jugoslavia	800.020,80
	102.601/57	Pagamento de iluminação, força motriz e gás, relativo ao exercício de 1957, sendo: Escola Industrial de Fortaleza Escola Técnica de Pelotas	40.000,00 59.334,00
Proc. M.E.C.	106.446/57	Professor Miguel Maria de Serpa Lopes - indenização por aulas ministradas na Faculdade de Direito de Niterói	111.121,10
	107.771/57	Bromberg Sociedade Anônima Importadora Comerciaria Técnica - por fornecimentos feitos a Inspetoria de Saúde dos Portos em 1951	12.577,00

109.700/57	Despesas com iluminação, força motriz e gás, realizadas pelos Cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto Nacional de Belas Artes de Porto Alegre, em 1957	62.603,90
110.413/57	Companhia Energia Elétrica Rio Grandense - pagamento por fornecimento de energia e luz ao Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, em 1954	25.734,30
111.757/57	Pagamento por serviços de vigilância prestados por vigias do S.N.A.P.P. ao Observatório Magnético do Observatório Nacional - de 1º de janeiro a 31 de maio de 1957	27.402,20
112.167/57	Companhia Eletrolux S.A. - pagamento por fornecimento de uma enceradeira destinada ao CMCO	7.590,00
119.517/57	"The Western Telegraph Company Limited" - pagamento de telegramas expedidos em 1955	28.684,50
119.518/57	"The Western Telegraph Company Limited" - pagamento de telegramas expedidos em 1954	41.018,30
120.206/57	Indenização por serviços técnicos prestados ao MEC pelas pessoas abaixo relacionadas, as quais cabem as importâncias indicadas:	
	1) Raul Carlos Amaral Lima	88.698,80
	2) Alfred Zuberbuhler	45.324,50
	3) Oswaldino Ribeiro Marques	108.640,80
	4) Juvelinda da Cunha Cardoso ...	20.645,00
	5) Enico Martignoni	27.630,00
	6) Evandro Lemme	68.054,40
	7) José Galante de Souza	84.215,50
	8) Aureo Ottoni de Mendonça Junior	73.000,00
	9) Carlos Gooda Lacombe	90.886,80
123.187/57	Companhia Telefônica Nacional - pagamento de contas referentes aos 3º e 4º trimestres de 1955	607.095,80
123.188/57	Companhia Força e Luz do Paraná, por fornecimento de energia elétrica à Escola Técnica de Curitiba, correspondente aos 3º e 4º trimestres de 1955	7.292,80
133.436/57	F. Souza Vargas S.A. (Cereais) para o pagamento dos fornecimentos de alimentação em 1957, às unidades seguintes:	35.910,90
	1) Escola Técnica Nacional	2.916.721,00
	2) Instituto Nacional de Educação de Surdos	2.822.372,00
134.527/57	Pagamento de subvenção concedida, pela Lei nº 3.344, de 18-11-57, à Faculdade de Farmácia Odontologia de Ribeirão Preto	9.739.093,00
136.455/57	Pagamento por serviços prestados à Companhia Nacional de Merenda Escolar de julho a dezembro de 1956, por:	2.500.000,00
	a) Graziela Natalina de Oliveira Gabriel	32.269,70
	b) Dirce Celestino do Amaral	23.943,90
137.961/57	Castello Industria e Comércio S.A. - pelo fornecimento de luz, no exercício de 1957, à sala ocupada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	56.213,60
Proo. M.E.C. 138.082/57	Pagamento do pessoal da Faculdade de Direito de Niterói, relativo ao exercício de 1956	720,00
23.076/58	Para pagamento do débito da Faculdade de Farmácia do Para para com o I.A.P.C.	1.800.571,20
33.253/58	Pagamento por serviços de vigilância prestados por vigias do S.N.A.P.P. ao Observatório Magnético do Observatório Nacional - no período de 1º de junho a 12 de novembro de 1957	8.411,00
53.906/58	Para pagamento do pessoal das seguintes Faculdades:	29.942,90
	a) Faculdade de Direito de Santa Catarina - exercícios de 1956 e 1957	2.913.920,30
	b) Faculdade de Direito da Bahia - exercícios de 1956 e 1957	1.385.059,80
68.468/58	Para pagamento de ajuda de custo, por remoção, do Servidor Ney Osório, da Escola Técnica de Vitória, para a Universidade do Brasil	6.298.980,10
81.679/58	Estrada de Ferro Central do Brasil - passagens fornecidas a estudantes, em 1958, para excursões de caráter cultural	22.500,00
102.971/58	Para pagamento de funções gratificadas criadas no Serviço Nacional do Teatro	87.071,00
103.470/58	Estrada de Ferro Central do Brasil - passagens fornecidas em 1958	124.000,00
107.400/58	Federação Gaúcha de Volleyball - auxílio para atender a despesas com a realização do III Campeonato Sul-Americano	15.552,00
109.479/58	Indenização à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, por desastre ocorrido em 27-7-58, na Av. Monsenhor Felix	2.778.222,10
111.531/58	Escola Técnica de Belo Horizonte - pagamento referente ao exercício de 1958, dos débitos discriminados abaixo:	17.509,80
	Iluminação etc	110.000,00
	Telefone, etc	35.000,00
		145.000,00

	120.516/58	Para pagamento do pessoal extranumerário da Escola Paulista de Medicina, referente aos exercícios de 1957 e 1958	22.062.760,00
"	124.975/58	Panair do Brasil S.A. - pelo fornecimento de quatro passagens, em favor de Heli Menegali e outros, no exercício de 1958	13.244,70
"	126.442/58	Companhia Telefônica Brasileira, para pagamento da assinatura dos telefones instalados na I Exposição de Produtos Nacionais durante o 2º semestre de 1958	9.981,00
"	128.088/58	Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A. por passagens fornecidas para o XXI Congresso Nacional de Estudantes	2.761.171,50
"	130.735/58	Real S.A. Transportes Aéreos - para pagamento de passagens requisitadas pelo Departamento Nacional de Educação no exercício de 1958	18.650,70
"	160/59	Tipografia Edanees S.A. - serviços de impressão de 500 exemplares do "Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional", relativos ao 2º semestre de 1957	140.000,00
"	22.400/59	Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade do Paraná - para pagamento de pessoal	7.948.800,00
"	25.709/59	Escola Paulista de Medicina - para pagamento de salários correspondentes ao período de 21 de janeiro de 1956 a 28 de dezembro do mesmo ano	15.460.161,60
Proc. M.E.C.	27.862/59	Panair do Brasil S.A. - para pagamento de uma passagem requisitada pelo Conselho Nacional de Desportos, no exercício de 1958	2.705,00
"	30.921/59	Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A. para pagamento de passagens, relativas ao XI Congresso Nacional de Estudantes Secundários e XXI Congresso Nacional de Estudantes, realizado em Bauru - São Paulo - ambos no exercício de 1958	742.429,40
"	31.594/59	Société Anonyme Du Gaz de Rio de Janeiro - para pagamento de energia elétrica (luz) durante os meses de outubro a dezembro de 1958	129.272,50
"	31.600/59	Companhia Telefônica Brasileira - por serviços prestados a Seção de Assistência Social, durante o 2º semestre de 1958	14.661,10
"	35.751/59	Loide Aéreo-Nacional S.A., proveniente do transporte de estudantes para o XXI Congresso Nacional de Estudantes, realizado em Bauru - S. Paulo	4.357.611,80
"	36.812/59	Universidade do Brasil - gratificação prevista no art. 145, item VI da Lei nº 1.711/52	4.097.050,00
"	36.856/59	Escola Industrial de Fortaleza - para pagamento de iluminação nos anos de 1954, 1956, 1957 e 1958	88.776,40
"	63.350/59	Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul - para atender as despesas decorrentes da Lei nº 3.333, de 6 de dezembro de 1957	1.238.400,00
"	68.569/59	Companhia Telefônica Brasileira - contas do 2º semestre de 1958	12.728,00
"	71.135/59	Escola Técnica de Curitiba - para pagamento de luz e força motriz, referente ao exercício de 1959	99.621,00
"	74.049/59	Escola Técnica de Vitória - para pagamento de luz e energia referente ao 2º semestre de 1959	130.054,40
"	94.366/59	A. Ferrari - pelo fornecimento de alimentação preparada à Escola Técnica de Vitória em 1956	109.618,00
"	104.821/59	Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A., para pagamento do fornecimento de 180 passagens destinadas a participantes do Congresso Nacional de Estudantes	810.814,30
"	109.470/59	Agemiro Corrêa - Professor Catedrático, padrão "O", deste Ministério, para pagamento da gratificação de magisterio, relativa ao período de 8-12-50 a 31-12-57	80.120,20
"	112.783/59	Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. - para pagamento do fornecimento de iluminação força motriz e gás ao S.A. da Sede, em 1959	183.000,00
"	112.785/59	Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda., - para pagamento de iluminação, força motriz e gás, fornecida a diversas dependências do I.N.E.S., no ano de 1959	125.000,00
"	139.594/59	Real S.A. Transportes Aéreos - pelo fornecimento de passagens requisitadas pelo D.N.E. no ano de 1959	29.482,20
"	153.999/59	Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A. - fornecimento de passagens a estudantes que participaram do 22º Congresso Nacional de Estudantes e do 12º Congresso de Estudantes Secundários, nesta cidade	404.546,40
Proc. M.E.C.	659/60	Estrada de Ferro Central do Brasil - passagens fornecidas em novembro de 1959	24.768,00

16.557/60	Panair do Brasil S.A. - para pagamento de diversas passagens emitidas para o III Congresso Nacional de Universitários Católicos no ano de 1959	2.834.832,00	
28.199/60	Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro - pelo fornecimento de energia elétrica (luz) ao I.N.E.S., no período de agosto a dezembro de 1959	88.931,70	
28.200/60	Rio Light S.A. - Serviços de Eletricidade e Carris - pelo fornecimento de energia elétrica (força) ao I.N.E.S., durante os meses de agosto a dezembro de 1959	80.502,30	
28.843/60	Société Anonyme Du Gaz de Rio de Janeiro - proveniente do fornecimento de gás e energia elétrica (luz) ao Colégio Pedro II - Externato, durante os meses de novembro e dezembro de 1959	60.948,10	
29.443/60	Universidade do Brasil - regularização de despesa autorizada com base no art. 48 do Código de Contabilidade da União - fornecimento de alimentação preparada em 1959	5.070.000,00	
33.281/60	Companhia Telefônica Brasileira - proveniente dos serviços telefônicos prestados a D.P.H.A.N. durante os meses de novembro e dezembro de 1959	362,40	
34.525/60	Departamento de Esgotos Sanitários - pelos serviços de desobstrução de esgotos executados no Campo de São Cristóvão, nº 177 (Colégio Pedro II - Internato) em 1959	406,60	
35.904/60	Companhia Telefônica Brasileira - pelos serviços prestados a Biblioteca Nacional, durante o mês de dezembro de 1959	3.324,10	
38.132/60	Companhia Telefônica Brasileira - pelos serviços telefônicos prestados ao I.B.C. no mês de dezembro de 1959	1.941,40	
39.479/60	Companhia Telefônica Brasileira - pelos serviços telefônicos prestados ao Serviço de Transportes, no mês de dezembro de 1959	570,30	
41.008/60	Companhia Telefônica Brasileira - para pagamento da assinatura dos telefones instalados na Praça da República 141-A, no período de 1 a 31-12-59	938,70	
42.440/60	Companhia Telefônica Brasileira - pelos serviços telefônicos prestados a Casa de Rui Barbosa, no mês de dezembro de 1959	1.017,80	
42.441/60	Companhia Telefônica Brasileira - pelos serviços telefônicos prestados ao Serviço de Estatística da Educação e Cultura no mês de dezembro de 1959	680,90	
43.942/60	Companhia Telefônica Brasileira - pelos serviços telefônicos prestados a diversas dependências do Edifício Sede, durante o 4º trimestre de 1959	194.941,60	
53.282/60	Companhia Telefônica Brasileira - pelos serviços telefônicos prestados a Escola Técnica Nacional no mês de dezembro de 1959	615,20	
58.969/60	Fundação Getúlio Vargas - para complementação de dotação vinculada à arrecadação	59.469.784,00	
59.365/60	Companhia Telefônica Brasileira - serviços telefônicos prestados à Seção de Assistência Social de outubro a dezembro de 1959	13.968,70	
60.743/60	Complementação de dotação vinculada à arrecadação a fim de atender a despesas com a construção e reconstrução de prédios escolares e aquisição de equipamentos	296.918.085,70	
62.017/60	Companhia Telefônica Brasileira - serviços telefônicos prestados ao S.R.E. em novembro e dezembro de 1959	99.068,90	
64.005/60	Gustavo Dionísio da Silva - Professor, padrão "J", da Escola Técnica do Recife - pagamento de gratificação adicional referente a novembro e dezembro de 1952	1.810,00	1.810.810,80
Soma dos itens 1, 2 e 3			434.699.663,80
Condição à regularização de despesas realizadas			
78.186/59	Para regularização de despesas efetuadas no exercício de 1958, com o fornecimento de refeições preparadas, realizadas diretamente pela Administração, sendo Cr\$ 4.523.235,00 - Escola Técnica Nacional; Cr\$ 860.072,50 - Instituto Benjamin Constant e Cr\$ 11.551.162,50 - Instituto Nacional de Educação de Surdos	16.934.470,00	
38.855/60	Para regularização de depósito no Banco do Brasil S.A., para atender ao pagamento de complementação de anuidades escolares, através do F.N.E.M., nos termos do Decreto nº 43.591, de 21 de março de 1959	500.000.000,00	
64.649/60	Para regularização de despesas realizadas no exercício de 1959, até o limite de Cr\$ 2.679.504,70	2.679.504,70	2.679.504,70
			974.514.634,50

RESUMO

Para atender despesas Diversas

Itens 1, 2 e 3

12.077.563,20

Para atender à regularização de despesas realizadas

Itens 4, 5 e 6

72.072.772,70

72.072.772,70

4.35 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

Para atender despesas diversas

- 1) Para pagamento a Jovial de Paula Souza, encarregado do Material da Comissão de Fomento da Produção a título de indenização correspondente ao seu desembolso para aluguel do prédio e para seus salários (Proc. MP 249.383/56)

104.210,00

Para atender despesas com fins especiais

- 1) Para pagamento, em devolução a Antenor Duarte Vilela, pela venda do gado da Fazenda Furacata, tornada sem efeito por despacho do Presidente da República de 28-8-1951 (Proc. MP 65.768/54)
- 2) Para reembolso à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, decorrente da diferença de proventos a que têm direito os funcionários públicos civis associados do Instituto a que está obrigada a União por força do parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei nº 5.769/41 (Proc. MP 86.527/58)
- 3) Para ocorrer à restituição de depósitos correspondentes a precatórios judiciais, cujas importâncias foram desviadas da Tesouraria Geral do Tesouro Nacional (Proc. MP 282.728/57, 320.490/57 e 216.721/59)
- 4) Para atender ao pagamento ao Governo do Estado de Pernambuco, como concessionário do Porto de Recife, referente a taxas de capatazias, armazenagens, etc. de mercadorias e equipamentos importados nos termos do Acordo Básico de Cooperação Técnica e do Acordo sobre Programa de Serviços Técnicos Especiais, concluídos entre o Brasil e os Estados Unidos da América - Art. 2º do Decreto nº 44.609/58 - (Proc. MP 264.593/59)
- 5) Para atender ao pagamento ao Governo do Estado de Pernambuco, como concessionário do Porto de Recife, referente a taxas de capatazias, armazenagens, etc. de mercadorias e equipamentos importados nos termos do Acordo Básico de Cooperação Técnica e do Acordo sobre Programa de Serviços Técnicos Especiais, concluídos entre o Brasil e os Estados Unidos da América - Art. 2º do Decreto nº 44.609/58 - (Proc. MP 315.474/59)
- 6) Para atender ao pagamento ao Governo do Estado de Pernambuco, como concessionário do Porto de Recife, referente a taxas de capatazias, armazenagens, etc. de mercadorias e equipamentos importados nos termos do Acordo Básico de Cooperação Técnica e do Acordo sobre Programa de Serviços Técnicos Especiais, concluídos entre o Brasil e os Estados Unidos da América - Art. 2º do Decreto nº 44.609/58 - (Proc. MP 68.588/60)
- 7) Para pagamento ao Lóide Brasileiro da importância correspondente à taxa de Renovação da Marinha Mercante (Art. 2º, alínea "a" da Lei nº 3.381/58) pela importação de material destinado à Casa da Moeda (Proc. MP 73.577/60)
- 8) Para atender ao pagamento de juros e amortização aos portadores de canteiras representativas de apólices de pecuaristas - Decreto nº 41.542/57 - (Proc. MP 82.032/60)
- 9) Para atender ao pagamento de despesas com o fornecimento de carvão nacional a ser feito até 31-12-1960 por empresas industriais às Estradas de Ferro de propriedade da União, inclusive às vias férreas incorporadas ou exploradas pela Rede Ferroviária Federal S.A. tudo conforme contrato celebrado entre a União Federal e o Banco do Brasil S.A. - sobre abertura de crédito (operação de crédito) com fundamento nas Leis nºs. 2.453, de 16-4-55 e 3.353, de 20-12-57 (Proc. MP 31.736/60)
- 10) Para atender ao pagamento à Cia. Shell Brazil Limited, de diversas faturas referentes a fornecimentos de óleo e gasolina a dois aviões adquiridos por este Ministério nos Estados Unidos da América com as matrículas "P.P./P.M.M." e "P.P./P.M.O." - (Proc. MP 219.306/59)

2.520.686,30

470.000.000,00

1.322.572,00

1.857.472,30

1.466.595,00

195.085,50

56.739,20

70.000.000,00

500.000.000,00

172.722,80 1.012.67.526,30

Para atender à regularização de despesas realizadas.		
1)	Para regularização de adiantamentos feitos durante o exercício de 1956 à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (Proc. MF 233.583/56)	16.840.000,00
2)	Para regularização da despesa e acerto contábil com o Banco do Brasil S.A. relativamente à Companhia Nacional de Estamparia (Proc. MF 288.873/56)	1.925.713,50
3)	Para atender ao Banco do Brasil S.A. por ágio decorrente da remessa de US\$ 1.300.000,00 à Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior (Proc. MF 51.598/59)	105.404.000,00
4)	Para regularização da despesa correspondente à transferência de US\$ à Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior para pagamento de honorários aos advogados Sherman, Sterling & Wright (Proc. MF 174.896/59)	132.900,00
5)	Para regularização da despesa realizada em 1958 com os Membros da Delegação Brasileira à XIII Reunião das Altas Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - em Genebra - Suíça (Proc. MF 218.555/59)	6.114.067,80
6)	Para regularização da despesa realizada com a aquisição de dois ônibus destinados à Escola Superior de Guerra (Proc. MF 354.142/59)	3.502.000,00
7)	Para regularização de despesas decorrentes da aplicação do novo divisor de conversão no pagamento de vencimentos, salários, remuneração e quaisquer vantagens a servidores civis e militares em exercício no exterior, bem como para efeito de escrituração das operações de receita e despesa realizadas pela Delegacia do Tesouro Brasileiro em New York - Decreto nº 45.400, de 6 de fevereiro de 1959, relativas aos seguintes órgãos:	
	Cr\$	
	Ministério da Aeronáutica	176.087.360,60
	Ministério da Educação e Cultura	1.485.089,00
	Ministério da Fazenda	655.024.389,10
	Ministério da Guerra	3.857.940,00
	Ministério da Marinha	749.262.632,30
	Ministério das Relações Exteriores	634.319.427,90
	Ministério da Saúde	1.089.107,00
	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	84.445.997,90
	Ministério da Viação e Obras Públicas	6.296.628,00
	Tribunal de Contas	409.785,00
		2.312.278.356,80
8)	Para atender à regularização de despesas com a restituição de bens e valores pertencentes a súditos italianos e vinculados ao Decreto-lei nº 4.166, de 11-3-42 (Proc. MF 191.746/51)	6.794.824,40
		2.452.991.862,50
	TOTAL	3.502.714.148,70

R E S U M O

Para atender despesas diversas	104.700,00
Para atender despesas com fins especiais	1.049.617.586,20
Para atender à regularização de despesas realizadas	2.452.991.862,50
	3.502.714.148,70

4.15 - MINISTÉRIO DA GUERRA

Para atender despesas com fins especiais

Cr\$

- 1) Aviso nº 544-COSEP(8/1), de 13 de outubro de 1959 e Remessa nº 4.112, de 22 de janeiro de 1960, de Chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda - Recursos destinados ao atendimento das despesas de pagamento de Abono Especial Temporário ao pessoal remunerado pelas Economias Administrativas, entre novembro de 1954 e dezembro de 1955 (Proc. MF 291.122/59)

20.000.000,00

2) Expediente resultante do desdobramento do processo originado de Aviso nº 445-COSEF(S/1), de 20 de setembro de 1958 e Remessa nº 2, de 25 de fevereiro de 1959, de Chefe do Gabinete de Minis- tro da Fazenda - Recursos destinados a atender despesa com a deságio da casa própria a expedicio- narias inválidas e herdeiros, de acordo com a Lei nº 2.378, de 24 de dezembro de 1958 (Proc. MF 258.508/58)	60.000.000,00
3) Recursos destinados ao pagamento de despesas referentes à taxa de pavimentação incidente no imó- vel pertencente ao H Gu Alagrote, realizadas pela Prefeitura Municipal de Alagrote, solicitadas pelo Diretor de H Gu Alagrote - Prot 16.575/60 - GM - 3.599/60-COSEF - Despacho em Ofício nº .. GR 9.563 D6/A-Gab Min, de 28 de julho de 1960	47.470,70
4) Recursos destinados ao pagamento de despesas referentes à taxa de pavimentação incidente no imó- vel pertencente ao Dep RAM/3, realizadas pela Prefeitura Municipal de Pôrto Alegre, solicitadas pelo Comandante da 3ª Região Militar - Prot 32.740/59-GM - 138/60-COSEF - Despacho em Ofício nº 3.507-D/6-Gab Min, de 8 de março de 1960	27.144,00
5) Recursos destinados ao pagamento de despesas referentes à taxa de pavimentação incidente no imó- vel pertencente ao 18 Gptº A Coa/2, realizadas pela Prefeitura Municipal de Santos, solicitadas pelo Comandante do 18 Gptº A Coa/2 - Prot 23.077/59-GM - 4.787/59-COSEF - Despacho de 10 de se- tembro de 1959	11.122,40
6) Recursos destinados ao pagamento de despesas referentes à taxa de pavimentação incidente no imó- vel pertencente à 2ª DL, realizadas pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, solicitadas pelo Prefeito Municipal de Ponta Grossa - Prot 34.418/59-GM - 1.028/60-COSEF - Despacho em Ofício nº 3.488-D/6-Gab Min, de 8 de março de 1960	39.200,00
7) Recursos destinados ao pagamento de indenização ao cidadão REINALDO ARANTES NEVES, referentes aos danos causados em um caminhão de sua propriedade, em virtude de estouro de cavallhada de Exército, em 1959 - Prot 9.355/60-GM - 1.371/60-COSEF - Despacho de 30 de abril de 1960	750.000,00
8) Recursos destinados ao pagamento de despesas referentes à contribuição de melhoria, limpeza e calçamento e taxa de pavimentação incidentes no imóvel pertencente à Fábrica de Curitiba, reali- zadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba, que não tem sido pagas desde 1948, solicitadas pelo la Procuradoria da Prefeitura Municipal de Curitiba - Prot 3.902/60-GM - 1.288/60-COSEF - Despa- cho de 16 de abril de 1960	406.744,30
9) Recursos destinados ao pagamento de despesas referentes a iluminação, força motriz e gás e tele- fones, da Administração dos Estabelecimentos Ministro Mallet, realizadas pelas Companhia Telefô- nica Brasileira, Sociedade Anônima de Gaz do Rio de Janeiro e Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, solicitadas pelo Chefe dos Serviços de Administração dos Estabelecimentos Mal- let - Prot 18.922/59, 33.329/59-GM - 3.636/59, 8.965/59-COSEF - Despacho em Ofício 4.576 D6/A- Gab Min, de 30 de março de 1960	5.982,10
10) Recursos destinados ao pagamento de indenização à Estrada de Ferro Central do Brasil, referen- tes aos danos causados pelas explosões havidas nos paíóis de Deodoro, em 1958, solicitadas pelo Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas - Prot 4.080/59-GM - 7.256/59-COSEF - Despacho em Ofício nº 4.987 D6/A-Gab Min, de 6 de abril de 1960	760.314,10
11) Recursos destinados ao pagamento de vencimentos devidos a servidores civis oriundos da "Emprê- sa Lumber", solicitadas pelo Chefe do Campo de Instrução Marechal Hermes - Prot 24.798/58-GM - 5.206/57-COSEF - Despacho em Ofício nº 8.817 D6/A-Gab Min, de 9 de julho de 1960	573.819,10
	82.621.796,70

4.17 - MINISTÉRIO DA MARINHA

- Para atender à regularização de despesas realizadas.

Cr\$

Cr\$

- 1) Para regularização de despesas de combustíveis, gêneros de
alimentação, acondicionamento e iluminação, realizadas no
exercício de 1959, com fundamento no artigo 48, § 1º, do
Código de Contabilidade da União

218.117.144,70

2)	Para regularização de despesas decorrentes de ágio- le- ais cobrados pelo Banco do Brasil S.A., em remessas do suprimentos à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York	345.737.309,00	
3)	Para regularização de despesas com os trabalhos de reativa- ção do navio aerodromo "Minas Gerais"	64.713.600,00	648.168.053,70

4.19 - MINISTÉRIO DA SAÚDE

Para atender despesas diversas

		Cr\$
1)	Para pagamento à Sociedade Anônima do Gaz do Rio de Janeiro pelo fornecimento de gas e energia elétrica às diversas repartições deste Ministério, nos meses de outubro a dezembro de 1955 (Proc. M.S. nº 25.823/56)	553.910,80
2)	Para pagamento à "Elevadores Elbo Ltda." por serviços de manutenção e conserva- ção dos elevadores instalados no Centro Psiquiátrico Nacional e Colônia Julia- no Moreira (Proc. M.S. nº 34.161/57)	972.000,00
3)	Para pagamento ao Médico Aguiar de Nepomuceno Marques, por "abonos de emergên- cia" a que tem direito por força de mandado de segurança (Proc. M.S. nº 1.042/58)	107.828,00
		<u>1.633.738,80</u>

4.20 - MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Para atender despesas diversas:

	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1)	Para atender as seguintes despesas omitidas no orçamen- to de 1957 (Exp. Motivos MTIC-5.506-57 anexo ao proces- so MF-269.646-57):			
- na Comissão de Metrologia:				
a) para gratificação adicional por tempo de serviço .		13.500,00		
- nas Delegacias Regionais do Trabalho:				
1) para reparos, adaptação, conservação e despesas de emergência com bens imóveis		30.000,00		
- nas Delegacias do Trabalho Marítimo:				
a) para vencimentos	126.000,00			
b) para mobiliários em geral	12.000,00			
c) para aluguel ou arrendamento de imóveis	24.000,00			
d) para máquinas, motores e aparelhos	<u>30.000,00</u>	192.000,00		
- na Comissão de Abastecimento e Preços:				
a) para salários de mensalistas	93.125.940,00			
b) para salário-família	<u>1.000.000,00</u>	<u>97.125.940,00</u>	97.361.440,00	
Para atender às despesas com reparos, instalação, adap- tação e aquisição de materiais para a reorganização da Seção de Assistência Social do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (processo MTIC-168.656-57 anexo ao processo MF-269.646-57)			1.500.000,00	
3) Para pagamentos das despesas decorrentes da participa- ção do Brasil no exercício de 1953, nas Feiras Interna- cionais de Milão, Pádua, Trieste, Bari, na Itália; Lau- sane, na Suíça e Feira das Américas, Mendoza, na Repú- blica Argentina (processo MTIC-309.395-53 anexo ao pro- cesso MF-269.646-57)			1.800.000,00	

4) Para atender à despesa com aquisição, efetuada em 1954, à Sociedade Brasileira de Exposição Comercial Ltda., de 30 (trinta) exemplares do livro "Brasil, sua Indústria e Exportação", para distribuição aos Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial no exterior (processo MTIC-220.223-55 anexo ao processo MF-269.646-57)	9.000,00
5) Para atender à despesas com aquisição, efetuada em 1954, de 1.000 (mil) exemplares da Edição Internacional da Revista "Conjuntura Econômica" em inglês, edição daquele ano, para distribuição pelos Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no exterior (processo MTIC-189.031-56 anexo ao processo MF-269.646-57)	20.000,00
6) Para atender às despesas realizadas em 1956, com representação e propaganda no exterior (Exp. Motivos MTIC-5.511-57 anexa ao processo MF-269.646-57), conforme discriminação abaixo:	
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial no Estado dos Unidos da América do Norte:	
Pessoal	1.607.897,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial na Argentina:	
Pessoal	1.170.407,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial na França:	
Pessoal	1.068.329,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial na Itália:	
Pessoal	716.314,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial no Canadá:	
Pessoal	770.967,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial na Inglaterra:	
Pessoal	770.978,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial na Alemanha:	
Pessoal	770.981,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial no Chile:	
Pessoal	754.494,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial em Portugal:	
Pessoal	716.454,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial no Uruguai:	
Pessoal	754.491,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial na Espanha:	
Pessoal	716.449,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial em Benelux:	
Pessoal	716.449,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial na Suíça:	
Pessoal	770.981,00
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial no México:	
Pessoal	116.208,00

	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
- Escritório de Propaganda e Expansão Comercial no Paraguai:				
Pessoal	674.606,00	12.696.005,00		
- Despesas com ajuda de custo, passagens e outras com investigações e pesquisas para pessoal dos aludidos Escritórios de Propaganda no exterior		4.714.016,00	17.410.021,00	
7) Para atender ao pagamento de despesas com transporte de pessoal, em serviço, durante o exercício de 1954, de acordo com o art. 48 do Código de Contabilidade da União (MTIC-172.471-54)			762.550,20	
8) Para indenização das despesas efetuadas em 1956 pelos servidores do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Carlos Alberto Euler Bueno, Nelson Gouvea, Alirio Alves de Lima, José Rubens Protes do Barros, Hélio Mendes Rocha e Haroldo Schneider com passagens de ida e volta a Washington, nos Estados Unidos da América do Norte, para estágio, em virtude de bolsa de estudo pelo Governo americano, de acordo com o Programa de Cooperação Técnica do Ponto IV para treinamento nas novas técnicas administrativas em assuntos de trabalho e relações sindicais (MTIC-203.904-56)			250.113,60	
9) Para pagamento da ajuda de custo devida ao Assessor Jurídico, da Tabela Única de Mensalistas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Washington Luiz de Campos, por motivo de sua designação para Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná em 1959 (MTIC-110.178-59) ..			21.000,00	
10) Para atender ao pagamento da gratificação de representação devida em 1960 ao Procurador Geral da Justiça do Trabalho, na forma da Lei nº 5.414, de 20 de junho de 1958 (processo MTIC-160.213-60)			72.000,00	
11) Para atender ao pagamento de despesas com ajuda de custo e passagens do pessoal dos Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial no Exterior relativas ao exercício de 1954 (E.M.-MTIC-195.106-60)		100.000,00		119.306.124,80
- Para atender despesas com fins especiais:				
1) Em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado para ser levado à conta do "Fundo Especial de Assistência", a que se refere o art. 37 do Decreto-lei nº 2.865, de 12.12.1940 (processo MTIC-197.119-56 anexo ao processo MF-269.646-57)			156.139.592,90	
2) Em favor da Comissão Federal de Abastecimento e Preços para atender a despesas realizadas, em 1951, pela Comissão Central de Preços (processo MTIC-235.632-53 anexo ao processo MF-269.646-57)			50.000.000,00	
3) Para indenizar o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), da restituição à Companhia de Seguros Assicurazioni Generali di Trieste e Venezia, em face do acordo celebrado entre os Governos do Brasil e Itália, das reservas técnicas daquela empresa seguradora, incorporadas ao patrimônio daquele Instituto, por força do Decreto-lei nº 5.811, de 13.9.1943 (processo MTIC-191.983-55 anexo ao processo MF-269.646-57)			15.463.722,60	

- 4) Para atender ao pagamento ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, da indenização que lhe é devida referente a reservas individuais, em virtude da extinção da Caixa de Pensões dos Operários da Casa da Moeda (MTC-119.456-59)
- 5) Para pagamento, ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, da cobertura da reserva matemática dos beneficiários de ex-segurados da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Imprensa Nacional, abrangidos pelo Decreto-lei nº 8.821, de 24.1.1946 (MTC-157.445-55)
- 6) Em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado para ser levado à conta do Fundo Especial de Assistência, a que se refere o art. 37 do Decreto-lei nº 2.865, de 12 de dezembro de 1940 (processo MTC-300.989-60)

3.833.979,50

27.079.531,30

700.000.000,00

TOTAL

952.536.826,30

1.071.822.951,10

119.306.124,80

952.516.826,30

1.071.822.951,10

Para atender despesas diversas

Para atender despesas com fins especiais

TOTAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 2, de 1966

(Nº 2.808-B/65, NA ORIGEM)
Da denominação de Via Prestes Maia à BR-101, do Plano Rodoviário Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passa a denominar-se Via Prestes Maia a Rodovia BR-101, do Plano Rodoviário Nacional.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Transporte, Comunicações e Obras Públicas.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

(Nº 504-C/63, NA ORIGEM)

Dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos, e das vinculadas a ajustes bilaterais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimento, e as vinculadas a contratos, acordos ou convênios, quando entregues ou a disposição dos respectivos setores administrativos, nos últimos 2 (dois) meses do exercício financeiro, serão pagas ou aplicadas, inclusive na parte referente ao custo de mão-de-obra, até 30 (trinta) de junho do exercício seguinte:

Parágrafo único. Os recursos a que se refere este artigo deverão ser depositados, em conta especial, no Banco do Brasil S. A., ou, à sua falta, na Caixa Econômica Federal, ou estabelecimentos bancários oficiais, em nome do órgão a que forem consignados, ou do executor do ajuste, se houver.

Art. 2º A utilização dos créditos de que trata a presente Lei será feita de acordo com o plano de aplicação submetido à aprovação do respectivo Ministro de Estado.

Art. 3º Os executores de acordos, ou executores diretos dos planos de aplicação aprovados, poderão delegar suas atribuições a servidores federais, estaduais e municipais, efetivos e idôneos, excetuada a movimentação das contas vinculadas a que se refere o parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

(Nº 3 372-B/65, NA ORIGEM)

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para 4 (quatro) empilhadeiras importadas conforme licença número DG-62/2028-2535, da Carteira de Comércio Exterior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, dispensada a cobertura cambial, para 4 (quatro) empilhadeiras importadas pela Lamport & Holt

Navegação S. A., conforme licença nº DG-62/2028-2535, da Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

(Nº 3 382-B/65, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bilhões de cruzeiros), para atender às despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bilhões de cruzeiros), para atender às despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes criado pelo Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, e modificado pelo Decreto nº 57.276, de 17 de novembro de 1965, com vigência em 2 (dois) anos.

Art. 2º Os encargos decorrentes da aplicação desta Lei serão atendidos pela venda da Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

(Nº 3 375-B/65, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à aquisição de um imóvel para a instalação da Central Telex, do Centro de Triagem Postal e de uma agência em Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento dos Correios e Telégrafos, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à aquisição de um imóvel para a instalação da Central Telex, do Centro de Triagem Postal e de uma agência na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 7, de 1966

(Nº 3 373-B/65, NA ORIGEM) TELEGRAMAS

Autoriza o Poder Executivo, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, a alienar o imóvel situado na Rua Conselheiro Crispiniano, número 378, em São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, a alienar, independentemente de concorrência pública

Alca, o imóvel constituído de terreno e benfeitorias situado na Rua Conselheiro Crispiniano, número 378, em São Paulo, no Estado de São Paulo, por preço não inferior a Cr\$ 1.100.000.000 (um bilhão e cem milhões de cruzeiros), acrescido da taxa de correção monetária, a partir de 28 de dezembro de 1964 até a data em que for aceita a proposta, dentro do prazo máximo de 1 (um) ano.

Art. 2º A alienação poderá ser à vista ou com financiamento de 60% (sessenta por cento), em 2 (dois) anos, a juros de 12% (doze por cento) ao ano e, neste caso, será o imóvel hipotecado à União Federal, para garantia da dívida e demais encargos, devendo as importâncias arrecadadas ser recolhidas ao Tesouro Nacional.

Art. 3º O Poder Executivo, após registrado o ato pelo Tribunal de Contas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 2º, fica autorizado a abrir, ao Ministério da Guerra, o crédito especial correspondente ao valor da venda, com a vigência de 4 (quatro) anos, destinado à construção do edifício-sede dos Quartéis Gerais do II Exército, da 2ª Divisão de Infantaria e da 2ª Região Militar.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

TELEGRAMAS

Urgte. Ao Exmo. Sr. Auro Moura Andrade

DD. Presidente do Sen. Fed.

Brasília — DF.

De Barramansa — RJ NR. 2086.82.18

Data: 18-1-65

Comunicamos vossência razão fortes chuvas assolaram esta região elevando nível normal rio Paraíba dificultando grande extensão nosso município, estando desabrigadas cerca de cinco mil pessoas somos forçados decretar estado calamidade pública sede município Barra Mansa pelo tempo necessário. Encarecemos vossência e poderes constituídos ajuda necessária assistência nossa população e recuperação nossa cidade. Antecipadamente agradecemos atenção dispensaram, apresentamos resp. sauds. Prof. Moacyr Arthur Chlesse Prefeito.

Senador Auro Moura Andrade.

Presidente do Senado Federal.

Brasília

293 — P. Alegre-RS — 110. 7 10,53

Permitimo-nos manifestar vossência melhores expressões nosso agradecimento útil proveitosa visita realizada nro estado ilustre comissão integrada senadores Heribaldo Vieira, José Ermírio de Moraes e Guido Mondim. Exaustiva trabalho desenvolveram, intensamente durante quatro dias, recomenda eminentes parlamentares nosso alto apreço, visto sensibilizarem inclusive imprensa pelo carinho dedicado estudo debate complexas questões figuraram encorpada agenda trabalhos, notadamente parte relativa triticultura. Estendemos nossa melhor afeição simpatia operosos assessores Dr. Ney Dantas e D. Edith Balassini, verdadeiros expoentes alto gabarito quadros funcionais Senado Federal. Atenciosas saudações Aristides Amadeo Germani Diretor Presidente Ação Moaça de Fomento ao Trigo Nacional.

Senador Auro Moura Andrade

Palácio Congresso

Brasília — DF

372 — Salvador — BA 2783 — 8.6.65

Momento Comissão Econômica Câmara apresenta-se votar parecer favorável projeto institui monopólio estatal venda e distribuição derivados petróleo país achamos nosso dever manifestar vossência nossa firme posição contrária referido projeto e pedir intervenção ilustre representante sentido sua rejeição face considerá-lo atentatório princípios democráticos regem livre iniciativa. Acresce próprios Ministério Minas e Energia Conselho Nacional Petróleo órgãos técnicos dirigem política petrolífera brasileira são também contrários referido projeto virtude considerarem Petrobrás sem condições exercer essa atividade tão bem desempenhada empresas privadas. Aprovação projeto obrigará Petrobrás desviar imensos recursos programa perfuração pesquisa e extração petróleo adiando fatalmente solução auto-suficiência óleo cru todo país espera ansiosamente. Comunicamos vossência nossa posição contrária monopólio distribuição já anteriormente externada próprio Presidente República e Ministro Minas Energia. Confiando alto espírito compreensão e patriotismo vossência lutará rejeição referido projeto apresento-lhe cordiais saudações. Associação Comercial Bahia — Renato Novis — Presidente.

Senador Auro Soares Moura Andrade

DD. Pres. do Senado Federal

Brasília — DF.

De Campinas — SP — 2146 — 8.10.65.

Momento Comissão Econômica Câmara apresenta-se votar parecer Deputado Mário Piva favorável projeto Deputado Manuel Barbuda instituindo monopólio estatal venda e distribuição derivados petróleo país achamos nosso dever manifestar vossência nossa firme posição contrária referido projeto e pedir intervenção ilustre representante sentido sua rejeição face considerá-lo atentatório princípios democráticos recém livre iniciativa acresce próprios Ministérios Minas e Energia e Conselho Nacional Petróleo órgãos técnicos dirigem política petrolífera brasileira são também contrários referidos projeto virtude considerarem Petrobrás sem condições exercer essa atividade tão bem desempenhada empresas privadas e aprovação projeto obrigará Petrobrás desviar imensos recursos programa perfuração pesquisa e extração petróleo adiando fatalmente solução auto-suficiência óleo cru todo país espera ansiosamente distribuição já anteriormente externada próprio Presidente República Ministro Minas Energia confiando alto espírito compreensão e patriotismo vossência lutará rejeição referido projeto apresento-lhe cordiais saudações. — Rui Rodrigues — Presidente Associação Comercial Industrial de Campinas.

Senador Auro de Moura Andrade

Senado Federal

Brasília — DF.

102 — Vitória — ES — 21.10.65.

Pedimos intervenção ilustre representante sentido rejeição projeto Deputado Manuel Barbuda instituindo monopólio estatal venda e distribuição derivados de petróleo, face considerá-lo atentatório princípios democráticos regem livre iniciativa. Ministério Minas Energia e Conselho Nacional Petróleo órgãos técnicos dirigem política petrolífera brasileira, são contrários referido projeto por considerarem mesmo prejudicará Petrobrás obrigada desvio imensas ver-

bas destinadas programa perfuração pesquisa e extração petróleo, atrasando solução auto-suficiência óleo cru tão necessária país. Empresas privadas atendem perfeitamente distribuição produtos petrolíferos. Presidente República e Ministro Minas Energia já externaram anteriormente opinião contrária monopólio distribuição. Confiando alto espírito compreensão e patriotismo vossência lutará rejeição referido projeto apresento-lhe cordiais saudações — Darcy Brasileiro da Silva — Presidente da Associação Comercial de Vitória — ES.

Senador Auro de Moura Andrade

Presidente Senado Federal

Brasília — DF.

139 — De Fortaleza-CE — 11.10.65. Momento Comissão Econômica Câmara apresenta-se votar parecer Deputado Mário Piva favorável projeto Deputado Manuel Barbuda instituindo monopólio estatal venda e distribuição derivados petróleo país, achamos nosso dever manifestar vossência nossa firme posição contrária referido projeto e pedir intervenção ilustre representante sentido sua rejeição face considerá-lo atentatório princípios democráticos regem livre iniciativa. Acresce próprios Ministério Minas e Energia e Conselho Nacional Petróleo, órgãos técnicos dirigem política petrolífera brasileira, são também contrários referido projeto virtude considerarem Petrobrás sem condições exercer essa atividade tão bem desempenhada empresas privadas e aprovação projeto obrigará Petrobrás desviar imensos recursos programa perfuração pesquisa e extração petróleo adiando fatalmente solução auto-suficiência óleo cru todo país espera ansiosamente. Comunicamos vossência nossa posição contrária monopólio distribuição já anteriormente externada próprio Presidente República e Ministro Minas Energia. Confiando alto espírito compreensão e patriotismo vossência lutará rejeição referido projeto apresento-lhe cordiais saudações — Frandlim Monteiro Gonde — Presidente Federação das Associações de Comércio e Indústria do Ceará.

Senador Auro de Moura Andrade

Senado Federal — Brasília — DF.

De Juiz Fora-MG — 23.10.65.

Achamos nosso dever manifestar vossência nossa posição contrária projeto Comissão Econômica Câmara desistendo votar parecer Deputado Mário Piva favorável projeto Deputado Manuel Barbuda instituindo monopólio estatal venda e distribuição derivados petróleo país. Solicitamos intervenção ilustre representante sentido sua rejeição medida contrária princípios democráticos livre empresa. Ministério Minas Energia e Conselho Nacional Petróleo também são contrários projeto aludido virtude Petrobrás sem condições exercer essa atividade bem desempenhada empresas privadas aprovação projeto aludido obrigará Petrobrás desviar imensos recursos programa perfuração pesquisa e extração petróleo adiando fatalmente solução auto-suficiência óleo cru todo país espera ansiosamente. Confiando luta vossência rejeição projeto, subscrevemo-nos atenciosamente — João Bosco Cascardo — Secretário Associação Comercial Juiz de Fora.

Senador Auro Moura Andrade

Senado Federal

Brasília — DF.

171 — Vitória — ES. — 28.10.65

Aproximando-se momento Comissão Econômica Câmara votará parecer Deputado Mário Piva favorável projeto Deputado Manuel Barbuda instituindo monopólio estatal venda e dis-

tribuição derivados petróleo país, manifestamos vossência nossa firme posição contrária referido projeto, assim como solicitar ilustre representante sentido sua rejeição. Caso aprovado virá ferir frontalmente princípios democráticos regem livre iniciativa. Ministério Minas Energia e Conselho Nacional Petróleo, órgãos técnicos que dirigem política petrolífera brasileira, são também contrários referido projeto virtude considerarem Petrobrás sem condições exercer essa atividade tão bem desempenhada empresas particulares obrigando Petrobrás desvio recurso destinados programa perfuração pesquisas e extração petróleo, adiando consequentemente auto-suficiência óleo cru todo país deseja. Próprio Presidente República e Ministro Minas Energia já externaram sua opinião contrária ao monopólio distribuição. Confiamos patriotismo vossência lutando rejeição referido projeto. Cordiais saudações — Luis Gabeira — Presidente Federação Comércio Espírito Santo.

Senador Auro Moura Andrade

Senado Federal

Brasília — DF.

De Praça XV — Rio — GB — 197 — 8.10.65.

Informado que exibição filmes estrangeiros será mesmo introduzida entre nós, Conselho Turismo Confederação Nacional Comércio, data vênica, chama atenção vossência aspecto negativo tal medida encerra relação turismo. Abstraindo sentido técnico artístico objetos reprovação geral, preocupa-nos situação se criará para essa indústria que apenas surge Brasil. Português é língua pouco difundida nossos visitantes perderão oportunidade entrar contacto com ela pela dificuldade compreendê-lo. Legistas têm alto valor didático aprendizado idioma, mesmo não acontecendo com o falar máximo quando não temos escolas preparação atores, escola dicção no teatro e cinema. Cordiais saudações — Corinto de Arruda Falcão.

Senador Auro Moura Andrade

Brasília — DF.

226 de Praça Mauá — Rio-GB — 10.10.65.

Centro Industrial Rio Janeiro e Federação Industriais Estado Guanabara apresentam congratulações Senado Federal promulgação Emenda Constitucional número dezoito sobre reforma tributária. Trata-se medida muito beneficiará desenvolvimento atividades econômicas Brasil, eliminando ainda distorções até aqui existentes quanto sistema impostos. Cordiais saudações — J. Bento Ribeiro Dantas e José Ignácio Caldeira Cersiani — Presidentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte:

RIO GRANDE DO NORTE

GABINETE DO DIRETOR

Ofício nº 4-GE

Natal

Em 31 de janeiro de 1966.

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho comunicar a V. Excia., para os devidos fins, que assumi, hoje, o cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Norte, para o qual fui eleito no último pleito.

Em decorrência, cumpre-me renunciar ao mandato de Senador por este Estado, agradecendo a V. Excia. as atenções com que sempre me distinguiu.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a V. Excia., a expressão do meu mais alto apreço. — a) Mons. Walfredo Gurgel, Governador do Estado do Rio Grande do Norte (Pirma reconhecida).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O ofício lido será publicado e produzirá as consequências legais.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de requerimento de informações, de autoria do Sr. Senador José Ermírio. E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 3, de 1966

Requeremos à Mesa, nos termos e prazos do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministério da Fazenda as seguintes informações:

- 1) Qual o montante, nesta data, das operações tipo "swaps", autorizadas pelo Banco Central da República?
- 2) Dessas operações, quantas foram liquidadas e quantas existem ainda em vigor?
- 3) Qual a relação das dez (10) firmas que mais se utilizaram dessas operações?
- 4) Possuindo o Brasil no exterior créditos no montante aproximado de 500 milhões de dólares — conforme expressa declaração do Senhor Presidente da República — por que então permitir essas operações?

Justificação

Em 14 de julho de 1965, em requerimento que tomou o número 498-65, tivemos oportunidade de fazer idênticas indagações ao ilustre Senhor Ministro da Fazenda. Apesar da clareza dos termos de nosso Regimento Interno, até essa data Sua Excelência não se dignou de prestar as informações solicitadas. Em face do tempo decorrido, pareceu-nos mais prático e aconselhável, ao invés de reiterar aquela requerimento (cuja resposta continuaremos a aguardar) atualizar a indagação, no que diz respeito às operações "Swaps".

O Senhor Presidente da República tem enfatizado a circunstância de possuir nosso país, no exterior, créditos no valor aproximado de 500 milhões de dólares. Ora, sendo assim não nos parece justo, nem acertado, que se facilitem as operações tipo "Swaps", que favorecem firmas estrangeiras, enquanto que as nacionais nem sequer têm condições para sua obtenção. Quem tem dinheiro disponível no exterior, não precisa se utilizar dos verdadeiros "vales" que os "Swaps" representam. Somente países desmoralizados no exterior é que recorrem aos "swaps". Ademais, seus juros são irrisórios, em comparação com os que os produtores nacionais têm que pagar aqui dentro, notoriamente elevados.

Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 1966. — Senador José Ermírio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento lido depende de deliberação do Plenário, em virtude do que dispõe o § 4º do artigo 38 da Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

A Presidência vai despachá-lo, em primeiro lugar, à Comissão de Constituição e Justiça e, de acordo com o parecer desta, será oportunamente incluído em Ordem do Dia, para deliberação da Casa. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa projetos de resolução, que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, de 1966

Prorroga por um ano a licença concedida a Sebastião Ruy Rôllo Maciel, Oficial Legislativo, PL-6, da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É prorrogado por 1 (um) ano a licença concedida pela Resolução nº 1, de 1965, que pôs à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, nos termos dos arts. 92 e 369, da Resolução nº 6, de 1960, sem vencimentos, o Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro desta Secretaria, Sebastião Ruy Rôllo Maciel.

Justificação

Atendendo a uma solicitação do Senhor Presidente do Banco Nacional de Habitação do Estado da Guanabara, que alega a necessidade da permanência do aludido funcionário naquele órgão, a Comissão Diretora apresenta à Casa o presente Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 1966. — Auro Moura Andrade — Camilo Nogueira da Gama — Dinarte Mariz — Gilberto Marinho — Adalberto Sena — Guido Mondin.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, de 1966

Põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, o funcionário da Secretaria do Senado Federal, Luiz Carlos Vieira da Fonseca, Assessor Legislativo.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É posto à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, nos termos dos arts. 92 e 369, da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de um ano, sem vencimentos, o Assessor Legislativo, PL-2, do Quadro desta Secretaria, Luiz Carlos Vieira da Fonseca, para exercer as funções de Gerente da Carteira de Investimentos do mencionado Banco.

Justificativa

Atendendo à solicitação do Senhor Presidente do Banco Nacional de Habitação, que necessita da colaboração de um funcionário desta Casa é que a Comissão Diretora submete ao Plenário o presente Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 1966. — Auro Moura Andrade — Camilo Nogueira da Gama — Dinarte Mariz — Adalberto Sena — Joaquim Parente — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os Projetos lidos, de autoria da Comissão Diretora, independentemente de parecer de outras Comissões. Serão publicados e oportunamente incluídos em Ordem do Dia. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Acha-se presente o Sr. Manoel Cordeiro Vilaça, suplente convocado para preencher a vaga existente na representação do Rio Grande do Norte, em virtude de haver o respectivo titular, Sr. Senador Walfredo Gurgel, assumido o exercício do cargo de Governador daquele Estado.

Nos termos do art. 6º, § 2º, do Regimento Interno, S. Exa. passará a

participar dos trabalhos da Casa, dispensado do compromisso regimental, visto já o haver prestado ao ensejo de sua primeira convocação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou recebendo da Associação Comercial e Rural de Gravataí, no meu Estado, um Memorial versando matéria que foi objeto de observação minha na última viagem que fiz ao meu Estado. Para tomar posteriormente algumas medidas junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool, quero mencionar ligeiramente o que ocorre em torno da produção de cana numa das regiões do Rio Grande do Sul.

Há no meu Estado uma região cuja economia, desde recuados tempos, se embasa na plantação e na exploração dos derivados da cana de açúcar. As terras apresentam-se íngremes e pedregosas, situando-se no espigão da Serra do Mar, partindo do Morro do Sapucaia, no Município de Gravataí, até o Município de Torres, na fronteira com Santa Catarina.

Nessa região estão instalados os pequenos produtores de aguardente, com suas também fábricas de rapadura, constituindo ali uma economia característica por isso que se faz de uma adaptação ao meio, o que nos leva de imediato a pensar no amparo devido aos produtores que há tanto tempo ali labutam e resistem.

Entretanto, de três anos a esta parte houve acentuado decréscimo na produção, em virtude de doença que atacou os canaviais, particularmente no Município de Gravataí, de que somente agora parece que se refazem.

Não bastante o revez sofrido com a queda da produção, decorrente de fatores incontroláveis, as Exatarias Federais estão se negando a fornecer aos produtores de aguardente as Patentes de Registro, Guias de Remessa do Produto e o carimbo nas notas de expedição, informando aos alambiqueiros que foram eliminados porque sua produção não atingiu a cota exigida pelo Instituto do Alcool e Açúcar, não obstante estarem os mesmos produtores devidamente legalizados nas repartições estadual e municipal. A desoladora medida atinge, além dos de Gravataí, os agricultores de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Lomba Grande, Taquara, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres.

Ora, não será necessária muita imaginação para prever-se a que ruínosa situação ficarão reduzidos os pequenos alambiqueiros da citada região gaúcha.

Tenho conhecimento de que apenas uma parte dos produtores da cana no Município de Santo Antônio, poderá colocar sua produção na Usina de Açúcar ali recentemente instalada, a AGASA, mas todos os demais estarão sem condições de fazê-lo em face das determinações do Instituto do Alcool e Açúcar.

O problema é muito grave. Trata-se do único meio de vida de incontáveis famílias, há tantos e tantos anos radicadas naquelas terras em que somente a cana tem alguma ex-

pressão econômica em face da natureza do solo. O Instituto não pode insistir nas suas exigências que resultaram numa séria crise sócio-econômica, a par da intranquilidade e da desolação que se abateram sobre os modestos produtores rurais.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com prazer.

O Sr. José Ermírio — Parece-me que o Rio Grande do Sul está sofrendo também em muitos outros setores. Na visita que fizemos àquele Estado, no princípio de dezembro, verificamos que os plantadores de arroz não receberam financiamento adequado para o plantio de um produto hoje pronto para a exportação. Se um Estado, como o Rio Grande do Sul, tem condições de produzir arroz e não tem financiamento, seria o caso de aceitarmos a frase ouvida de um de seus companheiros: "Querem transformar o Rio Grande do Sul num novo Nordeste". No município de Santa Vitória dos Palmares a redução do plantio foi a 50% e de 40% em muitos municípios. V. Exa. fala sobre a cana-de-açúcar. Se o Rio Grande não tem condições de produzir muito, pelo menos o pouco que produz deve ser respeitado.

O SR. GUIDO MONDIN — O nobre Senador José Ermírio tem toda a razão.

Em princípios de dezembro, juntamente com S. Exa. e o Senador Heribaldo Vieira, tive oportunidade de incursionar por diversas regiões do Rio Grande examinando esse problema, tarefa de uma Comissão Especial aqui constituída. Talvez amanhã terei oportunidade de, desta tribuna, dar conhecimento à Casa do que se discutiu e se decidiu no Congresso de Rizicultura, realizado no sábado e domingo passados, na Capital gaúcha. Por hora, atendo-me a este breve comentário sobre o Memorial da Associação Comercial, em decorrência do que terei de tomar algumas providências de caráter positivo ou, pelo menos, tentar falar à Direção do Instituto do Açúcar e do Alcool, que não tem sede na Capital da República. Talvez não viaje especialmente ao Rio de Janeiro para essas providências, mas procurarei um socorro normal, em face da circunstância de possuírmos duas Capitais, qual seja o do pedido de informações que formularei depois, para encaminhar à Mesa.

Mas, ao concluir, quero fazer sentir a necessidade de uma nova atitude por parte do Instituto: revogue-lhe suas instruções, permitindo o registro de alambiques sem fixar quotas de produção, atentando para as peculiaridades locais e, em particular, para o fato de que os produtores já sofreram em demasia com os prejuízos advindos das doenças que se manifestaram nos canaviais.

É curioso: em vez de o Instituto atentar para a realidade da situação em que ficaram os pequenos produtores da citada região; em vez de, finalmente, socorrê-los, como seria lógico — mais do que lógico, elementar — castiga-os com a evidente proibição do funcionamento de seus alambiques, justamente numa hora de tanta dificuldade.

É urgente, pois, que o Instituto revise a sua decisão, expedindo instruções para restabelecer a tranquilidade entre os pequenos produtores que, nas encostas dos morros da Serra do Mar, mourejam, anônimos, na preservação de um dos mais tradicionais setores da economia rio-grandense. (Muito bem, Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Gay da Fonseca.

O SR. GAY DA FONSECA:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é sem emoção, e porque não dizer, até com temor reverencial que ocupo, pela vez primeira, a tribuna desta Casa. Emoção porque nela vejo, reconheço a própria Pátria, representada por homens que a enriquecem com o brilho de suas inteligências, com suas personalidades marcantes. Homens cujos nomes se inscreveram na história brasileira.

Muitas idéias me surgiram, muitas sugestões me ocorreram sobre o que deveria falar. Pensei em dizer a que vinha, mas senti que isto era dispensável, pois todos sabem que venho do Rio Grande desejando trazer a voz do meu Estado, não com o brilho de quem substituo, o ilustre Ministro da Justiça, Sr. Mem de Sá, nem com a habilidade de um Daniel Krieger ou a simpatia de um Guido Mondini, mas com o mesmo entusiasmo, com o mesmo devotamento e com o mesmo amor à minha terra e à minha gente.

Julguei devesse destacar a minha preocupação com o esvaziamento da Federação ou, quicá, afirmar certas posições ideológicas que têm norteado minha vida pública ou seja, aqueles princípios da Democracia Cristã que não são meros elementos inseridos em programas partidários, mas que transcendem os limites estreitos de um programa de ação política.

Todos esses temas me ocorriam quando deparei com mensagem que me foi enviada pelos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, cujo corpo docente tenho a honra de integrar. Senti então que aquela mensagem importava num compromisso com aqueles jovens, que abriam um crédito de confiança, não mais ao professor, mas ao Senador da República. Senti, então, a angústia daqueles moços, e, na angústia deles, a angústia da juventude brasileira, por tanto tempo vítima da demagogia, construindo castelos que se desfizeram por falta de embasamento nos seus alicerces, sonhando fantasias. Mas despertaram esses jovens sacudidos por uma realidade que os deixou atônitos, mas, nem por isso, inenasciosos por uma orientação, por um rumo, por uma bandeira. Todos esses fatos os deixaram perplexos e eles, que são o Brasil de amanhã, se estão marginalizando no Brasil de hoje. Alguns pela radicalização de sua posição, outros extremados em suas teses superadas, outros, que são a maioria, por temerem o diálogo com as gerações que os antecederam.

O Brasil se refaz, se reergue, continua o seu encontro com a História, conduzido por líderes da envergadura de um Humberto de Alencar Castello Branco. Mas, neste encontro com o futuro, não podemos ir sós. Devemos trazer esses moços, tê-los conosco e ao nosso lado, pois em breve aos mesmos serão entregues os destinos da Pátria. Eles querem confiar em nós, mas, para tanto, urge demonstrarmos ter neles confiança.

Louvo, aqui, a manifestação do Ministro da Educação, Sr. Pedro Aleixo, que afirmou desejar manter o diálogo com os jovens. Mas, não só ao Ministro da Educação, porque a todos nós — políticos, mestres e pais — cabe a tarefa de integração da juventude na grande empresa que é a construção da nova sociedade brasileira que se avizinha e se prevê. Cumpre-nos romper as barreiras que desejamos criar aqueles cujo objetivo é fazer crer que as gerações não se encontram, que os homens de ontem e os homens de hoje não podem

planejar, juntos, o amanhã. Há valores que, realmente, nós, da nova geração, lutaremos para que sejam preservados, valores morais, culturais espirituais, que informam a nossa tradição cristã e democrática e, se assim o fazemos, não é por temor de vermos atingidos privilégios, mas por amor à Justiça, ao Direito e à Verdade.

Os moços devem sentir que aqueles que aplaudem e apoiam e prestigiam o movimento de 31 de março o fazem porque nele vêm um seguro marco para o porvir. A juventude, que forma a maioria deste País, precisa saber e sentir neles confiança, mas dela esperamos que também acredite em nós, no nosso patriotismo e na nossa sinceridade.

Quero pois, Sr. Presidente, Senhores Senadores que este meu primeiro pronunciamento nesta Casa seja um voto de confiança nos homens que hoje têm nas mãos a liderança. E mister tomem a iniciativa de vencer as barreiras que, eventualmente, se criaram entre eles e os líderes de amanhã para que juntos estabeleçamos o Brasil que sonhamos, alicerçados naquelas tradições e naqueles valores que o tempo jamais destruirá. (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Senhor 1º Secretário.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Em 3 de fevereiro de 1966.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 9º do Regimento Interno, que, voltando ao exercício da representação do Estado do Rio Grande do Norte, na vaga resultante do afastamento definitivo do Sr. Senador Walfredo Gurgel, conservarei o nome parlamentar adotado ao ensejo da minha primeira investidura, abaixo consignado.

Atenciosas saudações. — Manoel Cordeiro Villeça.

Nome parlamentar: Manoel Villeça

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard
Vivaldo Lima
Zacharias de Assumpção
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
Ruy Carneiro
Barros Carvalho
Lino de Barros
João Abrahão
Pedro Ludovico
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen — 13.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há mais oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

Discussão, em primeiro turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado número 53, de 1965, da autoria do Sr. Senador Manoel Dias, que dispõe sobre tributação de lucros retidos por pessoas jurídicas destinadas a aumento de capital social, tendo Parecer, sob nº 1.288, de 1965, e da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão a preliminar. (Pausa).

Se nenhum Seador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Em votação o projeto. (Pausa).

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitado o projeto. Será arquivado.

É o seguinte o projeto que será arquivado:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 53, DE 1965

Dispõe sobre tributação de lucros retidos por pessoas jurídicas destinadas a aumento de capital social.

Art. 1º Os lucros retidos pelas pessoas jurídicas, cuja soma do capital social mais reservas ultrapasse Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), desde que destinados a aumento de capital social, ficam isentos do imposto de renda de que trata o artigo 83 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, até o montante de 50% (cinquenta por cento) do imposto devido.

§ 1º O disposto neste artigo não beneficia as pessoas que tiverem quaisquer débitos com a Fazenda Nacional, ressalvados os pendentes de decisão administrativa ou judicial.

§ 2º O aumento de capital que resultar da retenção de que trata este artigo deverá ser realizado dentro de um ano após o encerramento do balanço que deu origem à referida retenção.

§ 3º O aumento de capital resultante da retenção de lucros de que trata este artigo fica também isento de quaisquer impostos e taxas federais.

Art. 2º Não sendo realizado o aumento de capital dentro do prazo previsto nesta lei, a pessoa jurídica fica sujeita ao recolhimento do imposto a que estaria obrigada a fazê-lo com multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do mesmo.

Art. 3º A pessoa jurídica interessada na retenção de lucros destinados a aumento de capital fará sua declaração de rendimentos optando pelo favor, lançando em conta especial o montante bloqueado.

Art. 4º Excepcionalmente, será permitido que no aumento de capital seja aplicada parte do resultante da retenção, somente para evitar que o valor nominal das ações e das quotas e quinhões de capital social das pessoas jurídicas, na forma do § 2º do art. 1º, seja expresso em números fracionários, devendo permanecer na conta citada no art. 3º o saldo correspondente às frações, que será adicionado à retenção seguinte, e assim sucessivamente.

Art. 5º A incorporação de bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento das empresas, ainda que reavaliados, é isenta de quaisquer impostos e taxas federais.

§ 1º A reavaliação de que trata este artigo não poderá exceder os coeficientes fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

§ 2º A incorporação de que trata este artigo deverá ser feita dentro

do prazo de um ano a contar da data de vigência desta Lei.

Art. 6º As pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas, são obrigadas, ao apresentarem suas declarações de rendimento, a juntar comprovantes da transferência dos bens que oferecerem à incorporação, por certidão ou declaração expressa da empresa incorporadora, com firmas devidamente reconhecidas.

Art. 7º A isenção de que trata o artigo 5º não alcança a transferência dos bens incorporados a título oneroso ou gratuito pela empresa incorporadora.

Art. 8º A presente Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1966, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1966, da autoria da Comissão Diretora que prorroga por um ano a licença concedida a Sebastião Ruy Rôlo Maciel, Oficial Legislativo, PL-8, da Secretaria do Senado Federal.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 1966, da autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Banco Nacional do Habitação, no Estado da Guanabara, o funcionário da Secretaria do Senado Federal Luiz Carlos Vieira da Fonseca, Assessor Legislativo.

3

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.413, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1965 (nº 182-A-63 na Casa de origem) que altera o art. 134 do Código do Processo Civil (Parecer no sentido de ser sobrestado o curso da matéria até que seja apreciada, em tempo próprio, a reforma do Código de Processo Civil).

4

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.414, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1952, que modifica os arts. 378, 379, 381 e 842, XVII, do Código de Processo Civil (Parecer no sentido de ser sobrestado o andamento do Projeto, para ser examinado em conjunto com a reforma do Código de Processo Civil).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 35 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL**ATOS DO DIRETOR-GERAL**

PORTARIA Nº 7 DE 2 DE FEVEREIRO DE 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Gerardo Lima de Aguiar, Oficial-Legislativo, PL-6, para ter exercício na Diretoria do Arquivo.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1966. — Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 8 DE 2 DE FEVEREIRO DE 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Sylvia Passos, Auxiliar de Secretaria Substitua, FT-5, para ter exercício na Diretoria das Comissões a fim de prestar serviços à Seção de Mecanografia.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1966. — Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral.

Comissão Especial, criada com a aprovação do Requerimento Nº 285, de 1965, para "Proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação de matérias-primas minerais e produto agropecuários nacionais."

ATA DA 10ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 1965.

Aos treze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às quinze horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, Presidente, presentes os Senhores Senadores Atílio Fontana, Eugênio Barros e Raul Giuberti, reúne-se a Comissão Especial do Senado Federal, criada com a aprovação do Requerimento nº 285, de 1965. Comparecem, ainda, os Senhores Senadores Joaquim Parente, Júlio Leite, Lino de Mattos e José Leite.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Argenem de Figueiredo, José Ernirio (Relator) e Heribaldo Vieira (Vice-Presidente).

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, uma vez aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente dá ciência aos Senhores membros da Comissão do comparecimento do Senhor Ministro da Agricultura, Professor Hugo de Almeida Leme, convidando sua excelência a tomar assento à mesa dos trabalhos.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Ministro que, inicialmente, faz uma longa exposição acerca dos assuntos de interesse deste órgão para, posteriormente, na qualidade de Presidente do Fundo Federal Agropecuário, fazer uma análise das realizações deste Fundo.

Final a exposição do Senhor Ministro passa sua excelência a responder às indagações do Senhor Senador Atílio Fontana, Relator Substituto, contando, nesta parte da reunião, com o auxílio dos seus assessores Dr. Jorge Nôvoa Costa, José Faria e Oto Lira.

O Senhor Presidente, em virtude de solicitação do plenário, às dezessete horas, levanta os trabalhos.

Reabertos os trabalhos, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, volta a palavra ao Senhor Ministro tendo sua excelência, nesta fase da reunião, respondido quesitos formulados pelos Senhores Senadores Júlio Leite e José Feliciano.

Concluindo os trabalhos, o Senhor Presidente agradece ao Senhor Ministro da Agricultura pelo seu comparecimento e determina que o apanhamento taqui-

gráfico dos debates, juntamente os trabalhos referidos por sua excelência no transcrito da sua exposição, passem a fazer parte integrante da presente ata, sendo publicados, como anexo, no *Diário do Congresso Nacional*.

O Senhor Presidente, às dezenove horas e quarenta e cinco minutos, encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário, lavrei a presente ata, que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

ANEXO A ATA DA 10ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 13.10.65, ÀS 15:00 HORAS. — PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

ÍTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRAFICO REFERIDO NA ATA.

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco — Relator: Senador Atílio Fontana, Relator Substituto. — Convadado: Senhor Doutor Hugo de Almeida Leme, Ministro da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — De acordo com as normas regimentais, declaro abertos os trabalhos da Comissão Especial para estudo e Coordenação de Medidas tendentes ao Controle de Preços de Exportação das Matérias Primas, Minerais e Produtos Agropecuários Nacionais.

Tem a palavra o ilustre doutor Hugo Leme, digníssimo Ministro da Agricultura, que falará, não só nessa condição como ainda na de Presidente do Fundo Agropecuário, sobre a situação em que se encontram os assuntos motivos desta reunião, quer no plano Federal, quer no plano Estadual. S. Exa. poderá desenvolver seus trabalhos da maneira que achar mais conveniente.

O SR. MINISTRO HUGO LEME (Não foi revisto pelo orador) — Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão, Senador Sigefredo Pacheco, Excelentíssimos Senhores Senadores.

Quero, de início, dizer da satisfação que experimento em estar presente a esta Comissão para falar sobre assuntos de tão grande importância para nosso País quais os da exportação de produtos da agropecuária brasileira. Naturalmente que esse aspecto é da maior importância, uma vez que o nosso País ainda tem como coluna mestra da sua economia e como processo de retenção de divisas, os produtos originários da agricultura e da pecuária. Acredito, sinceramente, que ainda por muitos anos o Brasil terá na exportação dos produtos agrícolas, uma das suas principais rendas e meios de obtenção de divisas para o engrandecimento do nosso País.

Já foi dito, muitas vezes, que o Brasil é um País essencialmente agrícola, e agora, com sua indústria evoluída, tem

na agricultura o seu grande suporte. É imprescindível, portanto, que a agricultura, e também a pesca, evoluam da maneira mais rápida, para acompanhar a indústria e assim dar desenvolvimento homogêneo ao nosso País.

Sr. Presidente, fazemos trabalho sobre a exportação atual, que entrego a V. Exa. junto com a previsão das safras, elaborada pelo Ministério da Agricultura. Ici, agora, abordo esse assunto, obedecendo mais ou menos a seqüência aí estabelecida. (Lê):

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO BRASIL.

Os produtos agropecuários brasileiros, do ponto de vista de exportação, devem ser considerados em dois grupos distintos, a saber:

- a) Tradicionais
- b) Esporádicos

No primeiro grupo, consideramos aqueles que tem estado presente nas exportações brasileiras ao longo dos 12 últimos anos.

Aqui, pela ordem de importância, medida pela média dos quantitativos em dólares que representaram, no período 1954/1964, temos:

- 1) Café
- 2) Algodão
- 3) Cacau
- 4) Açúcar
- 5) Sisal
- 6) Fumo
- 7) Frutas (Banana e Laranja)
- 8) Erva-mate
- 9) Oleo de mamona
- 10) Carne
- 11) Melão

Outros produtos, do mesmo grupo, porém de menor importância são: couros, pimenta do reino, chá, cera de abelha e cera de licuri.

No segundo grupo, entre os produtos de exportação esporádica, estão incluídos também aqueles cuja exportação foi iniciada mais recentemente.

Aqui, temos a satisfação de verificar que este ano, em consequência duma safra mais abundante, que em média foi considerada, para os produtos essenciais básicos, 20 a 25% a mais do que no ano passado, inúmeros outros produtos entraram na guerra de exportação, recuperando o mercado que já estava aberto para alguns produtos. (Lê):

Usando o mesmo critério indicador de importância, temos os seguintes:

- 1) Lã
- 2) Milho
- 3) Amendoim e derivados
- 4) Soja
- 5) Arroz

Os produtos agrícolas têm representado mais de 80% do valor total das exportações brasileiras (Tabela I e Figura 1) e são de importância crítica para a economia brasileira, pois representam a principal fonte de divisas.

O valor total das exportações de produtos agrícolas tem sido ligeiramente superior a 1 bilhão de dólares nos últimos anos, não mostrando porém nenhuma expansão.

Em contraste, somente cerca de 15% do valor total das importações têm sido destinados à aquisição de produtos agrícolas ou bens de consumo usados na agricultura.

De um modo geral, a tendência na exportação brasileira de produtos agropecuários tem sido marcada por um contínuo aumento das quantidades embarcadas, enquanto os quantitativos em divisas permanecem mais ou menos estacionários, mantendo uma queda do valor unitário da maioria deles.

Este quadro, comum para a maior parte dos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento, é da responsabilidade dos próprios países, que criam situações de concorrência mais absurdas, invariavelmente produzindo muito mais do que o possível consumo mundial, motivando assim uma condução de oferta cujo resultado é a queda de preços. Este estado de coisas acontece perfeitamente a alguns dos nossos principais produtos de exportação, como café, cacau, açúcar e fumo.

Por vezes, situações idênticas ocorrem por conta de países desenvolvidos. Nesse caso, o algodão poderá vir a ser em futuro próximo um significativo exemplo.

A política do governo brasileiro é, a prazo curto, a de manutenção de preços altos para o café, além de uma tentativa de diversificação de produtos para a exportação.

A prazos médio e longo, entretanto, o problema é muito mais sério, pois o governo terá latamente que eleger um ou provavelmente mais sucedâneos para o café. Para isto, os produtos que atualmente contam com maiores possibilidades segundo a ordem da importância são: carne, soja, amendoim e derivados, óleos vegetais, arroz e milho. Esta relação, evidentemente, seria completada com alguns dos produtos atualmente importantes e que, em maior ou menor escala, continuaria a ser exportados.

Nas folhas que se seguem, são apresentadas séries estatísticas de produção, exportação, valores unitários e preços dos produtos agropecuários, período 1954/1965.

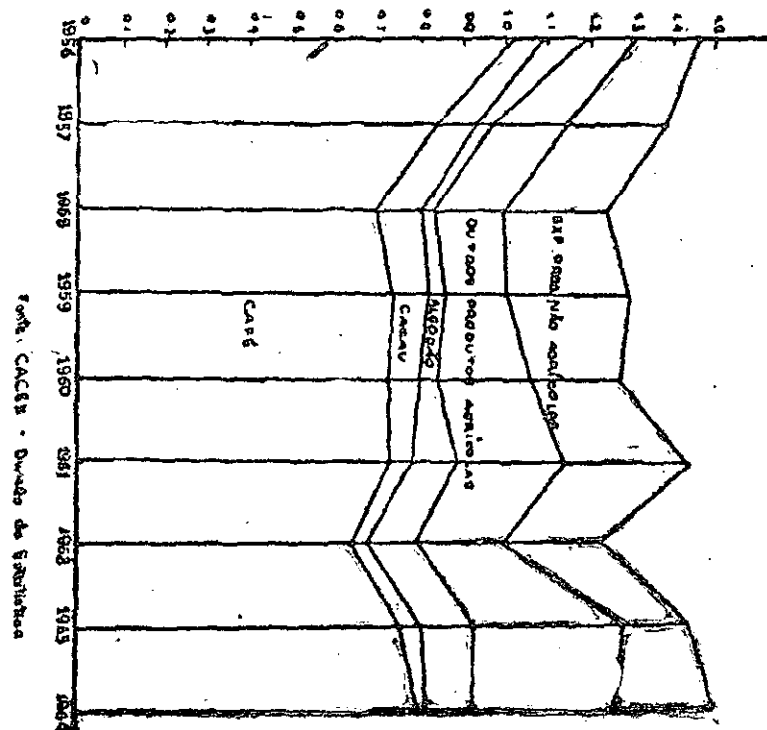
Para os principais produtos, em seguida a cada série estatística foi feita uma análise sumária.

TABELA 1 — COMPOSIÇÃO DO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS. VALOR EM DÓLARES E PORCENTAGENS DO TOTAL
1956 — 1964

ANOS	CAFÉ		CACAU		ALGODÃO		OUTROS EXP. AGRICOLAS		TOTAL EXP. AGRICOLAS		TOTAL EXPORTAÇÃO	
	Valor milh. US\$	% total exp.	Valor milh. US\$	% total exp.	Valor milh. US\$	% total exp.	Valor milh. US\$	% total exp.	Valor milh. US\$	% total exp.	Valor milh. US\$	% total exp.
1956	1.029,8	69,4	78,5	5,2	90,5	6,1	127,9	8,6	1.326,7	89,5	1.482,0	100,0
1957	845,5	60,7	91,4	6,5	47,3	3,3	172,2	12,3	1.156,4	82,0	1.392,0	100,0
1958	687,8	55,7	115,1	9,2	28,0	2,2	185,1	14,8	1.016,0	82,3	1.243,0	100,0
1959	743,6	58,0	85,2	6,6	36,8	2,8	206,3	16,0	1.017,9	83,4	1.282,0	100,0
1960	712,7	56,1	94,2	7,4	48,6	3,8	185,5	14,3	1.041,1	80,3	1.269,0	100,0
1961	710,4	50,6	60,9	4,3	112,9	8,0	222,6	15,8	1.106,8	78,8	1.403,0	100,0
1962	642,7	52,9	41,1	3,3	115,2	9,4	117,7	14,6	976,6	80,4	1.214,0	100,0
1963	747,0	53,2	50,8	3,6	117,7	8,4	337,4	26,9	1.252,9	89,1	1.406,0	100,0
1964	759,7	53,1	34,8	2,4	108,3	7,6	339,9	27,3	1.242,7	86,9	1.430,0	100,0

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil
CACEX — Divisão de Estatística

VALOR DAS EXPORTAÇÕES (em milhões de dólares)



COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
VALOR EM DÓLARES, 1956 - 1964
GRÁFICO 1

FONTE: CACEX - Divisão de Estatística

TABELA 2: — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

Brasil, 1954 — 1965 *

A N O S	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	1.036.987	655.051	24.813.436	948.077	1.447,3	37.880,1	26,17
1955	1.369.759	821.747	30.366.732	843.937	1.027,0	36.953,9	36,00
1956	979.278	1.008.288	37.710.370	1.029.782	1.021,3	37.400,4	36,62
1957	1.409.304	859.152	30.991.116	845.531	984,1	36.071,7	36,65
1958	1.695.855	772.950	25.339.998	687.515	889,5	32.783,5	36,86
1959	4.396.844	1.046.148	30.127.842	733.040	700,7	28.798,8	41,10
1960	4.169.586	1.009.141	59.377.092	712.714	706,3	58.839,2	83,30
1961	4.457.409	1.018.233	78.778.081	710.386	697,7	77.367,4	110,90
1962	4.380.607	982.565	101.457.016	642.671	654,1	103.257,3	157,86
1963	3.301.054	1.170.784	86.833.639	748.284	639,1	74.167,1	116,04
1964	2.036.863	896.774	365.240.540	759.703	847,2	340.376,0	401,79
1965	2.100.000*	300.917**	495.711.975	271.623	902,7	1.647.337,0	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística

MA — Departamento Econômico

* — Estimativa

** — Os embarques referem-se ao período janeiro/junho

C A F É

As exportações brasileiras de café têm oscilado no período 1954/1964, entre 655.051 e 1.170.784 toneladas, com a mínima no primeiro ano da série e a máxima em 1963. A média neste espaço de tempo é de 936.985 toneladas.

As divisas advindas da exportação de café também têm variado nos últimos 10 anos, sendo 1956 o mais favorável, com o total de 1,03 bilhões de dólares, e 1962 como o mais desfavorável, quando se arrecadou somente 642,67 milhões de dólares. Nestes dois anos extremos o café contribuiu com 69,4 e 52,9, respectivamente, do total das exportações brasileiras.

A análise do valor unitário do produto indica uma queda acentuada na cotação em dólar por tonelada. Assim, estes valores vêm diminuindo desde 1.447,3 dólares por tonelada em 1954, ano excepcionalmente favorável ao café no mercado internacional, até o mínimo de 639,1 dólares por tonelada em 1963. Registre-se, entretanto, que

estas médias mínimas conseguidas em 1963, são ainda muito superiores às cotações de qualquer ano anterior à década de 1950.

A partir de 1963, devido ao Acordo Internacional do Café e às safras reduzidas de 1963 e 1964, os preços começaram novamente a subir, com as cotações médias até agosto de 1965 alcançando 902,7 dólares por tonelada.

A política de manutenção de preços altos implica fundamentalmente, ainda que a longo prazo, na perda progressiva do mercado internacional. É este o grande risco que com o governo brasileiro, sabedor que é, que a curto prazo, não existe outro produto capaz de substituir o café como absorvedor de divisas.

Desde o final da segunda guerra mundial o Brasil vem enfraquecendo a sua posição de liderança no mercado internacional em média de 1% ao ano. Assim, em 1946, as exportações brasileiras representavam 53% das exportações mundiais, enquanto em 1964 indicavam somente 33%.

TABELA 3: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM RAMA OU PLUMA

Brasil, 1954 — 1965 *

A N O S	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	395.229	309.486	6.480.335	223.116	720,9	20.939,0	29,04
1955	428.474	175.706	5.134.226	131.365	747,6	29.220,6	39,08
1956	423.943	142.931	3.596.672	85.944	601,3	25.163,7	41,85
1957	383.279	60.180	1.848.887	44.206	665,0	27.937,2	41,82
1958	—	40.197	1.514.350	34.768	610,2	37.673,2	61,14
1959	—	71.584	5.165.655	35.541	450,1	66.581,4	145,30
1960	—	92.398	8.324.622	45.586	477,9	87.262,0	182,60
1961	1.828.475	205.676	28.791.571	109.682	533,3	139.985,1	262,50
1962	1.902.335	215.915	41.394.501	112.166	519,5	191.716,7	369,04
1963	1.956.895	221.804	65.008.790	114.241	515,1	293.091,2	569,05
1964	1.770.288*	217.028	21.748.762	108.259	498,8	100.211,8	200,90
1965	1.446.850**	150.296*	135.933.800	74.024	492,5	904.440,0	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística

MA — Departamento Econômico

* — Até 21 de agosto de 1965

** — Estimativas

A L G O D ã O

As exportações brasileiras de algodão apresentam duas fases distintas dentro do período 1954/1964. A primeira, de declínio, quando as exportações baixaram de 309.486 toneladas em 1954 para somente 40.197 toneladas em 1958. A partir de 1958 as exportações aumentaram até níveis acima de 200.000 toneladas nos últimos 4 anos.

Esse panorama, de certa forma, repetiu-se com relação às cotações por unidade do produto no mercado internacional. As cotações caíram de níveis superiores a 700 dólares, por tonelada em 1954 e 1955 para 453,1 dólares por tonelada em 1959, reagindo então para níveis ligeiramente superiores a 500 dólares, onde se tem mantido nos últimos 4 anos.

Ainda nos últimos quatro anos, o algodão tem concorrido com totais superiores a 100 milhões de dólares para o balanço de pagamentos do país, o que tem representado 8 a 10% do valor total das exportações brasileiras.

A situação aparentemente estável do produto no mercado internacional, pode a qualquer momento, tornar-se sério problema, quando se sabe da existência de imensos estoques americanos.

Em 1965 já foram exportadas 150.296 toneladas, total que deverá ultrapassar 200.000 toneladas até o final do ano. Da mesma forma o valor das exportações deverá ir além de 100 milhões de dólares sendo de ressaltar que o valor médio unitário indica ligeira baixa.

TABELA 4: — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CACAU E AMENDOAS

Brasil, 1954 — 1965 *

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	162.947	120.970	4.139.372	135.606	1.121,0	34.218,9	30,52
1955	157.921	121.923	3.694.965	90.907	745,6	30.305,7	40,65
1956	161.093	125.835	2.864.900	67.207	534,1	22.267,9	42,92
1957	164.556	109.677	2.991.090	69.693	635,4	21.271,8	42,92
1958	164.186	104.018	3.849.531	89.591	861,3	34.008,3	42,97
1959	177.834	79.577	4.216.283	59.447	747,0	53.989,0	72,20
1960	163.223	125.456	5.799.244	69.181	551,4	46.225,3	83,80
1961	155.901	104.170	8.425.347	45.923	440,8	80.880,7	183,50
1962	140.363	55.340	8.393.937	24.227	437,8	154.679,4	346,47
1963	143.495	68.684	19.621.599	35.030	510,0	285.679,3	560,14
1964	—	74.710	40.386.530	34.816	466,0	540.577,3	1.159,99
1965	—	34.332	21.239.350	11.638	338,9	618.492,5	1.825,09

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
MA — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965

TABELA: 4-A — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MANTEIGA DE CACAU

Brasil, 1954 — 1965 *

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	5.919	3.881	219.550	7.179	1.849,8	56.570,5	30,58
1955	7.844	5.991	400.750	8.580	1.452,1	60.892,0	40,71
1956	9.786	11.906	567.091	10.610	891,1	47.630,7	55,44
1957	12.035	14.897	1.083.748	19.750	1.325,8	72.749,4	54,87
1958	18.994	14.817	1.234.061	25.548	1.724,2	83.260,8	48,50
1959	20.696	17.944	2.278.046	25.454	1.418,5	126.953,0	89,50
1960	18.489	22.606	2.458.461	24.641	1.090,0	108.752,3	99,80
1961	15.932	14.989	2.888.343	14.760	984,7	192.697,5	195,70
1962	17.629	16.784	5.775.053	16.781	999,8	344.080,9	344,14
1963	—	14.040	8.603.290	15.721	1.119,7	612.769,9	547,25
1964	—	10.329	10.852.003	10.846	1.050,1	1.050.634,4	1.000,55
1965	—	9.235	16.854.000	8.008	867,1	1.582.523,0	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
MA — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965

TABELA: 4-B — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TORTA DE CACAU

Brasil, 1954 — 1965 *

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	6.515	53.145	1.759	270,0	8.157,3	30,21
1955	—	8.671	198.714	4.348	501,4	22.917,1	45,70
1956	—	8.959	143.833	3.113	347,5	16.054,6	46,20
1957	—	7.153	57.579	1.346	188,2	8.049,6	42,78
1958	—	16.947	108.560	2.521	148,8	6.405,9	43,06
1959	—	28.153	470.732	6.525	231,8	16.720,5	72,10
1960	—	20.430	435.333	4.356	213,7	21.308,5	99,70
1961	—	13.971	327.397	1.480	105,9	23.434,0	221,21
1962	—	5.834	176.301	538	92,2	30.219,6	327,70
1963	—	5.569	318.139	553	99,3	57.126,8	575,30
1964	—	6.051	693.810	692	114,4	114.660,4	1.002,61
1965	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
MA — Departamento Econômico

TABELA: 4-C — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MASSA DE CACAU

Brasil, 1954 — 1965

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	4.121	145.759	4.674	1.134,2	35.369,8	31,20
1955	—	3.154	139.625	3.361	1.065,6	44.269,1	41,50
1956	—	821	31.372	522	635,8	26.325,2	41,40
1957	—	2.153	77.372	1.798	835,1	35.936,8	43,03
1958	—	125	4.553	106	648,0	36.424,0	42,95
1959	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	—	—
1961	—	—	—	—	—	—	—
1962	—	—	—	—	—	—	—
1963	—	—	—	—	—	—	—
1964	—	7	8.873	5	714,3	1.267.571,4	1.774,60
1965	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

C A C A U

O cacau brasileiro é exportado sob diferentes formas, como segue, segundo a ordem de importância: amêndoas, manteiga, torta, e massa.

Tanto no quantitativo global como sob cada aspecto isoladamente, as exportações de cacau tem diminuído a cada ano, principalmente a partir de 1958, quando o produto respondeu por 9,2% do total das exportações, com o valor de 115,1 milhões de dólares, até um mínimo de 2,2% correspondente a 34,8 milhões de dólares em 1964.

As cotações do cacau no mercado internacional, sob todas as formas, tem mostrado um marcado declínio. A manteiga de cacau bai-

xando de 1.849,8 dólares por tonelada em 1954 para 1.050,1 dólares por tonelada em 1964, e apresentando níveis inferiores a 1.000 dólares em média, nos anos de 1956, 1961 e 1962. A exportação de amêndoas mostra a situação semelhante, baixando de 1.121 dólares por tonelada para somente 466 dólares por tonelada em 1964.

A torta e a massa de cacau, sem maior expressão, tendem a desaparecer da pauta das exportações.

O cacau, tradicionalmente o segundo mais importante produto agropecuario de exportação, apresenta perspectivas sombrias.

TABELA: 5 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR DEMERARA

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	2.118.383	160.133	371.131	12.229	76,4	2.317,6	30,35
1955	2.072.965	510.293	1.610.653	33.428	79,9	3.850,5	48,18
1956	2.268.152	14.536	60.690	1.264	87,0	4.175,2	48,01
1957	2.714.154	340.770	2.391.289	36.222	104,4	6.895,8	66,02
1958	3.003.615	639.995	3.835.642	47.514	74,3	5.993,2	80,68
1959	3.108.253	433.190	3.842.654	33.361	69,0	7.952,7	115,20
1960	3.318.719	699.984	9.262.933	52.527	75,0	13.233,0	176,30
1961	3.354.137	782.722	15.139.463	65.570	83,8	19.342,1	230,90
1962	3.238.061	439.606	15.113.340	39.111	89,0	24.381,6	386,50
1963	3.067.838	461.379	33.560.441	62.724	135,9	72.739,4	535,04
1964	—	252.073	36.260.087	32.950	130,7	143.847,5	1.100,46
1965	—	408.047	55.197.125	30.245	74,1	135.271,4	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* Até 21 de agosto de 1965

AÇÚCAR DEMERARA

O açúcar não tem mostrado uma tendência definida de exportação nos últimos 10 anos, apesar da produção nacional indicar crescente aumento. Em 1961 foram exportadas 782.722 toneladas, enquanto em 1956 apenas 14.536 toneladas.

O açúcar tem assim contribuído com divisas, à exceção de 1956, com cifras superiores a 30 milhões de dólares porém nunca superando 66 milhões de dólares no período 1954/64.

Os valores unitários médios por toneladas do produto têm aumentado gradativamente, desde 76,4 dólares em 1954 até 130,7 dólares em 1964.

Não fosse a baixa drástica ocorrida em 1965 nas cotações do açúcar, este seria sem dúvida um dos melhores produtos na pauta de exportações. Efetivamente, as suas cotações no mercado internacional atingiram os mais baixos níveis, em torno de 40 dólares por tonelada, o que obrigou os países exportadores a subsidiar as exportações, e colocou em crise a indústria açucareira brasileira.

Em 1965, até agosto, em que pese a situação desfavorável do mercado, foram embarcadas 408.047 toneladas de açúcar, que renderam mais de 30 milhões de dólares, pois o valor médio por tonelada do produto é de 74,1 dólares.

TABELA: 6 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SISAL

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	65.638	55.201	267.108	9.114	165,1	4.838,8	29,31
1955	89.798	80.342	519.781	11.291	140,5	6.469,6	46,03
1956	101.670	106.503	869.461	14.965	140,5	8.163,7	58,10
1957	102.320	99.894	852.550	11.784	128,0	8.534,5	66,69
1958	104.845	97.148	1.055.899	12.320	126,8	10.868,9	85,71
1959	141.467	115.481	1.833.862	18.355	161,8	16.160,1	100,00
1960	164.076	107.914	4.001.131	22.347	207,1	37.077,0	179,00
1961	170.000	128.655	5.915.978	24.793	192,7	35.983,3	238,62
1962	174.255	137.087	8.803.707	24.778	180,7	64.219,9	355,30
1963	199.299	129.998	19.633.962	36.442	260,3	151.032,8	538,77
1964	—	135.569	37.837.176	37.480	276,5	279.099,0	1.009,52
1965	—	71.722	22.830.750	12.510	174,4	318.322,8	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
 * — Até 21 de agosto de 1965
 M.A. — Departamento Econômico

O SR. MINISTRO HUGO LEME — A produção brasileira de cana de açúcar, neste ano de 1965, aumentou consideravelmente. Estamos, então, com a possibilidade de exportação de mais de quatorze milhões de sacas, o que criou um problema no sul do país, como o caso de S. Paulo, no qual existe um excedente de quota que é mais ou menos variável entre 5 a 8 milhões de sacas. O problema está sendo encarado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, que verificará como proceder. Foi proposto que se estabeleça um estoque do produto, que poderá servir para o ano seguinte. O fato, porém, é que o problema se apresenta amplo. Então, para ser resolvido — e o problema é de maior importância, uma vez que atinge um vulto dessa ordem — tem de ser observado sob o aspecto dos fornecedores de cana, que terão de manter suas canas em pé, ou estabelecer outro sistema, no caso, então, a possibilidade de produção controlada do açúcar.

Outro produto que poderíamos examinar agora vem a ser o sisal (Lê):

O sisal brasileiro, exportado em fibra ou em bucha, se apresenta como um dos produtos mais bem situados na pauta das exportações.

Os totais exportados têm acompanhado o aumento da produção nacional, a qual é quase totalmente destinada àquele fim.

As divisas oriundas de exportação têm apresentado marcado aumento, nos últimos 10 anos, indo desde 9.114 milhões de dólares em 1954 até 37,48 milhões de dólares em 1964.

Também os valores unitários médios por tonelada de sisal têm-se apresentado favoráveis ao produto brasileiro, atingindo os excelentes níveis de cerca de 280 dólares nos últimos dois anos.

Em 1965, até 21 de agosto haviam sido exportadas somente 12.510 toneladas, pois as cotações médias sofreram uma queda de mais de 100 dólares por tonelada.

Ao que tudo indica, a produção africana voltou aos bons níveis anteriores a 1962, o que sem dúvida acarretará sérios prejuízos à produção nacional.

TABELA 7: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FUMO EM FOLHA

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	146.738	27.409	557.557	17.937	654,4	20.342,4	31,08
1955	148.205	27.425	725.857	18.034	657,6	20.467,0	31,25
1956	143.539	30.392	1.042.622	19.910	652,1	34.385,8	52,57
1957	140.027	28.259	959.636	17.023	601,4	33.536,6	50,07
1958	143.922	30.025	1.143.800	15.216	506,8	38.095,2	75,17
1959	151.479	28.049	1.523.122	15.189	545,1	53.302,2	99,00
1960	161.426	31.267	3.358.429	18.579	594,2	107.411,3	180,80
1961	167.028	48.211	6.649.021	26.631	552,4	137.915,0	249,67
1962	187.040	41.066	8.764.238	23.602	574,7	213.418,4	371,33
1963	206.806	43.913	13.186.003	24.118	549,2	300.275,6	546,73
1964	—	59.793	28.804.373	28.291	473,1	481.734,9	1.018,15
1965	—	28.003	22.781.475	12.483	445,8	813.536,9	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
 M.A. — Departamento Econômico
 * — Até 21 de agosto de 1965

FUMO EM FOLHA

O fumo é outro produto cujas exportações brasileiras vêm aumentando a cada ano, passando de 27.049 toneladas em 1954 para 59.793 toneladas em 1964.

O valor global destas exportações, também indicam aumento a cada ano, entretanto não tão acentuado com o das quantidades, pois as cotações unitárias têm decrescido.

Os valores totais em divisas atingiram 28.291 dólares em 1964. O pior ano de série 1954/64 foi 1958, quando o fumo rendeu somente 15.216 milhões de dólares.

As cotações por tonelada de fumo têm diminuído em média de 3% ao ano, caindo de 654,4 dólares em 1954 para 473,1 dólares em 1964 e 445,8 dólares até agosto de 1965.

Em 1965, até agosto, haviam sido exportadas 28.003 toneladas.

TABELA: 8 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ÓLEO DE MAMONA

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	15.676	111.256	3.611	230,4	7.087,2	30,81
1955	—	24.816	241.153	4.997	201,4	9.714,6	48,26
1956	—	20.092	303.322	5.055	251,6	15.096,7	60,00
1957	—	48.114	1.146.535	17.461	363,0	24.830,0	56,54
1958	—	55.318	1.144.300	14.302	258,5	20.686,0	80,00
1959	—	47.719	949.360	9.523	199,6	19.894,8	99,00
1960	—	41.856	1.786.081	9.714	232,0	42.672,0	185,87
1961	—	92.635	6.032.387	23.863	257,6	65.120,0	257,9
1962	—	60.786	5.511.968	14.814	245,7	90.678,2	372,08
1963	—	77.350	9.750.317	17.787	100,7	126.054,5	546,17
1964	—	—	—	—	—	—	—
1965	—	88.965	31.629.075	17.331	194,8	355.522,6	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965

ÓLEO DE MAMONA

As exportações de óleo de mamona têm aumentado seguidamente no período 1954/1964, partindo de 15.676 toneladas no início de série até 77.350 toneladas em 1964, e com o total mais alto de 92.635 toneladas em 1961.

Os valores globais em divisas vêm igualmente aumentando, atingindo o nível mais alto em 1961, com 23.863 milhões de dólares.

Os valores unitários por tonelada foram sempre superiores a 200 dólares ao longo da série de anos, caindo entretanto para 100,7 dólares por tonelada em 1963.

Em 1964 não houve exportação do produto e em 1965, até 21 de agosto já foram exportadas 88.965 toneladas, sendo auspicioso observar-se uma renovação do valor unitário da tonelada de óleo de mamona, que indicou valores médios de 194,8 dólares nos oito primeiros meses do corrente ano.

TABELA: 9 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	1.055.932	84	2.231	78	928,6	26.559,5	28,00
1955	1.800.627	3.470	124.527	2.512	723,9	55.880,7	77,27
1956	230.865	2.516	120.126	1.815	721,4	47.744,8	60,00
1957	209.284	2.810	113.744	1.708	607,8	40.470,3	60,00
1958	209.913	11.339	707.050	7.457	657,6	62.420,1	97,02
1959	207.988	36.196	3.587.874	25.713	710,4	99.123,7	99,00
1960	185.031	8.619	4.238.464	7.002	812,4	143.689,9	176,00
1961	187.993	13.505	3.134.902	11.838	877,0	232.129,0	265,00
1962	188.513	11.272	3.300.769	9.411	835,0	282.829,0	331,00
1963	179.745	6.656	2.910.396	5.011	752,9	437.259,0	580,00
1964	—	7.621	6.826.793	5.640	740,1	895.787,0	1.210,32
1965	—	39.810	51.977.825	28.481	715,4	1.305.647,4	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* — Até agosto de 1965

CARNE BOVINA

A carne é talvez o único produto agropecuário do Brasil capaz de, a prazo médio, substituir o café como sustentáculo de nossa balança de pagamentos.

As diferenças de preço do mercado interno e internacional são praticamente de 1 para 2.

Se de um lado este diferencial indica excelentes perspectivas do Brasil vir a tornar-se grande exportador de carne, de outro, e pelo menos a prazo curto, impede esta possibilidade, pois o maior liberalismo nas exportações teria reflexo imediato no preço do produto no mercado doméstico.

A carne, entretanto, deve ser encarada como o mais provável sucedâneo do café.

As exportações de carne bovina têm sido pequenas nos últimos 10 anos. Só esporadicamente, como em 1959, as exportações de carne foram superiores a 25 milhões de dólares. Esta situação deverá repetir-se em 1965, pois até agosto haviam sido embarcadas quase 40 mil toneladas, equivalentes a 28 milhões de dólares.

As cotações unitárias têm-se mantido mais ou menos estáveis, sempre acima de 700 dólares por tonelada, nos últimos anos.

TABELA: 10 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA EM FAVAS

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	117.321	25.344	88.563	3.003	118,5	3.494,4	29,49
1955	106.884	51.390	235.282	5.756	112,0	4.578,4	40,88
1956	118.762	41.483	197.292	4.097	98,8	4.756,0	48,16
1957	121.501	17.399	96.174	1.809	104,0	5.527,6	53,16
1958	130.893	33.914	339.485	3.690	108,8	10.010,2	92,00
1959	151.574	42.070	488.964	4.890	116,2	11.622,7	100,00
1960	205.744	—	—	—	—	—	—
1961	271.755	73.267	1.821.768	6.872	93,8	24.864,8	265,10
1962	345.175	96.771	2.882.269	8.376	86,6	29.784,4	344,10
1963	322.915	33.448	1.819.999	3.107	92,9	54.412,8	457,03
1964	304.897	—	—	—	—	—	—
1965	451.000**	54.318	9.763.750	5.350	98,5	179.751,6	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
— Até 21 de agosto de 1965
** — Estimativa

Um outro produto de grandes possibilidades para o Brasil, nesse setor de exportação de produtos agrícolas, vem a ser a soja, em favas ou sob a forma de outros produtos. (Lê):

A produção de soja no Brasil quase que triplicou no período 1954/1964 passando de 117.321 toneladas para 304.897 toneladas. Em 1965 a produção foi estimada em 451.000 toneladas.

Similarmente, o consumo também aumentou, de modo que os excedentes exportáveis não foram muito grandes no decorrer daqueles anos. A maior quantidade de soja exportada foi de 96.771 toneladas

em 1962, sendo que em 1960 e 1964 não houve exportação do produto.

Em 1965 já foram exportadas 54.318 toneladas, total que deverá atingir 100.000 toneladas até o final do ano.

As cotações da soja no mercado internacional têm permanecido mais ou menos estáveis, em torno de 100 dólares por tonelada.

A soja é um dos produtos agropecuários com melhores perspectivas para a exportação, pois tem a seu favor um importante fator, qual seja, o preço do produto no mercado interno ser bastante inferior às cotações no mercado internacional.

TABELA: 11 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FARELO DE AMENDOIM

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	—	—	—	—	—	—
1955	—	—	—	—	—	—	—
1956	—	—	—	—	—	—	—
1957	—	—	—	—	—	—	—
1958	—	—	—	—	—	—	—
1959	—	38.261	336.996	2.163	56,5	8.807,8	155,80
1960	—	52.494	543.503	2.960	56,4	10.353,6	183,60
1961	—	105.924	1.536.656	6.274	59,2	14.507,3	244,93
1962	—	75.095	1.609.659	4.494	59,8	21.435,0	358,18
1963	—	101.970	3.156.601	6.467	63,4	30.956,1	488,11
1964	—	—	—	—	—	—	—
1965	—	107.187	14.021.475	7.683	71,7	130.813,2	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
— Até 21 de agosto de 1965

TABELA: 11-A — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AMENDOIM EM CAROÇO
Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	168.002	—	—	—	—	—	—
1955	185.856	—	—	—	—	—	—
1956	180.911	—	—	—	—	—	—
1957	185.327	—	—	—	—	—	—
1958	308.268	6	57	1	166,7	9.500,0	57,00
1959	357.403	—	—	—	—	—	—
1960	408.410	—	—	—	—	—	—
1961	584.432	—	—	—	—	—	—
1962	647.811	21.912	1.449.515	4.057	185,1	66.151,7	357,10
1963	603.840	14.870	1.231.331	2.492	167,6	82.804,6	494,10
1964	469.671	103	11.423	19	184,4	110.902,9	601,20
1965	601.700	16.103**	6.608.325	3.621	224,9	410.378,5	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965
** — Estimativa

TABELA: 11-B — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ÓLEO DE AMENDOIM
Brasil, 1954 — 1965

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	41.391	—	—	—	—	—	—
1955	57.629	—	—	—	—	—	—
1956	27.937	—	—	—	—	—	—
1957	33.834	—	—	—	—	—	—
1958	73.318	—	—	—	—	—	—
1959	69.472	—	—	—	—	—	—
1960	63.183	—	—	—	—	—	—
1961	91.808	—	—	—	—	—	—
1962	90.349	222	22.463	48	216,2	101.184,7	468,10
1963	78.034	8.419	870.631	1.769	210,2	103.412,7	492,17
1964	—	—	—	—	—	—	—
1965	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

AMENDOIM E DERIVADOS

A produção de amendoim, quase totalmente concentrada no Estado de São Paulo, tem sido marcada por sucessivos aumentos, o mesmo acontecendo com o consumo interno.

As exportações brasileiras deste produto, praticamente foram iniciadas em 1962, quando se embarcou 21.912 toneladas de amendoim em caroço. Em 1963 ainda foram exportadas quantidades apreciáveis, para no ano seguinte baixarem a pouco mais de uma centena de toneladas, devido a uma safra pouco favorável.

Em 1965, até agosto, já foram exportadas 16.103 toneladas de amendoim, total que poderá atingir 50.000 toneladas até o final do ano.

O amendoim é talvez o produto agrícola de melhores possibilidades para colocação no mercado internacional, onde as cotações têm sido superiores a 165 dólares por tonelada nos últimos anos.

Em 1965, o valor médio por tonelada do produto brasileiro exportado foi de 224,9 dólares.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — V. Exa: permite uma breve interrupção?

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Pois não. Com todo o prazer.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Eu gostaria de saber se o preço é para amendoim descascado ou com casca. Isto é muito importante!

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Não, não. Trata-se de amendoim selecionado, debulhado, descascado.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Ah! Muito obrigado.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — (Le):

Os derivados do amendoim que têm sido exportados pelo Brasil são o óleo e a torta ou farelo, este último com mais regularidade. A torta de amendoim vem sendo exportada desde 1959, com valores unitários sempre crescentes, atingindo a média de 71,7 dólares por tonelada nos 8 primeiros meses do corrente ano.

TABELA: 12 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MILHO

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	6.788.794	11.652	20.769	594	51,0	1.782,4	35,00
1955	6.689.930	80.094	221.964	4.566	57,0	2.771,3	48,61
1956	7.310.365	—	—	—	—	—	—
1957	7.763.439	—	—	—	—	—	—
1958	7.370.089	—	—	—	—	—	—
1959	7.786.739	—	—	—	—	—	—
1960	8.671.952	9.927	74.291	408	41,1	7.483,7	182,10
1961	9.036.237	4.448	36.124	180	40,5	8.121,4	200,70
1962	9.587.285	6	120	0	0	20.000,0	0
1963	10.418.267	700.155	17.361.191	29.504	42,1	24.796,2	588,44
1964	9.408.043	62.315	1.756.800	2.928	47,0	28.192,2	600,00
1965	12.311.900**	259.786	23.896.550	13.094	50,4	91.985,5	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965
** — Estimativa

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Outro produto de que o Brasil dispõe, e de excelentes safras, é o milho. Estamos com uma safra superior a 12 milhões de toneladas.

A respeito, eis o que se verifica: (Lé).

As exportações brasileiras de milho não têm tido maior expressão. No período 1954/1964 somente no penúltimo ano de série se registrou exportação de vulto, atingindo a 700.000 toneladas, que entretanto não renderam mais do que 29,5 milhões de dólares. O valor unitário do produto é baixo, oscilando em torno de 50 dólares por tonelada.

Em 1965, o Brasil teve a sua safra recorde, estimada que foi em mais de 12 milhões de toneladas, e recrudesceram as possibilidades de exportação de milho. Até 21 de agosto do corrente ano haviam sido embarcadas 259.786 toneladas de milho, sendo que até o final do ano estes totais poderão atingir 700.000 ou até 800.000 toneladas.

As cotações no mercado internacional, apesar de baixas, têm mostrado uma certa firmeza, fazendo com que o milho seja um dos produtos com que o Brasil possa diversificar a sua pauta de exportação.

TABELA: 13 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARROZ

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	3.366.838	—	—	—	—	—	—
1955	3.737.471	2.483	11.417	238	95,9	4.598,1	47,97
1956	3.488.777	101.444	533.005	9.724	95,9	5.254,0	54,81
1957	4.076.273	329	2.163	32	97,3	6.574,5	67,59
1958	3.829.295	51.552	742.743	5.625	109,1	14.407,7	132,00
1959	4.101.447	9.815	145.478	1.083	110,3	14.822,0	134,30
1960	4.794.810	434	5.212	28	64,5	12.009,2	186,15
1961	5.392.477	150.763	3.408.599	13.169	87,3	22.609,0	258,90
1962	5.556.834	43.678	1.412.675	4.748	108,7	32.342,9	297,53
1963	5.740.065	—	—	—	—	—	—
1964	6.407.700	12.424	1.171.292	860	69,2	94.276,6	1.361,96
1965	5.457.850**	97.180	19.275.650	10.562	108,7	198.349,9	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965
** — Estimativa

ARROZ

O Brasil não tem mantido regularidade nas exportações de arroz, alternando anos fracos ou nulos com outros melhores. A rigor, no período 1954/1964, somente em 1956 e 1961 se registraram exportações de maior monta, alcançando respectivamente 101.444 e 150.763 toneladas.

As cotações do produto no mercado internacional, em geral, refletem as condições das safras em países como Egito, Burma, Ceilão,

e Cingapura, estando atualmente ligeiramente acima de 100 dólares por tonelada.

A produção de arroz no Brasil é talvez a mais fácil de ser promovida, entretanto tem a limitação um importante fator, qual seja, dos preços e custos no mercado interno serem superiores ao mercado internacional.

Atualmente, os preços mínimos garantidos pelo governo estão cerca de 30% acima das cotações do mercado internacional.

TABELA: 14 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	66.382	49.851	379.503	12.832	257,4	7.612,7	29,57
1955	67.149	52.404	643.597	13.567	258,9	12.281,4	47,44
1956	71.193	58.042	769.966	15.103	260,2	13.265,7	50,98
1957	81.121	55.044	800.704	14.144	257,0	14.546,6	56,61
1958	95.482	56.602	1.030.139	15.096	266,7	18.199,7	68,24
1959	103.179	55.296	1.256.504	12.650	225,4	22.723,2	99,59
1960	110.676	55.129	1.610.116	8.983	160,0	28.686,0	179,20
1961	131.648	60.946	2.418.563	9.484	155,6	39.683,7	255,00
1962	136.026	47.558	2.759.420	7.476	157,2	58.022,2	369,10
1963	125.051	48.427	4.208.192	7.664	158,3	86.897,6	549,09
1964	—	48.414	9.158.895	7.776	160,6	189.178,6	1.177,84
1965	—	27.076	8.157.750	4.470	165,1	301.290,8	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965

TABELA: 15 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MENTOL CRISTALIZADO

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	172	60.537	1.959	11.389,3	351.959,3	30,00
1955	—	165	112.351	2.293	13.897,0	680.915,1	49,00
1956	—	231	141.131	2.695	11.666,7	610.956,7	52,37
1957	—	287	184.420	3.248	11.317,1	642.578,3	56,78
1958	—	430	341.184	4.022	9.353,5	793.451,1	84,83
1959	—	371	338.684	3.396	9.153,7	912.894,8	99,73
1960	—	345	726.188	3.986	11.553,7	2.104.892,7	182,20
1961	—	623	2.036.911	8.451	13.565,0	3.269.520,0	241,00
1962	—	926	2.837.367	8.123	8.772,1	3.064.111,0	349,30
1963	—	1.353	4.080.511	7.905	5.842,6	3.015.898,7	516,19
1964	—	1.011	6.186.703	5.670	5.670,3	6.119.389,7	1.091,12
1965	—	610	5.916.650	3.242	5.314,8	9.699.426,2	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965

TABELA: 16 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LÁ EM BRUTO

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	25.360	4.387	270.424	9.427	2.148,8	61.641,1	28,69
1955	27.520	5.122	348.469	7.398	1.444,4	68.033,8	47,10
1956	28.102	5.624	472.763	9.645	1.715,0	84.061,7	49,02
1957	28.289	4.249	502.886	9.530	2.242,9	118.354,0	52,77
1958	31.627	1.391	147.223	2.192	1.575,8	105.840,4	67,16
1959	30.351	5.794	803.397	5.380	928,5	138.660,1	149,33
1960	22.686	68	4.494	24	352,9	66.088,2	187,25
1961	24.570	15	1.905	6	400,0	127.000,0	317,50
1962	25.247	—	—	—	—	—	—
1963	26.515	2.883	1.480.563	2.470	856,7	513.549,4	599,41
1964	—	10.861	16.814.322	14.118	1.299,9	1.548.137,6	1.190,98
1965	—	10.134	18.392.350	10.078	994,5	1.814.915,1	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965

TABELA: 17. — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LARANJA

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	1.314.390	31.528	156.419	4.933	156,5	4.961,2	31,71
1955	1.338.575	45.981	15.170	5.740	124,8	5.984,6	47,94
1956	1.376.655	42.868	181.329	3.581	83,5	4.299,9	51,47
1957	1.491.510	45.844	222.597	3.764	82,1	4.855,5	59,14
1958	1.538.281	72.948	436.997	4.747	65,1	5.999,5	92,06
1959	1.645.648	111.430	941.244	6.812	61,1	8.447,0	138,17
1960	1.721.146	112.408	1.115.544	6.089	54,2	9.924,0	183,32
1961	1.819.377	112.667	1.550.731	6.007	53,3	1.376,4	258,20
1962	1.905.341	104.427	1.670.852	4.686	44,9	16.000,0	356,56
1963	2.194.241	143.623	3.397.614	6.169	43,0	23.656,5	550,75
1964	—	96.963	4.645.072	3.814	39,3	57.905,6	1.217,90
1965	—	109.723	9.143.250	5.010	45,7	83.330,3	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965

TABELA: 17-A — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	30	346	10	333,3	11.533,3	34,60
1955	—	—	—	—	—	—	—
1956	—	—	—	—	—	—	—
1957	—	—	—	—	—	—	—
1958	—	—	—	—	—	—	—
1959	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	—	—
1961	—	1	76	0	0	76.000,0	0
1962	—	235	34.563	84	357,4	137.076,6	411,46
1963	—	5.313	1.296.683	2.176	407,7	244.058,6	598,66
1964	—	3.825	1.667.310	1.437	375,7	435.898,0	1.160,27
1965	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965

TABELA: 18 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE BANANAS

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	3.964.000	239.224	319.825	11.288	47,2	1.336,9	28,30
1955	4.085.500	210.722	363.912	10.251	48,6	1.727,0	35,50
1956	4.480.700	188.062	584.482	12.395	65,9	3.167,9	47,15
1957	4.688.440	218.489	760.115	13.322	60,9	3.479,0	57,06
1958	4.495.060	271.444	911.968	10.900	40,2	3.359,7	83,67
1959	4.885.220	213.079	660.258	4.369	20,5	3.098,7	151,10
1960	5.126.739	241.944	858.979	4.561	18,9	3.550,3	188,30
1961	5.428.920	245.946	1.007.469	3.799	15,4	4.096,3	165,20
1962	6.013.200	216.543	1.174.836	3.228	14,9	5.425,4	363,95
1963	6.162.020	205.900	1.594.892	2.924	14,2	7.746,0	545,45
1964	—	225.540	7.268.496	5.818	25,8	32.227,0	1.249,31
1965	—	151.365	8.334.775	4.567	30,2	55.064,1	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
* — Até 21 de agosto de 1965

TABELA: 18-A — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE BANANA INDUSTRIALIZADA
Brasil, 1954 — 1965

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	—	—	—	—	—	—
1955	—	3	61	1	333,3	20.333,3	61,00
1956	—	7	128	2	285,7	18.285,7	64,00
1957	—	5	151	2	400,0	30.200,0	75,50
1958	—	2	73	1	500,0	36.500,0	73,00
1959	—	8	309	2	250,0	38.625,0	154,50
1960	—	0	7	—	0	0	0
1961	—	0	17.131	62	0	0	276,30
1962	—	—	—	—	—	—	—
1963	—	—	—	—	—	—	—
1964	—	—	—	—	—	—	—
1965	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

TABELA: 19 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COUROS BOVINOS SALGADOS
Brasil, 1954 — 1965

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	146.958	16.887	147.187	4.987	295,3	8.716,0	19,51
1955	144.480	11.442	174.279	4.393	383,9	15.231,5	39,67
1956	161.529	12.108	197.960	4.527	383,1	16.349,5	42,78
1957	167.570	10.317	138.078	3.327	322,5	13.383,5	41,50
1958	165.749	13.724	183.313	2.919	212,7	13.357,1	62,80
1959	184.094	30.938	697.558	6.978	225,5	22.547,0	100,00
1960	170.228	15.172	767.154	4.412	290,8	50.563,8	173,90
1961	170.556	7.015	647.400	2.585	368,5	92.288,0	250,45
1962	168.545	3.519	410.288	1.136	322,8	116.592,2	361,17
1963	169.116	3.881	592.778	1.094	281,9	152.738,5	541,84
1964	—	11.029	2.441.104	2.010	182,2	221.335,0	1.214,47
1965	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

TABELA: 19-A — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COUROS CURTIDOS
Brasil, 1954 — 1965

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	368	24.374	814	2.212,0	66.233,7	29,94
1955	—	380	44.589	995	2.618,4	117.339,5	44,81
1956	—	424	51.232	944	2.226,4	120.830,2	54,27
1957	—	464	65.288	974	2.099,1	140.706,9	67,03
1958	—	201	72.826	787	3.915,4	362.328,4	92,54
1959	—	1.022	389.665	2.669	2.611,6	381.276,9	146,00
1960	—	1.363	225.873	1.237	907,6	165.717,6	182,60
1961	—	1.170	384.780	1.526	1.304,3	328.871,8	252,15
1962	—	947	557.341	1.595	1.684,3	588.533,3	349,43
1963	—	247	699.398	1.306	5.287,5	2.831.570,8	535,53
1964	—	703	1.584.649	1.312	1.697,3	2.047.998,7	1.207,81
1965	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

TABELA: 20 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PIMENTA DO REINO (EM GRÃO)

Brasil, 1954 — 1965*

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	857	50	8.991	482	-9.640,0	179.820,0	18,65
1955	1.232	—	—	—	—	—	—
1956	2.026	75	2.378	36	480,0	31.706,7	66,06
1957	2.317	533	15.529	232	435,3	29.135,1	66,94
1958	3.067	612	41.120	350	571,9	62.189,5	117,49
1959	3.363	2.502	305.304	1.899	759,0	122.024,0	160,78
1960	4.069	1.919	458.785	2.501	-1.303,3	239.075,0	183,45
1961	4.687	2.935	749.675	2.909	991,2	255.425,9	257,70
1962	3.753	2.763	841.449	2.217	802,4	304.541,8	379,54
1963	6.454	2.377	1.007.941	1.801	757,7	424.039,1	559,65
1964	—	4.045	4.146.005	3.039	751,3	1.024.970,3	1.364,26
1965	—	2.847	4.272.325	2.341	822,3	1.500.641,0	1.825,00

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico
— Até 21 de agosto de 1965

TABELA: 21 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CHÁ

Brasil, 1954 — 1964

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	718	282	9.353	307	1.088,7	33.166,7	30,47
1955	729	310	19.503	402	1.296,9	62.912,9	48,51
1956	735	229	17.191	327	1.427,9	75.069,9	52,57
1957	737	395	27.471	518	1.311,4	69.546,8	53,03
1958	748	413	25.204	283	685,2	61.026,6	89,06
1959	4.089	798	83.988	559	700,5	105.248,2	150,30
1960	2.716	755	107.957	579	766,9	142.989,4	186,50
1961	2.816	1.176	227.959	918	780,7	193.842,7	248,30
1962	5.044	1.440	351.876	959	666,0	244.358,3	366,90
1963	6.135	1.309	483.780	906	-692,1	369.579,8	533,98
1964	—	1.758	1.671.515	1.320	750,9	950.804,9	1.266,29

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

TABELA: 22 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SEMENTES DE LINHO

Brasil, 1954 — 1964

ANOS	Ton. Produção	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	—	—	—	—	—	—
1955	—	—	—	—	—	—	—
1956	—	—	—	—	—	—	—
1957	1.138	13.238	135.814	2.111	159,5	10.259,4	64,34
1958	26.125	2.610	23.071	359	137,5	8.839,5	64,26
1959	30.722	—	—	—	—	—	—
1960	30.172	—	—	—	—	—	—
1961	27.771	4.491	153.477	587	130,7	34.174,4	261,46
1962	43.620	6.957	267.478	870	125,1	38.447,3	307,40
1963	20.374	24.510	1.492.716	2.860	116,7	60.902,3	521,92
1964	—	3	866	700	233.333,3	288.666,7	1,23

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

TABELA: 23 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ÓLEO DE PAU-ROSA

Brasil, 1954 — 1964

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	454	268	65.167	2.051	7.653,0	243.160,4	31,77
1955	599	360	149.360	3.015	8.375,0	414.888,9	49,54
1956	342	288	111.788	2.157	7.489,6	388.152,8	51,83
1957	293	181	75.687	1.307	7.221,0	418.160,2	57,91
1958	272	111	54.850	584	5.261,3	494.144,1	93,92
1959	433	326	185.116	1.239	3.800,6	567.840,4	149,40
1960	289	157	116.711	638	4.063,6	743.382,1	182,93
1961	221	174	161.536	649	3.729,8	928.367,8	248,89
1962	157	95	184.979	506	5.326,3	194.714,7	365,57
1963	134	61	213.442	383	6.278,7	3.499.049,2	557,29
1964	—	101	634.577	474	4.693,1	6.282.940,6	1.338,77

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

TABELA: 24 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CERA DE ABELHA

Brasil, 1954 — 1964

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	900	40	1.249	44	1.100,0	31.225,0	28,39
1955	895	282	17.536	352	1.248,2	62.184,4	49,82
1956	934	366	29.008	478	1.306,0	79.256,8	60,69
1957	1.058	182	16.799	251	1.379,1	94.302,2	66,93
1958	1.074	245	32.768	270	1.102,0	133.742,9	121,35
1959	1.112	566	87.872	582	1.028,2	155.250,1	150,98
1960	1.161	404	78.193	414	1.024,7	19.354,4	188,87
1961	1.190	564	145.328	572	1.014,1	257.673,7	254,06
1962	1.211	381	145	389	1.020,9	380,5	372,75
1963	1.202	608	317.736	612	1.006,6	522.592,1	519,18
1964	—	338	382.446	350	1.035,5	1.131.497,0	1.092,70

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

TABELA: 25 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CERA DE OURICURI OU LICURI

Brasil, 1954 — 1964

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	1.780	1.054	42.430	1.469	1.393,7	40.256,2	28,88
1955	510	254	19.378	395	1.555,1	76.291,3	49,06
1956	510	338	26.239	500	1.479,3	77.630,2	52,48
1957	459	345	27.458	499	1.446,4	79.588,4	55,03
1958	451	340	31.856	504	1.482,4	93.694,1	63,21
1959	203	441	59.723	598	1.356,0	135.426,3	99,90
1960	212	855	170.477	933	1.091,2	199.388,3	182,70
1961	157	795	185.399	765	962,3	233.206,2	242,35
1962	192	861	206.031	615	714,3	239.292,7	335,01
1963	370	530	185.124	352	664,2	349.290,5	525,92
1964	—	281	197.443	192	683,2	702.644,1	1.028,34

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

TABELA: 26 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE RAMI

Brasil, 1954 — 1964

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	—	—	—	—	—	—
1955	—	11	264	5	454,5	24.000,0	52,80
1956	—	—	—	—	—	—	—
1957	—	942	22.680	343	364,1	24.076,4	66,12
1958	—	966	27.562	307	317,8	28.532,1	89,78
1959	—	1.140	47.958	347	304,4	42.068,5	138,21
1960	—	22	1.099	6	272,8	49.954,5	183,17
1961	—	758	92.781	333	445,9	274.500,0	274,50
1962	—	1.015	154.957	447	440,4	152.667,0	346,70
1963	—	664	150.301	291	438,3	226.356,9	516,50
1964	—	912	379.585	304	333,3	416.211,6	1.248,63

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

TABELA: 27 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ÓLEO DE SASSAFRAS

Brasil, 1954 — 1964

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	450	17.661	581	1.291,1	39.246,7	30,40
1955	—	1.296	100.012	2.051	1.582,6	77.169,7	48,76
1956	—	789	41.863	809	1.025,3	53.058,3	51,75
1957	—	523	24.559	447	854,7	46.957,9	54,94
1958	—	443	29.713	303	684,0	67.072,2	98,06
1959	—	651	65.076	424	651,3	99.469,1	153,48
1960	—	1.044	138.353	748	716,5	132.522,0	184,97
1961	—	64	105.415	413	644,3	161.459,9	255,25
1962	—	529	106.897	296	559,5	202.073,3	361,14
1963	—	425	135.417	247	581,2	318.628,2	548,25
1964	—	479	394.321	324	676,4	823.217,1	1.217,04

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

TABELA: 28 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MAÇARANDUBA

Brasil, 1954 — 1964

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	730	7.027	224	306,8	9.626,0	31,37
1955	—	885	14.949	299	337,9	16.891,5	50,00
1956	—	679	9.430	180	265,1	13.888,1	52,39
1957	—	654	11.862	209	319,6	18.137,6	56,76
1958	537	723	26.078	280	387,3	36.069,2	93,14
1959	939	1.067	53.745	364	341,1	50.970,2	147,65
1960	763	976	69.224	383	392,4	70.926,2	180,74
1961	773	1.014	86.808	336	331,4	85.609,5	258,36
1962	758	569	69.228	194	340,9	121.666,1	356,90
1963	529	475	128.773	222	367,4	271.101,1	580,60
1964	—	1.383	752.193	608	439,6	543.885,0	1.237,15

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

TABELA: 29 — PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TAPIOCA

Brasil, 1954 — 1964

ANOS	Produção Ton.	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS		
		Ton.	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/Ton.	Cr\$/Ton.	Cr\$/US\$
1954	—	291	1.715	59	202,7	5.893,5	29,07
1955	—	762	6.427	132	173,2	8.434,4	48,69
1956	—	771	8.131	139	180,3	10.346,0	58,30
1957	—	712	8.842	133	186,8	12.418,5	66,48
1958	—	1.102	17.024	183	165,2	15.448,3	93,54
1959	—	675	16.301	110	163,0	24.149,7	148,20
1960	—	846	24.025	129	152,0	28.398,4	136,25
1961	—	1.217	51.509	199	183,6	42.324,6	238,84
1962	—	1.197	74.915	196	163,7	62.585,6	382,22
1963	—	913	97.700	171	187,3	107.009,9	571,34
1964	—	1.200	237.097	204	170,0	197.500,8	1.162,24

FONTE: CACEX — Divisão de Estatística
M.A. — Departamento Econômico

Há outros produtos que entram na pauta de exportação brasileira mas que, por não apresentarem os índices mínimos necessários a uma análise profunda, não são considerados neste relatório.

No entanto, é interessante observar que, mesmo não apresentando aqueles índices mínimos, há vários autores, como a fruticultura, particularmente, que estão possibilitando a penetração brasileira no mercado internacional.

Entre as regiões brasileiras que muito poderiam contribuir com sua produção de frutas, poderíamos citar o Nordeste que, já no momento, começa a pesar na balança. Destaca-se, como produto relevante daquela região, o caju — quer seja *in natura*, quer seja o óleo de sua castanha ou até mesmo a sua castanha — que atinge, na exportação, a faixa de um milhão de dólares. Desejo ressaltar que essa fruta carrega muitos dólares para a Índia, cuja exportação apresentou o índice de 100 milhões de dólares, representando, assim, o segundo produto da pauta de exportação daquela nação.

Podemos observar que a laranja, que já representou para o Brasil um produto de larga exportação, retorna, com boas perspectivas ao nosso mercado exportador, tendo havido mesmo, este ano, uma acentuada exportação dessa fruta cítrica para a Argentina, pois que conseguimos nos desvencilhar de um obstáculo que estava impedindo a nossa exportação: o canoro cítrico. Trouxemos técnicos daquele País, inclusive o Ministro da Agricultura argentino, aos quais demonstramos que a zona citrícola brasileira está bem atizada nas regiões que apresentam o canoro cítrico.

Assim, Srs. Congressistas, poderíamos citar uma série de outros produtos, inclusive a pesca, que, hoje, estão no mercado internacional, o Sr. Superintendente da SUDENE que aqui está poderá, se necessário, dar esclarecimentos, como também sobre diversos outros produtos, que poderíamos observar nesse setor.

Mas, completando esta exposição, gostaríamos de demonstrar, na previsão de safra feita para este ano, — tivemos oportunidade de dizer antes da colheita e foi confirmado depois, — que o Brasil terá, excedentes, limitado aqueles que são alcançados pelos preços mínimos, de arroz, e de milho (estimados em 1.500.000 toneladas, que poderão ser exportadas), de soja (150.000 toneladas), de amendoim (105.000 toneladas), de algodão (150.000 toneladas), de torta de amendoim (30.000 toneladas) e de torta de soja (80.000 toneladas). Temos o prazer de acrescentar, ainda neste ano, a produção desses elementos básicos alcançados pelos preços mínimos, e o consumo das diversas regiões do Brasil, para se estimar. Posso ainda dizer que se continuar o interesse dos agricultores, como se demonstra nas procuras de soja nas regiões de nosso País, talvez na safra 1965-1966 tenhamos grande possibilidade de exportação de produtos agrícolas, observando-se, como em 1965, um acréscimo da mesma.

Tenho dito e repetido em diversas ocasiões: O importante para o nosso País é que se crie tradição na exportação dos produtos agrícolas. Como também a carne, deve formar esse mercado de exportação, mesmo porque existe o aumento do consumo da carne nos diversos países da Europa. Formando-se esse aspecto e eliminando-se essa expressão «excedente», o Brasil deve ter é um conceito de exportação, um elemento para exportação; para ganharmos mercado firme e conseguirmos nos impor ainda mais na balança econômica brasileira, principalmente no que tange à obtenção de divisas, com produtos provenientes da agricultura, da pesca, e da pecuária.

Éra o que desejava dizer, completando o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígnifido Pacheco) — Tem a palavra o Sr. Senador Atílio Fontana, Relator substituto da Comissão.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA (Relator) — Sr. Ministro realmente V. Exa. traz, aqui, notícias com tortadoras com referência à produção agropecuária, e nós mesmo constatamos que a produção tem aumentado ultimamente, principalmente no último ano, havendo esperanças de que possamos continuar desenvolvendo esta atividade agropastoril e agropecuária.

No Brasil, dependemos muito da produção agropecuária, não somente para o consumo e abastecimento interno, mas para a exportação, de vez que V. Excelência nos traz a notícia de que contribuiram com mais de um bilhão de dólares, enquanto que nossa produção não vai além de um bilhão e quatrocentos mil dólares. Até 1961 e 1962 diminuiu para um bilhão e duzentos e poucos mi-

lhões de dólares, mas nós, que estamos em contato com os homens do campo, notamos com referência a orientação que o Governo tem dado no que tange ao preço da produção.

Enquanto os produtos das indústrias sofreram correção monetária, os produtos da lavoura não a sofreram, principalmente a carne. O governo está adotando medidas que são quase um confisco. Isso tem repercutido desfavoravelmente. Constatamos, em Santa Catarina, onde embora não tenha sido requisitado o gado, que os fazendeiros estão preocupados e mesmo desanimados, procurando desfazer-se de suas fazendas.

V. Exa., Sr. Ministro, tem observado esse tratamento de desapropriação de gado para abastecimento? Parece-me que essa política não tem sido feliz. Poderíamos ter feito a estocagem no tempo do gado gordo e, agora, ter carne. Deixamos mesmo de exportar. No Rio Grande do Norte, o rebanho emagreceu, porque não foi abatido no inverno.

O que acha V. Exa. da política de preço baixo do governo para a carne, uma vez que é produto de alto valor na exportação?

Verificamos, nos Estados Unidos, quando lá estivemos no mês de julho, no nordeste, e perguntamos, numa fazenda onde encontramos treze mil e quinhentos bois, qual o preço que alcançava o quilo, ou melhor, a libra, e eles nos deram o preço que, tomando por base o valor atual do dólar, o quilo de boi vivo estava alcançando o preço de mil e setecentos cruzeiros, enquanto que no Brasil o preço esteve, durante a safra, na base de duzentos e cinqüenta, duzentos e setenta e duzentos e oitenta cruzeiros o quilo.

Dai deduz-se que há uma diferença de preço muito grande e que nossos fazendeiros, os pecuaristas, quase que tudo do que necessitam comprar, sejam produtos veterinários ou material de consumo da fazenda, comprem-na na base de uma moeda já de preço desvalorizado, no nosso cruzeiro, e sofrendo a correção monetária. E ainda, o que precisam vender — que é o boi, no caso — já não alcança esse preço, de acordo com a desvalorização do cruzeiro.

Portanto, gostaria de saber o que V. Exa. poderia nos informar a respeito da orientação do Ministério da Agricultura, com referência a essa desapropriação de

gado, numa época em que ele está alcançando pouco peso e, naturalmente, causa pânico entre os fazendeiros, não apenas os de São Paulo, onde está sendo feita essa desapropriação, mas também nos outros Estados. Constatamos que em Santa Catarina os fazendeiros não se sentem garantidos para trabalhar, desenvolver e ampliar uma produção que poderia, como V. Exa. disse, ser uma fonte de divisas, muito valiosa para o país. No entanto o Brasil, em face da política adotada, no momento, não tem conseguido exportar grande quantidade de carne. A Argentina, no ano passado, exportou carne no montante de 600 milhões de dólares; e o Brasil com uma imensa área de pastagem exporta apenas poucas dezenas de milhões de dólares, anualmente.

Gostaria de ouvir V. Exa. a respeito.

O SR. MINISTRO HUGO LEME

— V. Exa., Senhor Senador, localizou muito bem o problema que preocupa, sobretudo, não somente os pecuaristas, mas a opinião pública e o Governo. O problema é difícil de ser exposto sob o aspecto abastecimento. A SUNAB é que pode falar. Entretanto, se elevarmos rapidamente o preço do produto, o povo reclama, grita contra o custo elevado de vida, transformando-se o problema em coisa séria.

Até mesmo, quando se apresentou, e para evitar que houvesse problema desta ordem, fez-se retenção de parte da exportação.

É um problema — digo-o, como ministro da Agricultura — que deve ser colocado nas condições reais, como se está fazendo para os outros produtos. Deve-se colocar o preço da carne dentro de um programa estabelecido, no parâmetro do preço internacional. Como se coloca o arroz, o milho, os outros produtos, isto também deve ser observado, para que daí então possam se estabelecer as condições para o desenvolvimento maior desse setor do nosso País. E também possa se estabelecer, claro, uma diferença mais sensível entre o preço da carne bovina e outras carnes, permitindo aí desenvolver mais a indústria da pesca, por exemplo, que é outra fonte de proteína para o nosso País ou o desenvolvimento de carne de aves, que também é de grande importância para o nosso País. E outros setores, podendo então diminuir o consu-

mo da proteína proveniente de carne bovina do nosso País, que representa 70% da proteína consumida, enquanto que noutros países, a França, por exemplo, país com rebanho bovino apreciável, isso constitui somente 30%. Então, são modificações profundas na economia brasileira que devem ser introduzidas paulatinamente, para que se obtenha esse resultado. Estamos de fato numa posição difícil para o abastecimento de carne porque inclusive faltou estoque para enfrentar o período da entre-safra. Mas, acredito, nobre Senador Atílio Fontana, que esta situação se irá modificar um pouco. A política do Governo especialmente está sendo trabalhada, e certos desentendimentos que existem atualmente, deverão ser superados, para que se possa estabelecer os aspectos que bem salientei no trabalho, isto é, para que a carne possa constituir-se num elemento fundamental para a exportação do nosso País, porque temos de fato condições para este fim. Principalmente, se as pastagens forem melhoradas e tratadas de modo técnico, teremos possibilidades de extraordinária grandeza neste setor uma vez que o mercado consumidor aumenta gradativamente.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — A fim de estimular o homem do campo na formação de pastagens artificiais, é necessário que melhorem as condições de preço. Segundo estou informado, no Norte do Paraná, região que se poderia transformar em campos de pastagens artificiais de grande rendimento, os fazendeiros chegaram à conclusão de que a fazenda de pecuária — de bovinos e até mesmo de suínos — não lhe dá o resultado que dá o café. Daí a situação que deparamos. Produz-se mais café do que o que podemos comercializar, criando um grande problema para o governo, que tem de adquirir os excedentes de café que vai a centenas de bilhões. Há uma tendência para transformar em face dessa política do governo, certa região de pecuária para o plantio do café, porque ele dá melhor resultado. Acrescente-se ainda, que exportamos grande quantidade de forragem, conforme V. Exa. trouxe ao nosso conhecimento, milho, torta de soja, etc. Não podemos desenvolver mais a pecuária de animais de pequeno porte, exatamente pela política que o governo vem adotando. Temos escassez de leite e estamos exportando forragem que podia ser transformada em leite. Penso que V. Exa., à testa do Ministério que dirige, deve estar preocupado.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Estamos preocupados com este problema, como disse muito bem o Senador. Podemos transformar o milho em carne, a torta de soja, de amendoim, em carne, obtendo aí, talvez, cinco ou seis vezes o que obteríamos pela exportação desse produto.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Sr. Ministro, não estou bem afeito à pasta que V. Exa. dirige, mas estamos observando, como disse há pouco, que no Paraná se planta bastante café, tendência que o governo precisa corrigir. Temos sempre lembrado que se o governo proporcionasse aos lavradores de outras atividades agrícolas as mesmas condições daqueles que cultivam café, certamente não estaríamos com esta superprodução de café e de falta de carne, como agora. Nestas regiões de pastagens artificiais do Paraná, que praticamente não sofrem a seca, poderíamos ter gado todo o ano. Mas o governo tem um tratamento de-

sigual para o café e a carne e então constatamos o grande problema — a produção de muito café.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Posso dizer que a preocupação do governo é grande. Está sendo criada uma comissão interministerial para localizar exatamente este aspecto que V. Exa. teve a oportunidade de se referir — o grande número de pés de café existentes em nosso país e a necessidade de substituí-los por pastagens, para que, no futuro, se possa corrigir esse mal que vem de há muito tempo.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Sr. Ministro, outro assunto que preocupa bastante o nosso homem do campo é o alto preço dos fertilizantes. Tem V. Exa. algo a nos dizer?

O SR. MINISTRO HUGO LEME — O aspecto localizado por V. Exa. é fundamental. Temos constantemente procurado os outros Ministros para observarem esse aspecto, pela necessidade de resolver o problema.

Assim, há dois aspectos que estão sendo examinados: um, a produção de fertilizantes; a instalação de indústrias de fertilizantes; outro, o do crédito, do preço desses produtos.

Sobre o crédito, o ano passado, por exemplo, tenho a declarar que se obteve um auxílio da Aliança para o Progresso, no valor de 15 milhões de dólares, entregues aos agricultores, as cooperativas, aos importadores de fertilizantes, e esses dólares, se teriam transformados em 22 bilhões de cruzeiros, foram distribuídos pela Coordenação Nacional de Crédito Rural, irrigando os bancos particulares, para que concedessem maior financiamento a outros elementos de maior importância para o desenvolvimento da produção. Para se obter maior produção, o melhor meio — sem dúvida — é a facilidade do crédito para adquirir os produtos.

Então, esses 22 bilhões de cruzeiros foram entregues aos bancos particulares e vo tarao, dentro de quatro anos, para servir de subsídio, para a ampliação da indústria de fertilizantes.

Mas o preço do fertilizante subiu, embora aparecesse a Portaria nº 71, recentemente, para que não se elevasse esse produto. Foi estabelecida outra resolução do Conselho Monetário em nosso País, a nosso pedido, como sugestão também para que o Banco do Brasil financiasse em maior escala os agricultores no setor de fertilizantes, e em prazos mais dilatados, porque as culturas têm prazos diferentes para a colheita.

Foi redigida a portaria. Antes de ser publicada, foram convocados os vendedores de fertilizantes, as diversas companhias, como também os fabricantes, para que observassem o sentido: o Governo vai dar facilidade, mas deveriam eles, em correspondência à facilidade, diminuir o preço do fertilizante. Houve várias reuniões em São Paulo, e o preço foi considerado mais baixo.

Eles se comprometeram a que esse preço do fertilizante, que está então já menor do que existia, fosse mantido para venda do produto não só na região centro de nosso País, como em outros lugares.

Procura-se atuar nesse sentido porque, como está muito bem evidenciado, para que se obtenha um produto com uma cotação internacional estabelecida, existe um teto para ele.

É impossível que os elementos básicos estejam acima no mercado nacional, o agricultor brasileiro tenha que dar um produto, por um preço teto e vá utili-

zar elementos que são mais caros em outros países.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Em geral aqui, no Brasil, verificamos que os fertilizantes chegam a preço elevadíssimo nas fazendas, se comparados com o preço do produto que se obtém com o seu emprego.

Daí ser o consumo de fertilizantes insignificante, no Brasil. Temos muitas regiões, creio que não apenas nos Estados do Sul, mas nos do Nordeste e em toda parte, as terras estão sendo abandonadas, porque sem tratamento, sem recuperação com fertilizantes, não têm condições para produzir.

Verificamos, como agora nos Estados do extremo sul, que grande número de agricultores abandona as suas propriedades, porque rendem pouco, ou deixam apenas um membro da família, que pouco produz, e procura, até que se encontre, as terras virgens como as do Paraná e no sul e oeste de Mato Grosso.

A continuarmos nessa situação, é de se prever que, com a expansão demográfica, em nosso país, tenhamos dificuldades, não somente para abastecer nosso povo, mas, principalmente, para manter nossa balança de pagamentos com o estrangeiro, que depende muito da agricultura.

Entendemos, assim, que a solução de um dos problemas de grande alcance social e econômico seria o Governo procurar levar fertilizantes aos lavradores. Do contrário, será cada dia maior o abandono da terra e contra isso devemos lutar. Não podemos pensar só nas gerações presentes, mas também no futuro.

É mister, pois, encarar de frente esse problema dos preços dos fertilizantes. Se o Governo proporcionar facilidades para a exportação, na produção, no transporte de fertilizantes a oferta e a procura serão normalizadas, com estabilização de preços, porque somente há especulação quando o produto está nas mãos de poucos privilegiados. Mas se o Governo adota a política que amplia o comércio e ampara as empresas que trabalham com fertilizantes, vem, então, a competição, como em outros setores.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Perfeitamente.

Há necessidade, hoje, de aumento da produção. Nas terras já utilizadas por algum tempo, como é o caso específico do Paraná, é imprescindível que o fertilizante seja aplicado em maior escala, e não só fertilizante mas os adubos, como por exemplo o calcário.

O Governo procuraria, então, nesse sentido, como fizou o Senador Atílio Fontana, abrir mais a concorrência. No ano passado, demos 15 milhões de dólares às Cooperativas e aos importadores. Já existe maior quantidade de fertilizantes e está-se estabelecendo essa competência. De modo que o abaixamento do preço do fertilizante já é também uma consequência desse fator.

Neste ano, estão sendo negociados vinte milhões de dólares — a média que o Brasil tem que importar, no momento, para fazer esse entrechoque. Mas, para o futuro, deve-se pensar numa forma de o País deixar de ser misturador de adubos e passe a ser produtor de fertilizantes. Isso é importante e nesse sentido estamos trabalhando intensamente.

Não podemos depender somente da importação, que chegará a um custo alto.

E hoje existem várias indústrias que estão com projetos prontos para obter meios necessários às suas instalações, principalmente com relação ao nitrogênio, elemento básico. Num desses pro-

jetos, pensava-se até na importação do NH₃, a amônia. Far-se-ia um terminal em Santos, ou em outra região. Mas, com a evolução da exploração do petróleo e o aumento que tem tido o consumo de seus derivados, já existe um plano para aproveitá-lo. Posso dizer, com satisfação, que já existe não um mas alguns planos em fase final.

É uma perspectiva bastante agradável. Claro que temos o nitrogênio. Temos o fosfato, não só no Norte como também no Centro e no Sul. Mas a descoberta dos sais de potássio, em Carmelitas, no Sergipe, veio trazer para nós, brasileiros, uma perspectiva extraordinária. Raros são os países que têm depósito de sais de potássio. O Brasil passa a ser incluído entre eles!

Quando se fizer a exploração desses sais, para que se possa empregar mais um elemento para nossa agricultura, indústria e comércio, e quem sabe até exportação, já estaremos numa situação bem melhor.

Mas, fertilizante é elemento fundamental, como o é igualmente a boa semente. O que é imprescindível, no nosso País, para melhorar o rendimento da agricultura e aumentar a produção é o aumento da produtividade das diversas culturas que se fazem e se exploram neste País.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Sr. Ministro, não sei se está sob controle do Ministério da Agricultura, a qualidade dos produtos da lavoura para a exportação, principalmente o milho, que não está sendo bem aceito no exterior, porque não chega em boas condições ao seu destino devido ao seu alto teor de umidade. Está sob a responsabilidade do seu Ministério?

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Sim, está, e nesse sentido estive em Santos para observar a exportação do milho. Esse ano tivemos muita chuva e o milho foi colhido com alto teor de umidade. Começou também o grande interesse pela exportação, mas o controle se faz. O que acontece é que muitas vezes há o retorno dos vagões e dos caminhões em Santos, com teor de umidade acima de 15%. Houve um navio, por exemplo, que estava no Porto de Santos, carregado de milho com índice de umidade de 20%. Ressalte-se, no caso, que, em absoluto, não era o produto que apresentava esse teor de umidade: o navio ficou parado e, naturalmente, houve infiltração, porque não é possível exportar milho com esse teor de umidade.

O que ocorreu foi isso — o navio ficou exposto às chuvas, no porto ou em qualquer outro lugar e, então, houve penetração de umidade.

Tive o cuidado de chamar os elementos responsáveis no Ministério da Agricultura e fiz ver isso: é importante para nós, brasileiros, principalmente agora que recomeça a exportação de milho — pode-se dizer que quase se inicia a exportação daquele cereal — que o nosso produto deve ter, no exterior, a melhor cotação possível, a fim de se seja assegurado o mercado. Não é possível que mandemos produto de má ou de péssima qualidade, para ganhar um lucro maior na exportação e, depois, ficar a cotação do produto prejudicada.

Salientei esse aspecto junto à Associação, hoje Nacional, de Exportadores de Cereais, lá em São Paulo.

Solicito ao Dr. José Faria que esclareça a respeito um pouco mais aos Senhores Senadores, pois tal questão é da competência do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária.

O SR. JOSE FARIA (Assessor) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Senhores Senadores, realmente o problema da qualidade da exportação está afetado ao Ministério da Agricultura, que já tem, na sua exportação, 67 produtos classificados, dos quais se destacam: milho, arroz, carne, amendoim, soja, algodão, sisal, pimenta do reino, fibras de coco uma série imensa de outros. No caso específico do milho a que alude o Senador Atilio Fontana, houve realmente o caso a que V. Exa. já se referiu, de uma exportação saída do porto de Paranaguá, com baixo teor de umidade. A medição foi feita pelos técnicos do Ministério e da Supersa, companhia internacional que trata desses problemas. No ato do embarque, o milho saiu com um teor de umidade de 3%. Acontece que o navio saiu com baixa tonelagem, para apárrhar mais mercadoria no porto de Santos e ficou ao largo 45 dias. Naturalmente não competia ao Governo intervir, pois se tratava de um litígio entre comerciantes. Houve infiltração e a umidade se elevou para 28%. Procuramos prender o navio no porto e não conseguimos. Foi quando V. Exa. assinou o expediente pedindo ao Itamaraty que fosse preso o navio na Itália e re-embalsado para o Brasil. Esta providência já foi tomada.

No tocante aos demais produtos embarcados pelo porto de Santos, o que ocorre é que este ano temos uma safra abundante e naturalmente os produtos tinham que ser bem classificados, não só pela umidade, mas pela qualidade, pela pureza. Ocorreu que o Acordo de classificação que pertence à Secretaria de Agricultura de São Paulo não foi chamado para classificar em grandes centros, e a safra foi tão abundante e a corrida da exportação tão intensa, que a safra não foi totalmente classificada, porque não havia centro de convergência.

O Governo Federal determinou então centros de convergência nos Armazéns da CAGESP, onde estão sendo executados.

O Governo Federal determinou que a Rede Ferroviária Federal não recebesse, para descida no Porto de Santos nenhum produto que não tivesse certificado de classificação, porque não cabe ao Governo a interferência dentro do Estado. Para onde vai o produto é competência da Secretaria da Agricultura ou Secretaria da Fazenda do Estado. Quando o produto vem do Paraná, aí sim, não passa pela fronteira com atestado de classificação, e o milho do Paraná está bem classificado, em boas condições. No Porto de Santos ocorreu um outro fato: é que o milho vinha nas galeras da Estrada de Ferro Jundiaí — Santos, mais propriamente na de Jundiaí, e não tinha cobertura, como também não a tinham os caminhões.

Os caminhões também não tinham cobertura adequada. A exportação era aberta, e começou a se fazer a colocação de milho em galeras e nas piscinas. Estava se carregando milho nas piscinas naturalmente em estufadores individuais. Mesmo saindo do Brasil a umidade não ultrapassou a 15% e até 15% é permitido pelo comércio internacional.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Muito obrigado pela informação. Temos notícias de que a qualidade do milho brasileiro tem gradado no estrangeiro, porém o problema é da umidade, e verificamos que as condições de manuseio.

A título de colaboração seria interessante que se procurasse fazer sentir aos exportadores que deveriam ter secado-

res, porque sem secadores corremos o risco de perder a mercadoria até mesmo com prejuízo, como no caso do retorno de um produto como o milho.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Já falamos com os exportadores por intermédio da Associação Nacional de Exportação de Cereais, para que sejam eliminadas as impurezas. Embora se tolere 2% de impurezas, se ele sair com melhor qualidade é uma tradição que se impõe. Confiança não se impõe, adquire-se.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Não sei se estou me estendendo muito nas indagações, mas são assuntos de grande interesse.

V. Exa., Sr. Ministro, em muito boa hora iniciou a campanha para o desenvolvimento dos suínos, do porco tipo carne. Consideramos essa medida de grande alcance, porque vem ao encontro desses princípios a que V. Exa. se referiu, de que deveríamos restringir um pouco o consumo da carne bovina, para que possamos exportá-la, já que a carne de boi é considerada nobre e dispomos de terras para desenvolver a criação de suínos. Poderia V. Exa. nos informar se essa iniciativa teve andamento?

O SR. MINISTRO HUGO DE ALMEIDA LEME — Quando assumimos o Ministério da Agricultura, procuramos, inicialmente, uma nova forma de trabalho, procurando o intercâmbio das Secretarias de Agricultura com entidades nacionais e internacionais, a fim de evitar o paralelismo das ações e no que diz respeito ao trabalho. Então, estão eles atuando de maneira mais rápida na parte de sementes, e fertilizantes como também no que diz respeito à mecanização, às máquinas agrícolas, às vacinas, aos créditos e também com relação aos preços mínimos e à armazenagem. Passamos, então, para uma fase que é mais interessante, e que consiste em levar mensagens aos agricultores, que consistem justamente nas campanhas, entre as quais a campanha da suinocultura.

Aliás, Srs. Senadores, nesse sentido tive oportunidade de conversar com o nobre Senador Atilio Fontana, assim também com as associações do centro do País, de que se havia montado essa campanha no sentido de se incentivar a suinocultura, justamente porque esse tipo de carne pode concorrer, sobremaneira para substituímos a carne bovina, no consumo interno, como ainda pode vir a ser exportado, desse modo entrar no mercado.

Instalou-se, então, essa campanha que já está em funcionamento, pois já estamos no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo, em Minas Gerais e no Paraná com elementos já estabelecidos para esse fim.

Naturalmente, Srs. Senadores, essa campanha apresenta várias fases, como por exemplo a da penetração, isto é, fazer as publicações, fazer artigos no sentido de ensinar não só ao agricultor como até ao técnico. Além do mais, instalaram-se cursos especiais para engenheiros agrônomos e veterinários, justamente sobre esse aspecto da suinocultura, principalmente na parte do porco tipo carne.

E outro ponto foi aparelhar certos postos do Ministério da Agricultura com reprodutores, em maior número, para servir de centro de irradiação, embora o processo tenha por base os próprios produtores; quer dizer, o Ministério da Agricultura não deve se transformar em centro de reprodutores de suínos, de

seleção, mas fazer com que a iniciativa privada entre nesse setor. Em Ipanema, São Paulo, está aparelhada neste sentido, assim como em outras regiões do Paraná e Rio Grande do Sul.

Além disso, foi observada a necessidade de se trazer reprodutores de fora para evitar a consanguinidade, processo desagradável que cria verdadeiro problema para o país. Neste sentido, esteve na Alemanha, o Chefe de Gabinete para promover a importação de reprodutores daquele país, bem como examinou a possibilidade de adquiri-los também nos Estados Unidos, fazendo com que haja, no nosso rebanho, sangue novo, evitando, como disse, a ação nociva da consanguinidade. Vemos, com isto, que a campanha está em marcha.

Para o próximo ano, obteremos verbas maiores para desenvolver a campanha da melhor forma possível.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — É na verdade uma iniciativa de grande alcance, porque sem ao o Brasil grande produtor de torragem, melhor seria mesmo nos ampliarmos o rebanho suíno, consumindo torragem.

(Pausa).

Tenho em mãos a relação de vários técnicos aqui presentes, subordinados ao Senhor Ministro. Não sei se poderíamos, ainda ouvir alguma explanação.

O SR. MINISTRO HUGO DE ALMEIDA LEME — Exatô. Passaria então a palavra ao Dr. Jorge Nôvoa da Costa, Diretor-Geral de Promoção Agropecuária.

O SR. JORGE NÔVOA DA COSTA — O Sr. Ministro da Agricultura, já em ligeiras palavras, definiu e caracterizou bem o programa de incremento à suinocultura por parte do Ministério da Agricultura. Essa campanha, em feliz hora, levantada na administração do Dr. Hugo Leme, vem tendo muita ressonância e aceitação por parte dos criadores do meio rural interessados em que a sua economia venha a contribuir para a economia global do País em termos de produtividade e baixo custo de produção, baixo de modo a possibilitar aos senhores que se dedicam a essa tarefa, o rendimento satisfatório para melhor conduzir seus empreendimentos. Ao ser lançada essa campanha, muitos ficaram preocupados, porque ela teria que ter continuidade, devendo ser muito bem fundamentada dando-se à sua estrutura um programa logo a seguir desencadeado, para que o Ministério da Agricultura pudesse auferir resultados satisfatórios. E S. Exa. muito se preocupou com isso. Tanto assim — e tenho prazer em registrar aqui, — que o ilustre Senador é um entusiasta da criação do porco tipo-carne.

Vários são os critérios que se poderia adotar para incrementar a produção de suínos. O nosso Ministério passou por fases críticas relativamente à dotação de verbas orçamentárias e grande era o desestímulo dos seus técnicos, que não viam possibilidade de num ano, lograrem reaparelhamento, desejável, mas felizmente, com a dedicação de colegas que estão no interior o programa foi mais ou menos executado, tendo-se em vista o aproveitamento do porco tipo carne: 1º — reaparelhamento das bases físicas, construindo pocilgas técnicas, funcionais e que permitissem fossem os porcos criados tendo em vista o aproveitamento e o rendimento, inclusive até com mais capacidade criatória das fêmeas, para que pudesse o rebanho ser conduzido estritamente no sentido econômico. De nada adiantava fomentar a

suinocultura tendo em vista a produção global, sem conduzir nosso homem. Naturalmente que faço ressalvas, pois temos no Brasil diversos criadores que se conduzem dentro dessa faixa, mas também devo dizer que esse programa é abrangente e vai de encontro com medidas que não cuidam do problema da defesa do rebanho suíno, com o problema de ordem econômica da conversão do alimento, da constituição, de suas proteínas e de outros elementos constituintes da ração de carne, para que não haja desperdício. (Lê):

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PROJETO NACIONAL DPA

SUB-PROJETO SP-3

Relatório das Atividades

As atividades do Sub-Projeto, nesse segundo trimestre, dinamizando as atividades do Setor de Animais de Médio e Pequeno Porte, foram as seguintes:

a) Setor de Suinocultura

Continuam os trabalhos de complementação das instalações de suínos, nas seguintes dependências do DPA:

1) Fazenda Regional de Criação em Ponta Grossa

Preparo de piquetas gramadas com azevém e correção de cercas com tela Page e achas de Bauna, aumentando, em muito, a capacidade de pastos artificiais disponíveis e suficientes para ampliação do plantel suíno da Fazenda.

As 46 cabeças da raça Duroc, tipo carne, adquiridas em 1964, com recursos do ETA — Projeto 66 DPA, no Rio Grande do Sul, já se encontram em fase de reprodução, tendo sido feita a eliminação dos plantéis de Germanico e Tamworth existentes. Foram montados comedouros automáticos em todos os piquetes recuperados as instalações da pocilga-maternidade.

De acordo com o compromisso assumido pelo Sr. Executor da Campanha do País de Tela, deverá ser montado 1 silo metálico Butler, com a capacidade para 90 toneladas, para armazenamento de milho em grão bem como 5 paços de água.

2) Posto Agropecuário da Concórdia

Terminado o 1º Teste de Avaliação da Progenie, instalado com suínos dos criadores da região, o que constitui a 1ª demonstração desse gênero no País, efetuada em nova instalação de uma pocilga, construção iniciada em novembro de 1964, medindo 12,00 x 8,00m, totalmente equipada com balança, comedouros automáticos, bebedouros, etc., além de uma fábrica de rações montadas com moinho de marteletes e misturador de rações.

Essa Estação de Testes de Avaliação de Progenie destina-se à avaliação dos rendimentos em carne e à obtenção de dados sobre o comportamento dos suínos dos criadores da região.

Idêntica instalação está projetada para o corrente ano, a ser montada em Urussanga — MG.

3) Fazenda Regional de Criação em Pedro Leopoldo

Continuam as obras de construção da nova pocilga-maternidade, confecção de novo parque gramado com Bermuda - Iwancee e instalação da rede d'água.

A Fazenda deverá receber, também, 1 silo metálico — Butler, para 90 toneladas de grão e 6 paços de tela, por conta da Campanha.

O plantel Duroc está em franco desenvolvimento e em fase de reprodução.

4) Pósto Agropecuário de Pains — MG.

Quase prontas as instalações de nova pocilga-maternidade e os piquetes para porcas solteiras e leitões, obras iniciadas em novembro de 1964, com os recursos do ETA-Projeto 66 DPA. As serão instaladas, também, os Testes de Avaliação da Progenie e Provas de Varrões.

5) Fazenda Regional de Criação em Pinheiral — Rio de Janeiro

Terminada a recuperação da pocilga-maternidade. Em prosseguimento as obras de preparo de novos piquetes gramados e cercados. As 45 cabeças de suínos (Wessex-Saddleback, adquiridos no Rio Grande do Sul estão em início de reprodução e plantel de Duroc em franco desenvolvimento.

Está em fase final de montagem o silo «Duvent», com capacidade para 54 toneladas de grãos, adquiridos no final de 1964, devendo ser construídos 6 paços de tela.

6) Pósto Agropecuário de Ibirubá

Concluídas as obras de recuperação da pocilga-maternidade, remodelação e caiação de 62 abrigos para porcas, reprodutores e leitões; preparo de novos piquetes gramados e cercados com tela Page.

Quero comunicar a V. Exa., Senador Atilio Fontana, que teve a maior aceitação, no Fundo Federal Pecuário, a ideia de os bancos financiarem em pequeno e médio prazo. O Fundo não se transformaria em órgão financiador, mas em impulsionador do progresso da agricultura, pois foi criado para incrementar o meio rural. Aqui está presente o seu Diretor, o Sr. Oto Lira, sempre atento aos demais departamentos, e principalmente à preocupação do Sr. Ministro, que encontrou a Pasta em situação bem crítica, para que possam vir ao encontro das reais necessidades. É mentalidade nova, como o é também a de todos os colegas que viviam na situação anterior e não podiam ter uma receptividade boa de trabalho, do ponto-de-vista de se encontrar solução para o problema.

O caso da importação de reprodutores já foi tratado pelo Sr. Ministro da Agricultura, declarando que a Alemanha, a Suécia e outros países poderiam remeter animais de alta linhagem, que melhorariam a genética de nossos animais.

A Fazenda Ipanema também, é grande centro e já se tomam providências acertadas para que se torne não só cen-

tro de treinamento, mas esteja atenta aos colegas que vêm de outros Estados para levar alguma coisa desse trabalho importante, do Ministério da Agricultura.

Em linhas gerais foi feito um trabalho de recuperação das bases físicas, treinamento de pessoal e, dentro da escassez, da raridade que hoje em dia é freqüente dos técnicos de agronomia, é o que acontece com a nossa carreira, os colegas são muito solicitados e, dentro das limitações que o Ministério da Agricultura enfrenta, para ter em seus quadros maior número de agrônomos, — as escolas são solicitadas — o grande esforço desse trabalho, que deve ter o apoio dos grandes criadores de suínos, das cooperativas, será feito pela nossa equipe no sentido daquilo que seja possível realizar.

O Sr. Ministro já tomou providências para o problema do financiamento e toda ajuda para os criadores de suínos, para que esse programa seja, de fato, efetivado.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Sr. Ministro, ficamos satisfeitos com referência à iniciativa nesse setor.

Parece que está presente, também, um Diretor de Defesa e Pesquisa. Ligados que somos à zona rural, da pecuária, observamos a preocupação e os prejuízos que têm causado certas epizootias e determinadas doenças. Problema muito sério é aquele com que nos defrontamos quando aparecem doenças que custam muito a ser identificadas.

Gostaria de saber, Sr. Ministro, com referência às pesquisas — setor de grande valia para nossos pecuaristas — que colaboração e orientação poderá o Ministério da Agricultura dar, nesse setor.

Há também a questão do combate principalmente à aftosa, que dá centenas de milhões de cruzeiros de prejuízo. Desejava saber o que o Ministério está fazendo, nesse setor, e se podemos esperar tenham os nossos pecuaristas melhor assistência para combate às doenças que dizimam nossos rebanhos.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — O Diretor do Departamento de Defesa da Pecuária poderá dar todos esses esclarecimentos. V. Exa. localizou muito bem esse aspecto. A sanidade dos nossos rebanhos — bovino, suíno, equino — é de grande importância, em nosso país, porque, para a produção é importante, de um lado, que tenhamos a melhoria da alimentação e, de outro, a sanidade desse animal, porque somente uma das viroses — a aftose — rouba do Brasil bilhões de cruzeiros, pela diminuição da produção de carne, de leite, de lã, acarretando, assim, além desse, inúmeros outros inconvenientes desagradáveis, como o da França impedir a entrada da carne do Brasil por causa da aftose que grassa em nosso País.

Procuramos, também, olhar esse aspecto, sempre encarando por aqueles pontos-de-vista que admitimos como básicos, fundamentais. Deve haver interligação entre ensino, pesquisa e extensão, para que todos possam trabalhar juntos e obter, dessa forma, resultados mais positivos.

Citando o capítulo da aftose, devo declarar que procuramos agir com a melhor intenção possível e selecionamos, no Rio Grande do Sul, como início para a campanha da aftose; procuramos fazer com que o Estado tivesse a aftose controlada dentro de alguns anos e, assim, pudesse o povo brasileiro dizer, com maior satisfação e orgulho, que essa doença está controlada, e que hoje já podemos exportar não somente carne,

como reprodutores para qualquer parte do mundo.

Procuramos então os pontos substanciais, para ali aplicarmos um impacto de grande intensidade, — e a vacinação já vai começar! — e um impacto menor em outros Estados, como Santa Catarina (já fizemos um trabalho nesse sentido, estamos com o planos elaborados), Minas, Paraná, São Paulo, região já abrangida. Não entramos em Goiás e Mato Grosso porque a situação aí já é mais delicada. Naturalmente, a campanha irá ao Norte e ao Nordeste. Claro que em ritmo não tão acelerado.

O primeiro passo, porém, foi obter laboratórios que produzissem vacinas em quantidade, para encetarmos uma campanha desse porte, para termos municação. Depois, laboratórios para controle das vacinas!

É com satisfação que posso dizer que já está funcionando um deles em Porto Alegre. Igualmente já estão em desenvolvimento outros — Barretos, Recife, Belém. Também contamos com a iniciativa particular. É o caso da Pfizer e outras organizações.

Podemos, por isso, iniciar a campanha. Estabelecemos um plano de ação, do qual falará o doutor Farias, colocando todos os técnicos, veterinários, em suas posições; material, condução e também encarregados da vacinação.

Ainda agora temos um projeto visando obter auxílio das entidades internacionais. Somaremos assim os nossos recursos aos de outras entidades internacionais.

Além disso, temos responsabilidade com os nossos vizinhos na América do Sul, que trabalharão junto com o Brasil. Há um convênio estabelecido entre o nosso País e a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Chile, e só assim poderemos agir.

Assim, mantido esse combate à febre aftosa, que já começa a dar resultados, em dezembro teremos a primeira vacinação em massa no Rio Grande do Sul, que que se estenderá depois aos outros Estados.

O Dr. Faria poderá dizer não só dessa campanha, como outras de combate as diversas moléstias, como, por exemplo, brucelose, verminose, raiva, tuberculose e outras que atacam os nossos rebanhos.

O SR. JOSÉ FARIA (Assessor) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Senhores Senadores, o Senador Atilio Fontana abordou problema da mais alta gravidade para a pecuária nacional, de vez que se levamos em termos de percentagem atualizada, em 63, verificamos com melancolia que a percentagem, so de morte de rebanho bovino sobe a 4,2%; suíno, 21,6%; ovino, 6% e caprino, 8,5%. Isso convertido em moeda nacional representa Cr\$ 221.000.000.000.

Naturalmente nesse apanhado não são computados os prejuízos causados pela depreciação da espécie animal, como o fator de rendimento de carcaças, grande peso, natalidade, índice de crescimento e uma série de outros índices que poderiam, aqui, ser apresentados.

Cabe ao Ministério da Agricultura, naturalmente na sua conceituação, a orientação e fiscalização dessa política feita pelos Estados.

Infortunadamente poucos Estados da Federação possuem condições de fazê-lo. Citamos uns 2 ou 3 Estados da Federação que estão em condições de arcar com essa responsabilidade. Aí, então, o Ministério da Agricultura faz uma interferência nos aspectos de ordem sanitária dos Estados.

O Sr. Senador Atilio Fontana e termina o problema da peste suína, em 1948, que quase dizimava o rebanho nacional. Naquela oportunidade morreram mais suínos do que os abatidos. O rebanho suíno quase desapareceu em todo o País.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Em certos lugares, como em Santa Catarina, quase todo o rebanho desapareceu. No meu Estado, de 1949 para 1950, houve uma queda brusca de 50%. A peste suína acabou com a maior parte dos rebanhos e só se salvaram aqueles rebanhos que não haviam sido vacinados. E esses tiveram que distribuir matrizes para os que não tinham vacinado seus rebanhos e por isto os tinham perdido.

O SR. JOSÉ FARIA — Está, pois, conceituado o problema, na sua gravidade. O Ministério da Agricultura está apenas com 600 veterinários, dos quais, 25% estão em idade de aposentar. Agora, o Sr. Ministro conseguiu nomear mais 200, o que vem constituir um reforço. O Ministério tem que espalhar veterinários para pesquisa, fomento de defesa animal. Se verificarmos, temos em média 2 milhões e 300 mil animais para cada veterinário.

O Brasil tem uma vacina com índice de proteção excelente, ao contrário de outros países sul americanos e europeus onde existe um tipo de vacina não bem recomendado, mais de ordem comercial.

Em outras doenças, o Ministério da Agricultura tem procurado armar diversos tipos de esquema. No caso da brucelose, houve uma campanha mais de esclarecimento público, porque a brucelose ocorre não só nos animais, como no homem, determinando baixas, não em mortalidade, mas em forma de abortos. Para se conceituar, pode-se dizer que há mais de 380 mil abortos por ano só no rebanho bovino. Mas o Ministério da Agricultura tem procurado fazer alguma coisa, e há algum tempo houve uma comissão da brucelose, mas não teve os recursos desejados e o Ministério acabou que recomencesse e fizesse um sistema de acordo com a Secretaria de Agricultura, visando a formação de novos técnicos.

O problema é de base. Faltam a Brasil especialistas em determinados tipos de doenças. Estamos fazendo o it dice zoológico dessa doença, para verificar naturalmente o esquema em torno da vacinação. Nas leis brasileiras, não temos condições de sacrificar todos os animais doentes, porque o nosso Governo não tem condições de arcar com esta responsabilidade. Quase 50% do rebanho está afetado e o sacrifício seria um ônus imprevisível. O Ministério da Agricultura está orientando o problema para a vacinação com a Brucela 19. Acredita-se que nos países tropicais, subtropicais, isto represente 50% de prejuízos causados pelas doenças infecciosas, como a febre aftosa, a brucelose e outras. São fatores limitantes da produção nacional.

O Ministério está fazendo uma campanha junto às universidades e laboratórios que estão nos ajudando a fazer um índice de levantamento.

Os institutos de pesquisa estão trabalhando junto com a defesa em outros órgãos de Secretarias e Universidade para o levantamento, para indicar o criador o tipo de vernifugo adequado.

No caso da raiva, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Roraima, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia são Estados de incidência maior. Acreditamos que os prejuízos causados pela raiva são da ordem de 60 bilhões.

sruzelos. O Ministério da Agricultura tinha-se empenhado nesse problema e tem conseguido excelentes resultados. No Estado do Rio, a incidência de casos mortais baixou demasiadamente. Estamos, também, empenhados na eliminação de focos de morcegos que são os maiores veículos da raiva. Não se conhece bem a biologia do morcego, mas houve um simpósio da Associação dos Veterinários que esquematizou bem esse problema do morcego. Em algumas regiões que figuravam como grandes incidentes de raiva, ficou provado que ali não existiam, enquanto outras regiões não pesquisadas eram grandes incidentes. Temos, inclusive, o problema do morcego que vem das Guianas, do Uruguai e Argentina que criam grandes problemas.

O problema da aftosa é nacional. O Ministério da Agricultura iniciou campanha. Essa campanha, naturalmente, foi em primeiro lugar no sentido de melhorar as vacinas que até três anos atrás, a sua produção estava a tal ponto que o Ministério da Agricultura teve inclusive de fechar laboratórios justamente porque as vacinas por eles fabricadas não tinham condições de serem aplicadas, consistia em verdadeira água suja.

Hoje, entretanto, Srs. Senadores, o Ministério mantém um veterinário especializado em cada laboratório, acompanhando a fabricação das vacinas, desde a coleta do material até a distribuição das vacinas no campo. Inclusive o Ministério está fazendo convênios com as Secretarias de Agricultura, como por exemplo no Rio Grande do Sul, e ainda está promovendo a instalação de laboratórios de controle de vacinas. Agora mesmo o Ministério fez um convênio com a Secretaria de Santa Catarina onde esta fica com a responsabilidade da vacinação enquanto que o Ministério fica com a esquematização e orientação. Do mesmo modo procedeu com Minas Gerais, com Pernambuco, com São Paulo onde tem inclusive uma estação de controle, e, naturalmente, irá estender — esperamos — a todos os Estados da Federação.

Como, naturalmente, não é possível o Ministério cobrir todo o País na mesma época, naturalmente isso tudo será feito por fases. O problema da Aftosa, e, realmente, na sua parte, digamos, promocial, mais grave, inclusive com implicações de ordem internacional. Temos problema com a França que, no ano passado, limitou, proibiu a importação de carne do Brasil. Entretanto, o nosso problema não é com aquele país, pois que a França é auto-suficiente em matéria de carne, mas lidera o mercado comum europeu. No problema de carne, a França tem assessores técnicos: três veterinários, elementos capacitados no mercado comum europeu, sendo dois franceses e um suíço. Naturalmente, temos que a França possa fazer reação em cadeia, como fez com o Uruguai, há dois anos, que teve de impor condições muito severas à França. Este ponto está entretanto quase sanado. A França impôs igualmente tratamento desigual à Argentina. O Itamarati tem ajudado muito nessa reação em cadeia, que não foi feita naturalmente. Estamos, portanto, com a área livre em todo o mercado europeu, com exceção da França.

O problema não é bem como se propala. É pouco diferente.

No Brasil, conhecemos estes três tipos de vírus: o vírus «A», o vírus «O» e o vírus «C». Aliás, foram aqui descritos mais dois tipos.

Esses tipos de vírus foram oriundos da mutação dos dois tipos de vírus

clássicos, resultante da modalidade de elaboração da vacina. Anteriormente, no Brasil, fazia-se a vacina pela inoculação na língua do bovino. Ocorria que as inoculações desses tipos de vírus eram feitas em animais já resistentes. O vírus, naturalmente, procurava adaptar-se, tornando inócuo o trabalho.

O Brasil procurou, diante da situação surgida, restringir a importação de animais do Continente Afro-Asiático.

O certo é que a vacina não era boa. A pesquisa não conseguia colocar os três tipos de vírus numa só vacina. Era questão eminentemente técnica. Hoje porém, fazem 10, 12, com os três tipos de vírus, com o mesmo número de fatores imunizantes.

Hoje, com as providências do Ministério da Agricultura, colocando veterinários, tipificando vírus e testando a vacina antes de sair para o comércio, a rutura de imunidade é muito mais difícil. Naturalmente que toda vacina tem rutura de imunidade, inclusive na vacina de vírus humano temos a rutura de imunidade em 10% dos casos. Na raiva, 20%; na febre aftosa chegamos até a 75%. É imunidade excelente, não só no Brasil mas em todo o mundo. Os animais que não têm carga cumulativa de vírus podem sofrer rutura de imunidade. O criador, o fazendeiro que vacina seu animal naturalmente quer 100% de imunidade.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — O processo de preparo da vacina é mais fácil, é mais rendoso!

O SR. JOSÉ FARIA — Não. O processo evoluiu muito, tornou-se mais fácil, muito mais rendoso, pois hoje coletamos o epitélio e fazemos a sua cultura. Para se verificar quanto é caro esse método, laboratórios estrangeiros tiveram de empregar, aqui no Brasil, só em vacinas de aftosa, mais de um bilhão e meio de cruzeiros, até um bilhão e seiscentos mil cruzeiros. São vacinas caras. Certamente que o problema da vacina de aftosa irá evoluir para um aspecto muito importante, o de vírus modificado.

Esses problemas não os podemos aceitar no Brasil, porque são de ordem técnica, e os países importadores restringem, pois acreditam que o vírus da carne pode tomar o vírus no país consumidor. É problema muito longo.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Esperamos que provavelmente se consiga contornar, pelo menos parcialmente, porque o País está sofrendo com essas doenças que grassam nos rebanhos e são causa de desestímulo.

O produtor tem receio, quantos dizem lá no interior, «não me meto nesse negócio, porque morrem», costuma dizer que não tem sorte... Dá como motivo a falta de sorte.

O DR. JOSÉ FARIA — É que a técnica não chegou até lá.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Eles não conhecem os métodos que poderiam evitar, por exemplo, a vacinação.

Sr. Ministro, Sr. Presidente, estou satisfeito, fiz várias perguntas, tive os esclarecimentos desejados.

O SR. SENADOR JÚLIO LEITE — Sr. Presidente, eu desejaria formular algumas perguntas.

O Banco do Brasil vem autorizando empréstimo aos que desejarem comprar adubo. É uma medida muito interessante, porém não é apenas o adubo o necessário. É a irrigação?

Porque o Conselho Monetário não é a quem o Banco do Brasil facilita-se empréstimo também para irrigação, cuja aparelhagem é caríssima? Adubação, sem irrigação, não está completa.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — De fato, o assunto é da maior importância, principalmente para a região Nordeste. A ação do Banco do Brasil se faz sentir, com financiamentos vários, mas é imprescindível que se faça também no setor de irrigação, principalmente para a aquisição de motobombas pelos nordestinos. Posso dizer que, este ano, procuramos atuar com intensidade nesse setor. Fizemos, por exemplo, um empréstimo ao Estado do Ceará, que recebe uma verba de 600 milhões de cruzeiros para a aquisição de motobombas. Depois, estabelecemos um programa para o emprego de 700 milhões de cruzeiros na aquisição de motobombas para revenda ao agricultor.

Sem dúvida alguma, porém, é de grande importância que o Banco do Brasil financie também nesse setor, porque só dessa forma poderemos assegurar uma produção eficiente na região. Estamos com tal interesse pelo assunto que organizamos uma comissão, formada de técnicos, em nosso Ministério para tratar da matéria. Porque é interessante assinalar que havia um setor de irrigação no Ministério das Minas e Energia, e o Ministério da Agricultura não tinha qualquer órgão específico para cuidar do assunto.

Hoje, já existe no Ministério da Agricultura.

Obtivemos, então, convite do Banco do Brasil para elaborar um projeto nesse sentido, fundamental para o desenvolvimento da agricultura, naquela região, que se estabelece no sistema de irrigação. Faremos um plano, não muito grande, porém que se possa expandir, pois, no futuro, deve-se pensar em coisas grandes, a exemplo do que já foi feito nos Estados Unidos e na Rússia. Nos Estados Unidos, no vale do Tennessee, represaram o rio, e na Rússia desviaram um rio que ia para o sul, a fim de irrigar regiões secas do país.

Devemos, também, fazer pressão junto ao Banco do Brasil, no sentido de que entre nessa faixa importante.

O SR. SENADOR JÚLIO LEITE — Realmente, o problema está angustiando o Nordeste. A produção de São Paulo, digamos de 38 milhões de sacas seria uma superprodução. Onde colocar isso? Estão jogando nas praças do Nordeste, que era tradicional na produção do açúcar.

A questão está prejudicando a economia dos Estados de Alagoas, de Sergipe, de Pernambuco. Pela primeira vez, na História, se registra o açúcar de São Paulo chegar a Aracaju. Um Estado que sempre viveu do açúcar também está em crise.

Se não houver limitação pelo Governo, ou mesmo uma providência como aquela da limitação ou do zoneamento, o regime de quotas, mesmo os Estados que produzem mais, não terão onde colocar o produto. Argumenta-se que poderia haver a substituição de culturas. Mas e onde não houver elementos para essa substituição?

V. Exa. fala em exportar os excedentes. Exportar como?

Então vai-se deixar para a safra seguinte? O açúcar é gênero perecível. Então, a solução seria São Paulo produzir açúcar demerara para não deixar para outro ano?

O fato é que a economia do Norte e do Nordeste estão profundamente atingidas.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — V. Exa. frisou muito bem a situação que isso representa para o Estado do Rio e para as regiões do Norte. Mas o próprio Ministério da Indústria e Comércio já está estudando um plano. Deverá apresentar sua proposta. Uma das modalidades para o plantador de cana, de São Paulo, por exemplo, seria manter a cana de pé. Não havendo superprodução. Esses 5 milhões a mais ficariam retidos nos campos. Já no ano seguinte a quantidade fosse maior, o açúcar de maior riqueza. É preciso, porém, que o Banco do Brasil financie com trinta milhões. Outro processo seria fazer um estoque e atrasar o início da safra de São Paulo, jogá-la mais para a frente, e ainda um outro processo, talvez subsidiário, seria a exportação do açúcar. Mas é importante que isso seja feito com a maior urgência, para evitar o desespero dos ussueiros, criando situação difícil.

O Sr. Ministro Daniel Faraco criou Comissão que vai agir com a maior urgência possível, para contornar esse estado de coisas. O que está prejudicando é a questão do financiamento, e qualquer dos processos visando a solucionar o problema, depende do desembolso por parte do Banco do Brasil.

O SR. SENADOR JÚLIO LEITE — Permita-me V. Exa. outra pergunta. Aliás V. Exa. está tendo verdadeira sabatina.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Com muito prazer para mim.

O SR. SENADOR JÚLIO LEITE — Obrigado, mas qual o procedimento do Ministério com relação ao côco; o anel vermelho, por exemplo?

O SR. MINISTRO HUGO LEME — O Dr. Faria poderá dizer alguma coisa a respeito, mas assim que tivemos notícia do «anel vermelho», atuamos imediatamente, porque o côco representa um produto que pode ser altamente industrializado, aproveitando-se, o seu óleo, por exemplo, além de outros subprodutos que representam, em conjunto, um papel relevante na economia brasileira.

O Dr. José Faria poderá falar a respeito do controle do «anel vermelho».

O DR. JOSÉ FARIA (Assessor) — O Sr. Senador falou sobre a proteção a ser dispensada pelo Ministério da Agricultura à cultura do côco.

Acabamos de concluir, agora, as novas especificações para a fibra do côco. A respeito será levado ao Sr. Presidente da República um estudo minucioso que contou com a colaboração das Secretarias de Agricultura de Sergipe e Alagoas.

No que concerne ao «anel vermelho» estamos atacando, não só em Sergipe como em Alagoas e queremos fazer idêntico trabalho de controle desse mal em Pernambuco e Ceará, onde não chegou, ainda, o «anel vermelho» — são focos esporádicos nesses Estados.

No combate a esse mal compramos bombas e pulverizadores para serem utilizados nos Estados de Sergipe e Alagoas; aplicamos verbas especiais na compra de inseticidas — inclusive trafores para puxarem esses pulverizadores. O trabalho está sendo executado, naturalmente na época em que essa doença apresenta maior intensidade.

Estamos fazendo convênios com as secretarias de agricultura e quem está norteando o trabalho é o Ministério da Agricultura, através da Inspetoria de Defesa Sanitária Vegetal. Inclusive, o Dr. Manoel França, homem inteligente

estudioso, já faz os testes de pulverização, de inseticida, de campo e de laboratório e está atacando este problema. Naturalmente vai intensificar ainda mais o trabalho agora, no mês de dezembro, que é a época de maior intensidade do anel vermelho.

O SR. SENADOR JULIO LEITE — Qual o processo utilizado? Para se combater o anel vermelho queima-se o coqueiro?

O SR. JOSÉ FARIA — Queimamos o coqueiro e protegemos os outros. Naturalmente, os que são atacados estão condenados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígnepedro Pacheco) — Sr. Ministro, V. Exa. fez considerações em torno da atuação do Ministério com relação aos problemas do Nordeste, principalmente em que diz respeito à pecuária e à agricultura.

Sou de uma região cujo cultivo da terra é quixotesco. O sucesso das atividades do Nordeste depende não do suor derramado, do trabalho diuturno de sol a sol, da dedicação das famílias ao cultivo da terra, mas da boa vontade de Deus, da boa vontade dos Céus. Não adianta esse esforço dias seguidos, pois quando chega uma seca, vai-se toda a economia e o lucro feito com tanto trabalho.

Tempos no Nordeste, principalmente no Piauí, o filho enjeitado da República. Piauí não é considerado como filho predileto, mas o filho esquecido.

Nada se resolve no Sul do Brasil, no Centro do Brasil, enquanto não se fizer o paralelismo entre a indústria e a pecuária. Há vinte anos que o Brasil comete esse crime para atender aos reclamos dos operários e daqueles abandonados do campo. Isto é o que temos observado. Não há nenhum cientista que possa justificar isto, de um só setor econômico poder subsistir aquela parte da população.

Isto é o que acontece no Brasil. Encontrei um agricultor belga e perguntei a ele o que estava fazendo aqui, e ele disse: estou plantando trigo nas chapadas de Brasília. Mas não é possível! Nós não podemos fazer isto, porque a terra não serve. Ele respondeu, mandei uma amostra da terra para a Bélgica, e ficou constatado que ela é magnífica.

No Nordeste, temos proteínas nativas que são as leguminosas. O gado, ali, não come capim, somente folhas e leguminosas. Não morre de sede mais devido a essa alimentação.

E' preciso que as injustiças desapareçam do Brasil.

Sr. Ministro, todos nós elogiamos o Sr. Presidente da República quando foi buscar na Escola Luis de Queirós o seu maior técnico, o seu diretor para o Ministério da Agricultura. Conheço o Ministério da Agricultura, conheço os seus técnicos, que são meus amigos, e com eles discuto os problemas do Piauí. E' preciso, pois, coragem cívica e patriótica para elevar os preços das coisas do campo. De forma que toda essa organização do Ministério e dos técnicos, essa investida, essa realidade brasileira de se pretender fazer até o impossível em relação ao homem do campo, com que a agricultura proceda, com relação ao campo, da mesma forma como procedeu com o trigo e com a gasolina, isto é, dando os preços reais para que esse homem do campo possa viver melhor e, com melhores condições de vida, possa ajudar a engrandecer o Brasil.

Podemos, por exemplo, seguir o exemplo da Inglaterra e dos Estados Unidos, onde a produção ultrapassa as necessidades, e isso eles alcançaram pagando

ao homem do campo o preço real pelo que ele produz. Na Inglaterra, para se conseguir a situação atual foi preciso o povo pagar ao homem do campo o subsídio necessário a fim de que ele possa educar seus filhos, alimentá-los, vesti-los o que não acontece com o homem do campo brasileiro, que é considerado o pária da Nação.

Esse o apelo que faço a V. Exa., Sr. Ministro, no sentido de que possamos equiparar as condições do homem do campo com as do homem da indústria, porque só assim conseguiremos a igualdade no tratamento a todos que trabalham no Brasil, tanto na agricultura como na indústria.

(Pausa).

Acabo de receber uma comunicação de que estamos sendo chamados a comparecer a uma sessão secreta, em plenário. Então, em virtude do cansaço que está se apossando de nós, poderíamos fazer uma breve interrupção e, então, assim que termine a sessão secreta, que não deve ser demorada, voltaremos a nos reunir para continuarmos a palestra com V. Exa. que, para nós, é tão agradável e tão lucrativa.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 17 horas e 30 minutos e reaberta às 17 horas e 45 minutos).

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígnepedro Pacheco) — Está reaberta a reunião.

Continua com a palavra o Sr. Ministro Hugo Leme.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Senhores Senadores, o Ministério da Agricultura tem um campo vastíssimo de atuação. Além de ter parte na pesquisa e extensão, com relação à agricultura, pecuária e pesca em nosso país, abrange outros setores como o Serviço de Proteção aos Índios; tem um órgão de fundamental importância para o seu funcionamento e ação de incentivo e organização dos seus diversos departamentos, como ainda — posso dizer — de incentivo a certos problemas do Ministério. Este órgão é o Fundo Federal Agropecuário.

A ação do Fundo Federal Agropecuário se faz em diversos setores, como disse de início. Assim, atua até sob o aspecto da revenda de materiais para o agricultor, colaborando diretamente com o Serviço de Revenda do Departamento de Produção Agropecuária, e ainda agora do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, Instituto do Ministério da Agricultura.

Sua ação se faz presente com o auxílio de verba destinada especificamente para este setor, e desta forma estabelece um programa inicial que é obedecido durante o ano, distribuído então para os vários setores, como ainda movimentando verbas que tem obtido por meio de recolhimentos que vêm das estações experimentais dos Institutos, que são as rendas adjudicadas.

E' então um órgão importantíssimo para o nosso Ministério, porque tem uma flexibilidade maior. É constituído o Fundo Federal Agropecuário, é o Conselho que examina.

Os projetos são estudados e reexaminados. E, desta forma se está efetuando nas escolas, nos colégios e mesmo nas Universidades do Ministério, no campo do ensino, como ainda se efetuando a parte de extensão, quer no Departamento de Promoções Agropecuárias do M. A., como também auxiliando a A.B.C.A.R., que é um órgão que está promovendo o fomento em grande número de Estados em nosso País. A

A.B.C.A.R., hoje, tem estrutura bastante grande e recebe mais de 60% das suas verbas do Ministério da Agricultura. E, também, a pesquisa do trabalho, em conjunto com o próprio Departamento de Pesquisa. Forma-se então um conjunto que se fundamenta no princípio básico de que para desenvolvimento da agricultura há que se reunir o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, que é a promoção, conjuntamente, para não ficarem em órgãos separados, como existem em muitos Estados, como potência muito grande, que muitas vezes não atua. Posso citar o caso do Estado de São Paulo, que tem um departamento de promoção com mais de 800 agrônomos, porque isso pode observar, enquanto que o Ministério da Agricultura tem na sua estrutura toda 1.300 engenheiros agrônomos. A Secretaria de Agricultura de São Paulo tem 1.400 agrônomos, e no entanto não responde o Estado de São Paulo com precisão muito grande, porque não há entrosamento perfeito entre a parte de pesquisa e a parte de extensão, e este foi um segredo do desenvolvimento, em parte, também, da agricultura e da pecuária dos Estados Unidos. As universidades eram reunidas muitas vezes somente com a finalidade de fazer o ensino, a pesquisa e a extensão. Evitava, então, o paralelismo de ação, a duplicidade de órgãos executando o mesmo serviço. Muitas vezes observa-se isso no Brasil. E' desagradável verificar-se dois ou três institutos ou estações experimentais ou órgão de pesquisa fazendo a mesma pesquisa, a mesma experimentação. De modo que atua o Fundo Federal Agropecuário sobre todo esse conjunto do Ministério da Agricultura, mesmo também no setor da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, tendo as suas quotas, dando-lhe então os seus auxílios, e isto é importante para se formar um órgão com ação mais rápida e intensiva em certos setores. Este órgão do Ministério da Agricultura é orientado por um conselho — o Conselho do Fundo Agropecuário, do qual sou presidente, que movimentava estas verbas. Mas, para que esta colenda Comissão conheça a ação deste órgão, principalmente neste ano, pediria ao Dr. Oto Lira, conselheiro do Fundo Agropecuário, dissesse do programa estabelecido pelo Fundo Agropecuário.

O SR. OTO LIRA (Assessor) — Sr. Presidente e Senhores Senadores, além das palavras de S. Exa. com referência ao Fundo Agropecuário, procurarei ser breve e objetivo.

Na qualidade de técnico e de funcionário do Ministério da Agricultura, tenho a convicção de que o Fundo Federal Agropecuário é o agente catalizador da ação do Ministério da Agricultura. Com os recursos do Fundo, o Ministério da Agricultura pode estar presente na época própria. O Fundo Federal Agropecuário vai representar uma nova era de progresso e de desenvolvimento para o Ministério da Agricultura e para o Brasil.

Venho lutando, no Ministério da Agricultura, e senti, de perto, no início de minha atividade no Ministério, como eram difíceis os recursos que deviam ser colocados para determinados problemas que devíamos enfrentar. Pela mecânica de organização de orçamento, pela mecânica de contabilidade pública, sabe-se perfeitamente que os projetos, os programas, na maioria dos casos, têm que ser previsto com mais de um ano de antecedência. E' verdade que muitos projetos, muitos programas podem ser programados com toda essa antecedência, e em agricultura estamos mexendo com

sêres vivos, com agentes biológicos. Não podemos prever que haja futuras inesperadas que terão de ser enfrentadas, como a epizootia — há pouco tratado — como o de epidemias, problemas que surgem, às vezes, de praga, como tem acontecido com a cigarrinha da cana-de-açúcar, ou de nuvens de gafanhotos que ocorriam com frequência no Sul do País. São problemas que existem, que ocorrem e que naturalmente não podem ser previstos com dois ou três anos de antecedência. De maneira que, nesses ocasiões, o Ministério não tinha meios de fazer face à necessidade imprevista. Então, havia o problema de se recorrer a créditos especiais. Sabe-se perfeitamente que o crédito especial deve ser votado e surge uma série de demoras, de delongas, de implicações, e, na hora de se fazer frente ao problema, o crédito chegava tarde. Surgia, assim, uma série de problemas, de circunstâncias.

De maneira que podemos bem caracterizar o que é o fundo agropecuário, com recursos financeiros que dispõe dentro da legislação específica e, por esse Conselho presidido pelo Excmo. Senhor Ministro da Agricultura, tem recursos e poderes para atender prontamente a todas essas necessidades e problemas.

Em outros aspectos também, poderio referir-me a certas ocasiões em que por lapsos ocorrem em distribuição de verbas, é coisa humana, posso citar um exemplo: no Ministério da Agricultura existe a Superintendência do Serviço de Veterinária que mantém escolas agropecuárias de nível técnico em todo o Brasil e sustenta cerca de oito mil alunos.

Nesse início de ano verificou-se no Orçamento, por um lapso, a falta de verba aplicada para alimentação desses alunos, que são pobres e o Ministério tem interesse em dar-lhes o treinamento em ensino propedêutico e técnico de agricultura. Essas 8 mil bocas que tinham de ser alimentadas durante todo o ano, chegaram a um ponto que ou dispunham de recursos para fazer face ao problema ou as escolas teriam de fechar.

Em que situação ficaria o Governo, todos nós, tendo de mandar oito mil alunos para suas casas por falta de condições para alimentá-los. Em face de problemas dessa natureza, o Fundo Agropecuário com essa flexibilidade, com essa maleabilidade, ainda que com um programa de atendimento diverso, pôde por à disposição da Superintendência os recursos de que necessitava. Resultados com um bilhão de cruzeiros, conseguia-se fazer com que não fossem fechadas as escolas. Quando não havia possibilidade de recorrer ao fundo com essa flexibilidade e presteza, fatalmente ter-se-ia de buscar uma providência qualquer. V. Exa. há de concordar quanto à seriedade do problema a ser encarado.

Outro aspecto é o seguinte: muitas entidades e órgãos públicos não têm tido estímulo para aumentar sua produção. Não que pretendam tornar-se órgãos de comércio, mas têm rendimentos e, muitas vezes, produtos que podem ser negociados, possibilitando-lhes uma receita. Entretanto, não tem havido estímulo nesse sentido. Por questões de legislação financeira e contábil, o produto dessa arrecadação tem de ser recolhido ao Ministério da Fazenda, sem maiores possibilidades de ser reaplicado. Dentro do Fundo Agropecuário, esses recursos, mesmo obedecendo à legislação específica, são recolhidos à organização que os obtêm, que poderão aplicá-los no desenvolvimento de seus trabalhos, de seus planos, inclusive incorporando-os no seu

patrimônio para atendimento de outros serviços, sem onerar a Fazenda Nacional. São recursos provenientes do próprio trabalho desses órgãos, de seu esforço — venda de reprodutores, de sementes, de sucatas — e beneficiam grandemente as organizações de onde emanaram.

De maneira que, por aí, V. Exas. poderão imaginar perfeitamente em que aspectos, em que ângulos, em que condições, em quantas diferentes facetas pode o Fundo Federal Agropecuário atuar.

Eu me permitiria, inclusive, apresentar, aqui, ligeiramente, uma pequena exposição que apresentei, certa feita, e que sintetiza bem esse aspecto.

Depois que o Fundo Federal Agropecuário foi criado — em 1962 — ate por idéias, sugestões de um grupo de técnicos do Ministério da Agricultura, pela lei delegada nº 8, é que a situação se modificou e, hoje, estamos vendo a campanha da aftosa, financiada pelo Fundo; a dos herbívoros; o "Anel Vermelho", em Sergipe, em Alagoas, na Paraíba; a campanha da cigarrinha, em Campos, no Estado do Rio, e em Pernambuco, financiadas pelo Fundo Federal Agropecuário.

O SR. SENADOR JÚLIO LEITE — Sobre a cigarrinha...

O SR. DR. OTTO LIRA — Peço desculpas por não poder dar-lhes essa informação, de momento; é um aspecto mais técnico. O Fundo Federal Agropecuário é um órgão contábil, de custeio e de financiamento. De modo que, sendo um órgão contábil, não tem ação executiva; a execução dos seus trabalhos é através dos órgãos ministeriais ou de entidades particulares ou paraestatais. De maneira que recebe os planos, os projetos; examina-os; considera seu valor; e fornece os recursos necessários a sua realização.

Assim, a pergunta de V. Exa. é realmente procedente.

Mas, não estou capacitado a respondê-la. Envolve aspectos técnicos que desconheço. Mas o doutor Lira poderá prestar as informações.

O SR. SENADOR JÚLIO LEITE — Eu indago é a respeito da tal "cigarrinha".

(Estabelecem-se apartes paralelos entre os membros da Comissão).

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Eu também entendo que esse assunto é mais técnico, científico. Mas queria saber o que o Fundo Agropecuário já fez no setor da produção de vacinas contra a aftosa.

Todos temos conhecimento do problema. Eu duvido do quantitativo. Sou dos que se filiam a um total em torno de 300 bilhões de prejuízos, dados pela aftosa ao Brasil. Por isso quero saber se o Ministério dispõe de laboratórios, porque sei que grande número deles estão fechados, pois antes da gestão do atual Ministro, vimos o desatino cometido pelo Ministério da Agricultura, fechando os laboratórios particulares, indiscriminadamente, sob a alegação de que haviam vacinas falsas e também os laboratórios oficiais, sob outros argumentos.

Desejo, portanto, saber quantos laboratórios estão produzindo vacina contra a febre aftosa do Ministério da Agricultura e quais os que estão trabalhando.

O SR. SENADOR SIEGFREDO PACHECO (Presidente) — Nobre Senador, antes da chegada de V. Exa., esse assunto foi amplamente debatido, mas estou certo de que terminada a ex-

posição, o Sr. Ministro Hugo Leme considerará todas as perguntas de V. Exa.

O SR. JOSÉ FÁRIA (Assessor) — Sr. Presidente, dizia que o Fundo Federal Agropecuário sendo órgão contábil, emprega os seus recursos financeiros, como é básico para qualquer trabalho.

Para melhor aquilatar a ação do Fundo Federal Agropecuário, dizia eu é necessário ter-se em conta a garantia financeira dispensada para o bom andamento dos planejamentos, principalmente na esfera do Ministério da Agricultura, pois que, antes do evento de tal organização a situação que prevalecia era das mais desestimulantes, principalmente devido à precariedade de recursos e impontualidade nas entregas.

Outro aspecto, além da impontualidade das entregas, que deve ser salientado é o seguinte: preparávamos os planos com um ou dois anos de antecedência — e para o qual era difícil prever o quantitativo devido a alta taxa de inflação — e, quando da aprovação da matéria verificávamos que, devido aos planos de economia, as verbas consignadas eram reduzidas.

Pelo que expus os Senhores poderão verificar como para a situação prevalecente antes do evento daquela organização. Há que ressaltar que as verbas eram entregues no final do exercício, muitas vezes no dia 26 de dezembro. Outra circunstância há ressaltar é que a verba não poderia ser aplicada no ano seguinte se não fosse aplicada naquele exercício.

Cabe ainda ressaltar que, apesar de estarmos recebendo os recursos do Fundo somente agora, poderemos aplicá-los no ano que vem. Os recursos não podiam antes serem aplicados, não se podia realizar um trabalho honesto, racional e sadio, devido aos entraves que a burocracia impunha. A situação perdurou até recentemente, porém, com a criação do Fundo Nacional Agropecuário e com um grupo de servidores dedicados, que encararam o problema com seriedade, pudemos iniciar o trabalho. Como o tempo decorrido é ainda pequeno para que possamos avaliar o alcance, desde logo sentimos os efeitos e benefícios advindos desse trabalho, houve um desenvolvimento criterioso, que, em comparação com a situação de antes, dá a idéia de que a Lei Delegada número 8 marcará uma etapa de progresso no Ministério da Agricultura, caracterizando um período antes da criação do Fundo e outro depois da criação do Fundo. Estimularam-se as boas iniciativas para o desenvolvimento do País, promovendo a aplicação racional dos recursos.

Ao iniciar suas atividades, a despeito dos recursos proporcionados, não poderia atender a todos os fins desejados, como num passe de mágica resolver todos os problemas. Mesmo assim atendeu a muitos casos de solução difícil.

Com relação ao anel vermelho, a cigarrinha de Pernambuco, do Nordeste, houve uma campanha que está se desenvolvendo, numa série de aspectos, que são proclamados e podem ser atendidos dessa maneira.

V. Exas. poderão aquilatar nessa pequena síntese a importância dessa regulamentação. A nossa preocupação não é na aplicação do dinheiro. Não vamos jogar dinheiro fora, mas aplicá-lo no que é indispensável e que possa trazer contribuição para nosso trabalho.

De acordo com essa legislação, temos naturalmente de estabelecer determinado programa a ser dosado em termos gerais.

Eu me permitiria apresentar ao Senhor Presidente um plano, aprovado pelo Sr. Ministro, para aplicação dos fundos em 1965 que dá a todos os setores de atividade e que o Fundo terá de distribuir proporcionalmente de acordo com as vendas que lhe são atribuídas.

De acordo com esses recursos e que podemos traçar nosso programa de ação para dar outro aspecto, outra importância à questão dessa renda, que agora pode ser utilizada e replicada.

Nobres Srs. Senadores trago aqui um pequeno esboço do que o Fundo já distribuiu somente neste ano, fora o que já tem recolhido para ser aplicado. No período de setembro de 1964 até maio de 1965, o Fundo contribuiu numa soma nada menos que um bilhão e quinhentos milhões de cruzeros em diferentes projetos.

Aquei impressionado com um fato, e quando tenho oportunidade, procuro apresentá-lo: o Ministério da Agricultura tem o Serviço de Meteorologia, que tem a seu cargo, além do Serviço de previsão de tempo, o cumprimento de tratados com entidades internacionais. As cartas de tempo daquele Serviço são feitas para atender a outras regiões da América do Sul e mesmo do mundo. Os levantamentos são feitos e os técnicos transmitem as informações a órgãos internacionais. Têm sido realizados vários congressos internacionais em que o Serviço de Meteorologia assume compromisso de informar dados colhidos no Brasil para estabelecer, vamos dizer, um polo internacional de informações sobre meteorologia. Como os Srs. Senadores sabem, verba normal não existe para pagamento de selos para correspondência internacional, já que existe tranquia para a correspondência no País. Assim, chegou-se ao ponto em que o Diretor daquele serviço, sentindo a importância daquela correspondência, comprou selos do seu próprio bolso para que a correspondência não atrasasse, como esteve durante quase um ano, e que o Brasil não ficasse mal visto perante aquelas organizações internacionais.

As previsões de tempo interessam a determinadas indústrias para organizar o seu programa de trabalho industrial, como fábricas de sorvetes, de refrigerantes e outras bebidas, que se interessam em saber se vai fazer calor, frio ou chuva. O Serviço de Meteorologia fornece esses dados para esses órgãos, e com o produto da venda dessas informações, que representava exatamente cento e poucos mil cruzeros, o Fundo pôde proceder à compra dos selos, evitando assim ficar em falta, mesmo porque, em última análise, era o Brasil que ficava comprometido, porque era preciso que se prestasse aquelas informações. Assim, podemos aquilatar o que pôde representar isso.

Tenho em mãos documentos que podem estabelecer todas as informações com relação a todos esses aspectos e a todos os órgãos que foram atendidos nessa parte.

Finalmente, Srs. Senadores, temos aqui alguns exemplares do relatório das atividades em 1964, em que história toda a situação, todos os assuntos, e que procurei sintetizar, naturalmente ressaltando a importância que o Fundo pode representar no futuro e que já está representando no presente, com o desenvolvimento desse trabalho.

Assim sendo, com esse esboço, incluí com pedidos de informações da Comissão, pode-se observar o que o Fundo tem distribuído para todos os Estados, porque na verdade, além da verba global existem as dotações para os casos

específicos como para os problemas nacionais, como por exemplo para a aftosa, em que o Fundo tem uma certa quota para distribuir para todo o Brasil, e que é especificadamente levado a cada Estado. Tudo isso está sintetizado nos documentos que V. Exa. acaba de apresentar, que contém os recursos, deste ano, para todos os Estados da União e Territórios. De maneira que os Senhores poderão ter perfeitamente esses dados, essas informações a respeito deste trabalho.

Poderia, igualmente, sintetizar os recursos que somente este ano, o Fundo já pôde atribuir em diferentes setores da atividade agropecuária, com pesquisas, defesa sanitária, pesquisa, experimentação e ensino. Porém, não cabe aqui citar todas essas cifras, não teria mais sentido repeti-las, uma vez que V. Exas. já as receberam, já têm delas conhecimento.

O Senador José Feliciano perguntou-me sobre a aftosa. Como na parte técnica não poderia informar a V. Exa., o Sr. Ministro irá fazê-lo.

Assim, pois, agradeço a atenção, julgando que as informações que prestei tenham satisfeito a todos.

O SR. MINISTRO HUGO DE ALMEIDA LEME — Ouvi com a maior atenção a pergunta, muito bem formulada, e num assunto básico, por S. Exa. o Sr. Senador José Feliciano, a respeito desse aspecto da campanha de combate à febre aftosa, campanha que, como tivemos oportunidade de dizer, é de uma significação bastante grande para o nosso País. Além de evitar essa perda extraordinária, como V. Exa. já disse, de muito mais de 300 bilhões de cruzeros, se somarmos então o leite, a carne, a lã que se perde em consequência disso, ainda tem esta terrível virose o inconveniente de fazer com que o Brasil saia do mercado de exportação de carne para certos outros países, como é o caso, sempre focalizado, da França deste ano.

Mas, para atender o desenvolvimento desta campanha, foi necessário que primeiro se observassem os laboratórios, para que tivéssemos a arma fundamental para isto: a vacina.

De acordo então com a sua pergunta, posso dizer que o Ministério da Agricultura colaborou logo para que se desenvolvessem laboratórios na produção dessa vacina, fazendo tudo o que fosse de seu alcance. Assim é que o laboratório já está em produção, e inúmeros outros, e já colocou em funcionamento o laboratório do Km 47 e o do Recife, que já estão produzindo vacina. Deu um auxílio substancial agora para que o Laboratório Finamore, do Rio Grande do Sul, aumente sua capacidade de produção e entre também nesse setor com toda a intensidade.

Com satisfação posso dizer que dentro em breve, talvez de uns dez dias, possamos inaugurar o Laboratório de Barreto que estava paralisado, e já produzindo vacinas. Outro laboratório em vias de construção e andamento é o de Belém, do Pará, que também produzirá vacinas. Também para atuar neste setor de produção de vacinas em grande escala, para atender ao programa de combate à febre aftosa, foi instalado e está em funcionamento um laboratório que há muitos e muitos anos não conseguia concluir sua construção e colocá-la em funcionamento — o Laboratório de Controle de Vacinas, de Porto Alegre. Sem dúvida é importante a produção de vacinas em larga escala, mas importantíssimo é que o Ministério da Agricultura controle a qualidade das vaci-

cinas a fim de que o pecuarista, o homem do campo fique assegurado de que com elas vai ter realmente protegido o gado. Era o que queria dizer.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Fico satisfeito com a resposta do Sr. Ministro porque verifico que com sua atuação à frente do Ministério da Agricultura, o problema está sendo agitado. Mas, citou V. Exa. o Laboratório do Recife, e a mim parece que este quando começou recentemente a funcionar tinha capacidade para produzir apenas 140 mil doses anuais, isto é, numa quantidade relativamente ínfima, tendo-se em vista que o rebanho do Nordeste é de aproximadamente 8 milhões de cabeças. Mas, devendo ser vacinados três vezes ao ano. Seriam então 24 milhões de doses e só alcançou-me parece, cerca de 150 mil. Como é que poderia aumentar essa capacidade de laboratório, como dos outros também com os recursos do Fundo Agropecuário? Dependeria de uma medida legislativa, de uma medida administrativa somente ou como nos poderíamos ter uma orientação? O objetivo de um grande número de Senadores, é realmente colocar o Ministério da Agricultura na posição em que tenha responsabilidade perante a nação e o povo, e o ponto fundamental tem sido o de tratar realmente dos problemas da Agricultura e da Pecuária. No Senado era até uma heresia, por exemplo, fazer-se discurso em torno da febre aftosa. Deveríamos circunscrever os nossos debates aos direitos dos homens, o direito internacional, a política, mas infelizmente esses problemas têm sido agitados no Senado e agora desejamos, cada vez mais contribuir não só para a exaltação dos problemas do homem rural como, sobretudo, para colaborar na solução desses problemas.

A primeira pergunta é esta: como poderemos aumentar a produção, de modo a atender à população bovina nacional? A segunda pergunta: como fazeremos a incorporação ao Ministério da Agricultura, dos melhores e mais experimentados técnicos que temos nos vários Estados, sobretudo em São Paulo? Vemos, por exemplo, que a Escola de Piracicaba, da qual V. Exa. é diretor, tem cerca de 230 técnicos, somando ao todo 400.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Temos 160 na parte docente e mais ou menos quarenta...

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Pois bem, são duzentos técnicos do mais alto gabarito, dedicados exclusivamente ao ensino na escola. Ora, cada um deles é um acervo de conhecimentos e de experiência. Dão suas aulas e ficam o restante do dia totalmente desocupados, e a improvisação de técnicos é difícil. O Ministério da Agricultura tem apenas 1.500 técnicos. Para um serviço, que não seria dos mais apresentáveis, precisaríamos, no mínimo, do dobro.

Como faríamos, Sr. Ministro?

O SR. MINISTRO HUGO DE ALMEIDA LEME — Sr. Senador, são dois aspectos bastante interessantes.

Quanto à primeira parte, da ação de verbas do Fundo Federal Agropecuário sobre os Laboratórios, o Ministério da Agricultura poderá fazer.

Além da campanha que estamos projetando, com uma parte dinâmica maior no Estado do Rio Grande do Sul, e em outros Estados, enfim, que abrange todo o Brasil, existe, agora, um grupo de técnicos. É preciso que se faça no Ministério da Agricultura um projeto de

âmbito nacional, com o qual poderemos colocar meios e fundos em tais e tais pontos do território brasileiro, obter recursos não somente nacionais como internacionais para isso. A febre aftosa pode receber auxílios de entidades internacionais, para que seja atacada com maior intensidade no País.

O Fundo Federal Agropecuário poderá dar a sua parcela, mas poderia o Senado auxiliar sobremodo o Ministério da Agricultura, colocando uma verba mais específica e mais atuante no próprio Departamento de Defesa e Expansão Agropecuária.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Teria de haver a iniciativa do Governo Federal, porque pelo Ato Institucional não podemos alterar despesas. Podemos, não sim, fazer sentir ao Sr. Presidente da República a gravidade do problema.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — Exato. Então, poderíamos imaginar nesse sentido e naturalmente o Senado colaboraria dessa forma, bastante decisiva e importante, para que se fizesse no Brasil o ataque maciço à terrível virose.

O aspecto de técnicos é, de fato, da maior importância para a Pecuária da Agricultura. Quando assumimos, ficamos de verdadeiros apreensivos com o número de engenheiros-agrônomo, de veterinários com que o Ministério contava e conta — posso dizer — para executar toda a sua atividade. Pouco mais ou ao redor de 1.300 engenheiros-agrônomo e 600 veterinários. Então, procurei logo o Presidente da República, para que Sua Excelência observasse o setor — da maior importância, repito — e que desse mais técnicos para se poder fazer a ação mais intensiva do Ministério, que conta com verba bastante reduzida.

Quando falei ao Exmo. Sr. Presidente da República sobre esse aspecto, dizendo da importância de se contratar, de se ter mais engenheiros agrônomo — pedi logo de início 220 veterinários e 200 engenheiros agrônomo — que tínhamos possibilidade orçamentária para contratar, o Sr. Presidente teve de pronto uma reação, admissão de mais pessoas, mais funcionários!

Disse, então, a S. Exa. que o Estado de São Paulo tinha somente em sua Secretaria de Agricultura, não contando a Escola Superior de Agricultura Luis Queiroz que estava na Universidade, 1.400 engenheiros agrônomo.

Tinha mais do que o Ministério todo e aqui em Mato Grosso, por exemplo, tínhamos um veterinário para 2 ou 3 milhões de cabeças de bovinos. Era uma coisa impossível e o Sr. Presidente da República sentiu esse problema, autorizou o aumento de pessoal e assim obtivemos mais esses 220 veterinários e 200 engenheiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígefredo Pacheco) — A esse respeito quero dar conhecimento do caso de engenheiro nomeado e que não tomou posse do cargo, porque uma firma particular ofereceu 400 mil cruzeiros por mês.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — E, além desse, tem outro aspecto, a questão de vencimentos. Perde-se muitas vezes um técnico já formado, já especializado, porque o vencimento é baixo e uma outra entidade qualquer oferece emprego em melhores condições a ele sai.

O Ministério da Agricultura precisa de muito mais técnicos para poder atender a este País que é um verdadeiro continente.

Tenho procurado mesmo a colaboração de professores de diversas universidades, em programas que não podem ser muito longos, para coisas rápidas. Assim, por exemplo, estamos fazendo um programa de desenvolvimento da fruticultura, estudando detalhadamente o desenvolvimento da citricultura, da bananicultura, e assim por diante, para que depois possamos levar adiante um plano dessa ordem, em todo o País. Pensei mesmo, de início, que essa fosse uma idéia original — a utilização de professores universitários, em períodos de férias, para colaborar com o Ministério da Agricultura em diversos programas. Entretanto, verifiquei que isso já se fez no Japão. Os professores vão para o Ministério colaborar em planos dessa ordem, para obter maior auxílio dos técnicos das diversas secretarias e evitar, o que é bastante desagradável, o paralelismo das ações, a duplicidade de órgãos trabalhando no mesmo setor. É muito comum verificar-se que pesquisas feitas em um instituto estão sendo realizadas numa estação experimental ou outro órgão qualquer. Assim, estabeleci um plano, juntamente com as Secretarias de Agricultura, a fim de que, somando esforços, multipliquemos os efeitos.

Já fizemos, no Estado do Rio, Espírito Santo, e em vários outros, como Minas, embora não haja um protocolo a respeito. Mas o trabalho é integrado. O Ministério atende a determinada faixa e as Secretarias de Estado, a outra. No Rio Grande, por exemplo, estabelecemos uma divisão de tal forma, que na campanha da alta dos técnicos têm uma função limitada e no âmbito da respectiva Secretaria de Agricultura ficou outro trabalho. No caso da campanha de inseminação artificial, atua o Ministério no campo da ovinocultura; já a Secretaria atua na bovinocultura. Também fornecemos verbas para certas atividades em Porto Alegre, ligadas à bovinocultura. De modo que V. Exa. tenha um ponto de grande importância.

O segredo do desenvolvimento dos Estados Unidos, posso dizer, em grande parte deve-se ao fato de haver lá esse trabalho de equipes intimamente ligadas no trabalho de ensino, pesquisa e extinção. Não há invasão de setores, de órgãos, de modo que, aí, não sei como poderia o Senado agir. Talvez se pudessem recomendar técnicos da Secretaria da Agricultura...

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Outro problema que V. Excelência aborda aí, da mais profunda responsabilidade, é que não há conhecimento dos Institutos Agrônomo regionais, uns dos outros, nos ramos das suas pesquisas e atividades fundamentais. Quando um Instituto, por exemplo, do Centro-Oeste, já achou uma solução, ou outro, do Norte, vem insistindo ou procurando solução para aquele caso.

Deveria haver uma espécie de comando central de todos esses centros na base de pesquisas.

Na nossa opinião, não teremos, no campo da agricultura nem no da pecuária, nenhum desenvolvimento se não assistirmos, esses dois aspectos, o tecnológico e o financeiro, mas um sem o outro não se resolve. Assim, é da maior importância a parte técnica da agricultura, mas não vemos como resolvê-lo, porque nosso Ministério da Agricultura tem apenas 4% da receita. Até nas mínimas coisas nossa agronomia é prejudicada.

Quando Governador do Estado, sabíamos das dificuldades dos administradores do Ministério para viverem durante o ano, a tal ponto que nos anos

de 59 e 60 eles tiveram de manter suas repartições à base do crédito pessoal e este ano a verba só chegou no dia 31.

Além disso tivemos desacertos tremendo no Ministério da Agricultura, como por exemplo aquele no período do Sr. Jânio Quadros que pretendia tirar o agrônomo da residência na área urbana e trazê-lo para a cidade, fato de profunda repercussão, porque na vida rural o maior trabalho é na parte da manhã. Exatamente nessa hora o agrônomo passou a residir na cidade e chegar ao expediente ao meio dia e ficar até as seis horas, porque se proibia de carregar crianças no carro oficial, enfim, aquela série de medidas que há muito não se via. No entanto verificamos que não há uma centralização de pesquisas e de orientação técnica nos institutos agrônomo regionais.

O SR. MINISTRO HUGO LEME — De fato, disse muito bem V. Exa. Sr. Senador José Feliciano.

A pesquisa é fundamental na agricultura e na pecuária, porque a agricultura e a pecuária têm uma forma diferente do que se desenvolve na indústria, pois esta pode importar as máquinas, o «know how» e partir com uma técnica evoluída, como aconteceu com a indústria que se implantou no Brasil. Então cria-se um desenvolvimento não harmonioso, isto é, a indústria cresce rapidamente e a agricultura lentamente, porque é necessária a pesquisa da condição do solo, clima, cultura e, muitas vezes, até mesmo para a própria condição do homem que trabalha naquela terra. É preciso ter uma soma grande de recursos. O sucesso de São Paulo advém dessa grande pesquisa que é feita pelo Instituto Agrônomo, pelo Instituto Animal, pelo Instituto Biológico, pela Escola Luis Queiroz, que tem 160 docentes trabalhando em tempo integral, fora os 40 outros dos Institutos e Centros que existem naquela Escola. Então oferece um potencial muito grande para a pesquisa.

Por este motivo tenho me batido neste setor pela necessidade de instalação de estações experimentais. Há um número de técnicos trabalhando neste sentido. (Pausa).

Aquele solo, que está numa região de precipitação bastante para o desenvolvimento de várias culturas, muitas vezes tem necessidade de um corretivo calcário para se transformar em solo cultivável. Como também faltam fertilizantes e micro-nutrientes. É o caso, por exemplo, de Brasília, onde o micro-nutriente, o zinco, controla o desenvolvimento do milho e outras espécies. Fazendo-se a adubação e colocando-se o micro-nutriente — zinco, a produção é extraordinária.

Então é preciso pesquisar. É preciso também, como disse o ilustre Senador, que haja divulgação destes conhecimentos. Porque eu me bato muito — e isto aconteceu em São Paulo, onde há um instituto de pesquisa de alto gabarito com técnicos de real valor, mas anda-se dois, 200, 300 metros e muitas vezes dá-se um passo fora do Instituto e o homem continua a trabalhar com a enxada, sem saber o que é um fertilizante, sem conhecer um defensivo.

Já começo a observar nesse sentido muita coisa.

Anteontem recebi do Paraná, por intermédio do Diretor do Departamento de Pesquisa e Experimentação Agropecuária, uma relação de cartazes e entre eles o «Dia do Horticultor», que chama o horticultor para dentro da estação experimental para dizer da necessidade de olhar a parte de adubação, a semente e também a importância do homem da

campo, seus principais problemas, para que o Instituto comece a fazer ciência pura, que é muito importante, mas que poderemos deixar para futuro mais distante para que se voltem para problemas reais, para que tenhamos um melhor desfrute do rebanho bovino. E' isto que devemos olhar com interesse, neste momento, procurando estabelecer contato entre os Institutos e o Ministério da Agricultura, para evitar esta repetição.

Tivemos uma reunião no Rio Grande do Sul, em Pelotas, para dispor planos de recursos.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Gostaria de fazer uma pergunta; tivemos uma celebração muito grande com a importação de adubos e fertilizantes. O país está importando?

O SR. HUGO DE ALMEIDA LEME — Essa parte de fertilizantes é de maior importância. Procuramos aqui por dois planos distintos: a implantação da indústria de fertilizantes no País e a facilidade de importação e crédito nesse setor. Neste sentido, o Ministério da Agricultura distribuiu perto de 11 milhões de dólares para importação, além do que se pôde fazer através do Banco do Brasil. Houve, ainda, através da Coordenação Nacional de Crédito Rural, financiamento de cerca de 22 milhões. Em consequência, estabeleceu-se concorrência e o preço do fertilizante caiu em São Paulo. Com a ação do Conselho Monetário, abrindo crédito através do Banco do Brasil em taxa maior e agindo junto aos vendedores de fertilizantes, tenta conseguir que o preço seja igual ou menor para atender as nossas necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Senador Alfredo Pacheco) — Antes de encerrar nossos trabalhos, quero apresentar a V. Exa. e a seus técnicos a satisfação que de tê-los ouvido na exposição de V. Exa. e nas respostas que deram, completas e elucidativas. Estamos certos de que o Ministério da Agricultura está sendo dirigido por um grande técnico nacional, por um professor que, não só no ensino da agricultura como no Ministério, tem sido um grande brasileiro. Quero dizer, também, que somos, eu por exemplo, grande admirador dos técnicos do Ministério da Agricultura, e com eles tenho convivido durante muitos anos e sei, perfeitamente, que são muito bem remunerados, não podendo, mesmo, nas suas famílias aquela vida natural que eles desfrutaram durante sua mocidade. Isto porque dia e noite estão fazendo trabalhos de pesquisas e de realizações, em benefício da grandeza do Brasil. Esta é a expressão do meu aplauso e do meu agradecimento.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19,45 horas).

DADOS A QUE O DEPOENTE FEZ REFERENCIA NO CURSO DE SUA EXPLANAÇÃO:

RELATORIO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DO FUNDO FEDERAL AGROPECUARIO — 1964:

Secretaria Executiva: Maria Luiza Viana de Barros;

Assessoria Financeira: Alvaro Fasiotti Macedo;

Assessoria Técnica: José do Carmo; Setor Administrativo: Ubiratan Campagnac;

Setor de Contabilidade: Amiel Augusto Teixeira

Dr. Presidente do C.F.F.A. — Milton Hugo de Almeida Leme

Em cumprimento ao artigo 31, item X, do Regulamento Interno do C.F.F.A., cabe-me apresentar a V. Exa., para o exame do Plenário, o relatório das atividades da Secretaria Executiva no ano de 1964.

Inicialmente quero agradecer a V. Exa. e aos dignos Membros do Conselho o apoio que têm dispensado à Secretaria Executiva, permitindo-lhe desempenhar normalmente suas atribuições e funções.

A S.E., quando assumi sua direção, estava com seus trabalhos praticamente paralisados e o Conselho em recesso, aguardava sua recomposição depois do movimento de 31 de março. Essa recomposição verificou-se em 15-7-64 e o Plenário passou a exercer suas atividades com regularidade.

Uma análise da situação financeira demonstrou compromissos assumidos da ordem de Cr\$ 11.007.722.000 (onze bilhões, sete milhões, setecentos e vinte e dois mil cruzeiros) enquanto as disponibilidades orçamentárias do FFAP, oriundas da receita tributária, ainda dependendo de liberação por parte do Ministério da Fazenda, somavam apenas Cr\$ 6.148.498.500 (seis bilhões, cento e quarenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e quinhentos cruzeiros).

O projeto de mecanização da agricultura, que absorveu 80% (oitenta por cento) dos recursos do FFAP, prejudicando logicamente vários outros projetos, requeria mensalmente um suprimento no montante de Cr\$ 511.010.509 (quinhentas e onze milhões, dez mil e quinhentos e nove cruzeiros), tão só para saldar os compromissos assumidos; essa importância vinha sendo bloqueada e assim continua, pelo Banco do Brasil, bloqueio esse que se estenderá até março de 1965, sendo que as 3 últimas parcelas, relativas ao referido ano atingem um montante de Cr\$ 729.467.407 (setecentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sete cruzeiros).

Nestas condições não havia numerário em caixa e, pelo contrário, o FFAP, já se defrontava com uma dívida de Cr\$ 1.250.668.232 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros) com o Banco do Brasil S.A., correspondente a mensalidades vencidas e não pagas, relativas ao citado Projeto.

O novo Conselho ao tomar conhecimento desta situação, através do levantamento que apresentamos a V. Exa. na exposição datada de 10-7-64, imprimiu linhas severas de orientação e deliberou reestudar todos os projetos com financiamento aprovado, visando a enquadrá-los dentro da nova política administrativa do País e de conformidade com a orientação que V. Exa. houve por bem imprimir às atividades deste Ministério.

Depois de cuidadoso e laborioso estudo de cada Projeto, pôde ser regularizada a situação deficitária sem maiores entraves aos serviços do Ministério, mas beneficiando-os sensivelmente com a prática de uma política sã e de real atendimento às atividades, em verdade justificáveis, do ponto de vista técnico.

O atual Conselho fixou uma orientação firme, promovendo o financiamento de projetos bem caracterizados quanto ao seu valor e sua exequibilidade, transformando rapidamente um órgão tumultuado e deficitário numa instituição que hoje atende com presteza às reais necessidades do Ministério, financiando projetos de maior interesse que lhe são apresentados e cumprindo assim os ob-

jetivos que nortearam a decretação da Lei Delegada nº 8, de 11-10-62, que criou o Fundo Federal Agropecuario.

RENDAS ADJUDICAVEIS

Outro detalhe que mereceu providências imediatas quanto a sua regularização foi aquele referente aos recursos resultantes da receita decorrente de taxas, rendas e multas que, não obstante constituírem rendas ao FFAP, devem ser adjudicados aos órgãos respectivos, para execução dos seus programas, conforme preceitua o art. 12 da mencionada Lei Delegada.

E' ponto pacífico, dentre as linhas de ação que norteiam o Conselho em exercício, o retorno imediato dessas rendas a repartições donde emanaram, dando assim, certa tranquilidade ao custeio dos seus programas de trabalho. Essas rendas têm sido restituídas quase automaticamente e várias comunicações foram feitas aos órgãos do Ministério alertando-os para o assunto e dando instruções como procederem para se beneficiarem prontamente de tais recursos, que representam inestimável ajuda, notadamente as Fazendas e Postos Agropecuarios, no início de exercícios financeiros, quando as verbas orçamentárias estão ainda na dependência de registro e distribuição. O total de rendas adjudicáveis liberado pelo atual Conselho às repartições deste Ministério, até 31-12-64, importou em Cr\$ 880.571.031 (oitocentos e oitenta milhões, quinhentos e setenta e um mil e trinta e dois cruzeiros).

RESERVA DE EMERGÊNCIA

Foi, também, providenciada a abertura da subconta "Reserva de emergência", determinadas pelo artigo 60 do Regulamento Interno deste FFAP, a fim de atender a casos de calamidade, erradicação de doenças de animais e pragas, além de outras necessidades consideradas prementes nas zonas rurais, conta essa que em 31-12-1964 apresentou uma disponibilidade de cerca de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros).

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DE INSTRUÇÕES E NORMAS DE TRABALHO.

A revisão e atualização das normas e outros atos que regem as atividades do FFAP, têm sido objeto de preocupação constante do atual Conselho. O desenvolvimento dos trabalhos vem requerendo a adaptação das diretrizes até então vigentes aos imperativos atuais, permitindo, de acordo com o que a prática tem aconselhado, a adoção de normas mais simples e cada vez mais difundidas, de modo a propiciar o melhor aproveitamento do FFAP, por parte dos serviços técnicos deste Ministério.

Esta S.E., por outro lado, manteve entendimentos com a Delegação do Tribunal de Contas no Estado da Guanabara e, ainda, com autoridades do mesmo órgão em Brasília, no sentido de maior simplificação na apresentação do balanço dos recursos do FFAP, e consequentemente, na organização dos processos de prestação de contas, por parte dos detentores dos suprimentos. Impõe-se, em realidade, simplificá-los e atualizá-los, uma vez que o FFAP, foi criado exatamente para dar ajuda mais fácil nas emergências com que se defrontam os órgãos executivos.

Com esse objetivo instituiu o Conselho a prática de contactos diretos com os dirigentes dos órgãos que a ele recorrem, bem como os executores dos projetos, evitando assim delongas com correspondência e pareceres longos e

não raros, prolixos, que mais dificultavam o andamento de projetos.

Esta prática levou também a contactos com os Diretores do Ministério, quando da organização do Plano de Trabalho para o exercício financeiro de 1965, elaborado com obediência do artigo 8º alínea «d» da Lei Delegada número 8, de 11-10-62 e calculado nos recursos orçamentários consignados na proposta orçamentária para o citado ano.

AVALIAÇÃO DE PROJETOS

Ainda visando o melhor entrosamento do FFAP com os serviços no interior, no que diz respeito a real execução dos projetos aprovados e a fim de dar cumprimento ao disposto nos itens III e IV do art. 31 do regulamento, esta S. E. diligenciou a ida de seus Assessores Técnicos aos locais de exercício dos principais projetos em andamento ou concluídos, cujos trabalhos foram processados com auxílio financeiro do FFAP. O resultado dessa inspeção em locais proporcionou ao Conselho conhecimento do desenvolvimento dos trabalhos realizados, a avaliação dos seus resultados, bem como a prestação de subsídios valiosos quanto a menor orientação desses projetos, corrigindo-se inclusive falhas e impropriedades que somente com o envolvimento aos trabalhos podem ser anotadas.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

O F.F.A.P. obteve no orçamento de 1964, dequidados Cr\$ 1.482.710.000 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) incluídos no Plano de Contingência, e correspondentes à total da SUPRA, recursos no valor de Cr\$ 22.531.085.000 (vinte e dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, oitenta e cinco mil cruzeiros), relativos aos 3% da Renda Tributária, previstos no artigo 4º, item I, da Lei Delegada nº 8, de 1962. A entrega de tais recursos foi programada pelo Ministério da Fazenda em várias parcelas, a primeira delas no valor de Cr\$ 6.005.457.000, liberada em fevereiro e a parte restante em nove parcelas mensais de Cr\$ 1.836.403.055,50, a partir de julho. Recebeu, assim, o FFAP em 1964 apenas 6 (seis) dessas últimas parcelas, sendo que a correspondente a dezembro foi ainda diminuída para Cr\$ 1.293.175.248,20. Verifica-se, assim, que do referido crédito orçamentário, em 1964, foi entregue ao FFAP apenas um quantitativo de Cr\$ 16.478.648.026, uma vez que a parte restante foi transferida para o ano de 1965.

De acordo com a legislação vigente, do crédito total correspondente aos 3% da Renda Tributária, cabe:

	Cr\$
CFPA	12.151.957.350
CIBRAZEM	4.485.710.650
SUPRA	3.002.953.000
SUDEPE	2.890.464.000

Contou, ainda, o FFAP com o quantitativo de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) liberados pelo Ministério da Fazenda por conta dos «Restos a Pagar» de 1963, que somavam Cr\$ 2.605.524.722,20.

Para aplicação no fomento, experimentação e defesa do algodão, de conformidade com o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 53.791, de 20 de março de 1964 foi depositada a favor deste FFAP a quantia de Cr\$ 639.400.000 (seiscentos e trinta e nove milhões e quatrocentos mil cruzeiros) proveniente da quota de contribuição, incidente sobre as exportações de algo-

dão em ramã, instituída pela Instrução nº 237, de 22-1-1963, da SUMOC. A adequação do referido mandado será feita mediante plano de trabalho anual aprovado pelo Dr. Presidente da República.

Os recursos oriundos das rendas adjudicáveis depositados na conta de FFAP, inclusive os provenientes da revenda do material, que até então vinham sendo recolhidos em conta da própria repartição, somaram Cr\$ 2.300.610.561 (dois bilhões, trezentos e sessenta milhões, seiscentos e dez mil, quinhentos e sessenta e um cruzeiros) já deduzidos os 5% da reserva de emergência.

O total relativo aos juros contabilizados em 1964 foi de Cr\$ 90.403.268,90 (noventa milhões, quatrocentos e três mil, quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros e noventa centavos).

A — PROJETOS APROVADOS

Foram aprovados em 1964, 155 novos projetos aos quais 55 no período de 1º de junho a 31 de dezembro, gestão do atual Conselho. Os projetos aprovados pelo anterior Conselho, bem como os relativos ao ano de 1963 e que se encontravam em execução foram reestudados por parte do Conselho visando a sua reorientação dentro de novas diretrizes técnicas.

Cumpre destacar como um dos mais importantes projetos financiados por este Conselho na segunda fase de suas atividades, já que se relaciona com uma das principais metas da orientação ministerial, o Plano de Emergência para Ven-

do de Sementes, que distribuiu recursos em todo o Brasil a ordem de um bilhão de cruzeiros. O Plano previa a venda de sementes em três etapas distintas de acordo com os respectivos calendários agrícolas, tendo sido beneficiados inicialmente os Estados do Sul e Centro, a seguir o Nordeste e, por fim, o Norte, sendo que os quantitativos para esses dois últimos, foram liberados dentro do sistema de rotatividade do numerário nacionalmente empregado.

A venda de sementes alcançou os objetivos visados, tendo havido ampla colaboração das Secretarias de Agricultura dos Estados interessados que se integraram com os propósitos deste Ministério, no sentido de sua melhor execução. Houve, nessa conformidade, no interior, sementes a tempo e a hora, e o Ministério da Agricultura, através recursos do FFAP, pôde estar presente, garantindo uma produção agrícola das mais promissoras, dando assim o melhor do seu esforço aos propósitos governamentais.

Dentre outros projetos de maior significação financiados pelo FFAP, vale salientar aquele relacionado com o «Combate à Praga da Cigarrinha da Cana de Açúcar» no município de Campos, quando pôde este órgão, numa hora em que o Ministério se via ainda sem os recursos orçamentários, atender prontamente aquela região cuja lavoura de cana de açúcar se encontrava seriamente ameaçada. Recursos na ordem de Cr\$ 19.500.000 (dezenove milhões e quinhentos mil cruzeiros) foram imediatamente liberados.

Cabe, ainda, mencionar, dada sua importância, entre outros, os seguintes projetos que estão sendo financiados pelo Fundo Federal Agropecuário: Campanha Contra a Febre Amarela; Dinamização dos trabalhos do SIPAMÁ; Melhoria da Alimentação e Manejo do Gado Leiteiro; Combate ao Concreto Citrico; Combate à Raiva dos Herbívoros; Plano Nacional de Sementes e Mudas; e Reparelhamento do S.I.A. em 1964.

B — RECURSOS LIBERADOS

Em 1964 o F.F.A.P. liberou recursos num total de Cr\$ 16.594.554.558,60 (dezesseis bilhões, quinhentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e oito cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

	Cr\$
a) suprimentos vários	5.932.073.041,50
b) C. A. P. A.	120.000.000,00
c) projetos da motomecanização ...	6.465.255.842,60
a) SUDEPE	1.798.109.306,80
e) CIBRAZEM	2.279.116.367,70
Total	16.594.554.558,60

Do total acima os órgãos do Ministério foram beneficiados com Cr\$ 11.501.777.757 (inclusive renda adjudicável), e outros órgãos e entidades com Cr\$ 5.092.776.801:

Foram concedidos, de acordo com os recursos liberados, 478 suprimentos e expeditos ao Banco do Brasil 328 Ordens de Pagamento. Ainda em decorrência dos recursos liberados foram massinados 201 Termos sendo 153 Ajustes, 37 Aditivos e 11 Convênios dos quais 4 Aditivos.

C — ORÇAMENTO DE CUSTEIO DO FFAP

O orçamento de custeio do FFAP aprovado pelo Conselho em sua Sessão nº 135, de 19-2-64 foi publicado no D. O. de 8-4-64 e previu recursos num total de Cr\$ 287.759.600.

A despesa realizada por conta desses recursos foi de Cr\$ 116.072.593,70 cabendo a responsabilidade da aplicação deste quantitativo aos seguintes:

	Cr\$
a) João César Covello, Secretário Executivo no período de 1-1-64 a 4-5-64	30.917.936,40
b) Fábio de Salles Meirelles, Secretário Executivo no período de 5-5-64 a 22-6-64	24.635.325,10
c) Luiz Carlos Braga de Carvalho, Chefe Substituto do S.A. que recebeu de ordem do Sr. Ministro	4.209.000,00
d) Maria Luiza Viana de Barros, Secretária Executiva, no período de 21-7-64 a 31-12-64	56.310.332,20

Não dispondo, ainda, o CFFA, de lotação própria vem executando seus trabalhos com a colaboração de funcionários requisitados e aposentados de outros órgãos do Ministério, de conformidade com o art. 16 do Regulamento, bem como de alguns elementos estranhos ao Serviço Público.

Há necessidade do CFFA possuir uma lotação própria, uma vez que, não raro, várias dificuldades se apresentam na requisição de funcionários de vários órgãos, visto que as repartições que geralmente se ressentem de pessoal para

os seus trabalhos, nem sempre podem prescindir dos elementos solicitados pelo FFAP.

Cabe-me, finalmente, agradecer ao Conselho e em particularmente ao Senhor Ministro, o apoio que tem dado aos serviços da Secretaria Executiva que representam o estímulo real ao trabalho de todos, indistintamente, que nela exercem suas atividades. — Marta Luiza Viana de Barros, Secretária Executiva.

TESOURO NACIONAL

Posição em 31-12-1964

Recursos relativos a 3% da Renda Tributária da União (art. 4º, item I da Lei Delegada nº 6, de 11-10-1962)

	Cr\$	Cr\$
Restos a pagar referentes ao exercício de 1963	2.605.524.722,20	
Dotação de 1964	22.531.003.000,00	
Partida de 1964		6.033.457.500,00
Restos a pagar de 1964		1.836.403.056,00
Restos a pagar referentes ao exercício de 1963		1.500.000.000,00
Partida de 1964		1.836.403.056,00
Partida de 1964		1.836.403.056,00
Partida de 1964		1.836.403.056,00
Partida de 1964		1.836.403.056,00
Partida de 1964		1.293.175.248,00
		17.978.648.026,00
Saldo a receber da Dotação Orçamentária que passa para o exercício de 1965		7.157.961.696,20
	25.136.609.722,20	25.136.609.722,20

RESUMO DAS RECEITAS RECOLHIDAS A CONTA DO F.F.A.P. EM 1964

	Cr\$
Renda Tributária	22.531.003.000
Restos a pagar de 1963	1.500.000.000
Rendas adjudicáveis	2.360.610.561
Fundo Especial de Fomento e Defesa da Economia Algodoeira — Decreto 53.791, de 20-3-1964	639.400.000
Rendas a serem classificadas	306.806.092
Rendas de juros	90.403.268
Total	27.428.304.921

RELAÇÃO DAS RENDAS ADJUDICÁVEIS RECOLHIDAS A CONTA DO FFAP EM 1964

a) Órgãos do Ministério	
Gabinete do Ministro	16.208.180,10
Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias	65.344.746,00
Departamento de Promoção Agropecuária	1.548.088.511,10
Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária	491.467.917,70
Departamento de Recursos Naturais Renováveis	24.941.808,70
Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	1.848.318,50
Serviço de Proteção aos Índios	442.112,80
Serviço de Meteorologia	134.474,20
Serviço de Informação Agrícola	330.717,90
Subtotal	2.148.806.887,00
b) Outros órgãos	
Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	211.803.674,00
Total	2.360.610.561,00

* Já deduzidos os 5% da Reserva Regulamentar.

RELAÇÃO DOS RECURSOS CONCEDIDOS EM 1964 A CONTA DE RENDAS ADJUDICÁVEIS

Número de Projeto	Órgão — Finalidade	Valor
		Cr\$
26/63	I.P.E.A.C.S. — DPEA — Aquisição de forragem e outros alimentos para animais	25.480.191,50
107/64	Faz. Criação Soure — Estado do Pará — DPA — Suplementação de ração e sais minerais aos rebanhos explorados na Fazenda	1.146.620,00
108/64	Faz. Criação S. Carlos — SP — DPA — Aquisição de forragem para o preparo da ração apropriada à alimentação de rebanhos e construção de coxos	16.000.000,00
109/64	Faz. Criação Frios — Est. Alagoas — DPA — Diversas despesas da Fazenda ..	4.525.166,00
110/64	Faz. Criação em Bagé — RS — DPA — Ampliação dos trabalhos a cargo da Fazenda ..	4.947.475,00

Número do Projeto	Órgão — Finalidade	Valor		
114/64	S.P.S.M. — DPA — Plano de Emergência para Aquisição e Venda de Sementes aos Agricultores — Estados: MA, PI, CE, PB, RN, AL, PE, SE e BA	318.150.000,00	31 — D.F.A. — Sergipe	948.900,00
115/64	C.C.C.C.N. — Execução de seu Plano de Trabalho para 1964	156.429.527,00	32 — Universidade Rural de Pernambuco	36.300.000,00
127/64	Faz. Criação Campo Grande — MT — DPA — Dinamização das atividades da Fazenda	6.941.768,90	33 — Universidade Rural do Sul	94.888.084,00
128/64	Jardim Botânico — D.R.N.R. — Recuperação e embelezamento	1.187.000,00	34 — Escola de Agronomia da Amazônia	50.500.000,00
130/64	S.I.A. — Aquisição de material gráfico	706.898,00	35 — Escola de Agronomia do Nordeste	106.371.060,00
132/64	Sub-Estação de Lavras — MG — IPEACO — DPEA — Aquisição de rações e produtos veterinários	561.925,00	36 — Plano Nac. de Treinamento de Camponeses em Escada — PE	11.239.000,00
134/64	S.R.M.A. — D.P.A. — Transporte de arame tarpado para os Estados do RS, SC e PR	21.000.000,00	37 — Plano de Combate à Febre Aftosa	222.000.000,00
141/64	G.M. — Brasília — Aquisição de pneus e peças p/veículos	6.000.000,00	38 — Plano de Melhorias e Alimentação do Gado Leiteiro — (PLAMAM)	106.000.000,00
142/64	Est. Experimental S. São — São Paulo — IPEACS — DPEA — Execução de trabalhos experimentais com cereais e leguminosas, bem como produção de sementes básicas dos mesmos	2.401.000,00	39 — Plano Nacional de Mecanização da Agricultura	6.465.255.842,60
145/64	Fazenda Sucupira — BR — D.P.A. — Atender às despesas complementares ao desenvolvimento de sua produção	1.016.000,00	40 — Plano de Experimentação e Fomento da Cultura do Trigo no R. G. do Sul	120.000.000,00
148/64	S.R.M.A. — D.P.A. — Instalação de um abatedouro e Custeio	70.000.000,00	Subtotal	11.561.777.757,10
149/64	S.R.M.A. — D.P.A. — Financiamento de reprodutores	75.000.000,00	II — Outros Órgãos e Entidades	
115/64	C.C.C.C.N. — Execução do Plano de Trabalho	32.482.419,00	41 — C.C.C.C.N.	156.429.527,00
138/64	D.D.I.A. — S.P.C. — Curso para formação de Classificadores	16.584.000,00	42 — Unit Nations Special Fund Account	11.358.000,00
140/64	Est. Experimental de Uberaba — IPEACO — Aquisição de forragens e produtos químicos e biológicos	5.890.539,60	43 — A.B.C.A.R.	400.000.000,00
146/64	D.D.I.A. — Equip. p/laboratório do IRDSA, em Belém — PA	3.073.502,00	44 — Deleg. da SUPRA no R. G. do Norte	14.250.000,00
147/64	Est. Experimental P. Minas — IPEACO — Diversas despesas	5.747.000,00	45 — Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná	30.000.000,00
148/64	S.R.M.A. — D.P.A. — Custeio	30.000.000,00	46 — Comp. Nacional de Seguro Agrícola	3.000.000,00
149/64	S.R.M.A. — D.P.A. — Financiamento de reprodutores	75.000.000,00	47 — Escola Nacional de Florestas	32.513.600,00
Total		880.571.032,00	48 — ETA — Projeto 66/DPA	218.000.000,00
			49 — USAID/BRASIL	60.000.000,00
			50 — SUDEPE — Policlínica dos Pescadores	30.000.000,00
			51 — CIBRAZEM	2.279.116.357,70
			52 — SUDEPE	1.798.109.306,80
			Total	16.594.554.558,50

ORÇAMENTO DE CUSTEIO

	Cr\$	Cr\$
Crédito Obtido		287.759.600,00
Despesas realizadas:		
— Pessoal	72.592.763,40	
— Material de Consumo e Transformação	7.407.648,60	
— Material Permanente	11.262.450,00	
— Serviços de Terceiros	20.451.371,70	
— Encargos Diversos	27.980,00	
— Equipamentos e Instalações	4.330.380,00	116.072.593,70
Saldo		171.687.006,30

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO

PLANO DE TRABALHO PARA 1965

CONSELHO DO FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO

Aprovo, e de-se, divulgação. Ass) Hugo de Almeida Leme — 11/12/64
Excelentíssimo Senhor Ministro

ÓRGÃOS BENEFICIADOS COM RECURSOS DO F.F.A.P.

I — Ministério da Agricultura

	Cr\$
1 — Gabinete do Ministro — GB	80.380.000,00
2 — Gabinete do Ministro — BR	6.000.000,00
3 — Conselho do Fundo Federal Agropecuário	143.879.800,00
4 — Com. de Planejamento da Política Agrícola	34.255.160,00
5 — Cons. Nac. de Proteção aos Índios	2.484.566,40
6 — Secretaria Executiva das Comissões e Conselho	16.266.452,00
7 — Departamento de Administração	32.845.000,00
8 — Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias	432.619.057,50
9 — Departamento de Promoção Agropecuária	2.632.795.801,40
10 — Departamento Econômico	15.000.000,00
11 — Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária	574.679.703,00
12 — Departamento de Recursos Naturais Renováveis	56.885.000,00
13 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	177.506.600,00
14 — Serviço de Informação Agrícola	120.706.898,00
15 — Serviço de Meteorologia	7.354.000,00
16 — D.F.A. — Alagoas	7.400.000,00
17 — D.F.A. — Amazonas	5.486.000,00
18 — D.F.A. — Bahia	5.500.000,00
19 — D.F.A. — Ceará	285.600,00
20 — D.F.A. — Espírito Santo	192.291,00
21 — D.F.A. — Goiás	900.000,00
22 — D.F.A. — Maranhão	172.000,00
23 — D.F.A. — Mato Grosso	1.482.000,00
24 — D.F.A. — Paraíba	7.640.000,00
25 — D.F.A. — Pará	2.093.000,00
26 — D.F.A. — Piauí	480.000,00
27 — D.F.A. — R. G. do Norte	692.000,00
28 — D.F.A. — R. G. do Sul	1.451.194,00
29 — D.F.A. — Santa Catarina	719.500,00
30 — D.F.A. — São Paulo	19.123.241,60

O Conselho do Fundo Federal Agropecuário tem a honra de submeter à apreciação e aprovação de V. Exa. o plano de trabalho para o exercício financeiro de 1965, elaborado em observância aos dispositivos contidos no artigo 8º, alínea «d», da Lei Delegada nº 8 de 12.10.1962, conjugados com os do artigo 7º, alínea «e», do Decreto nº 1.973, de 31.12.62, que a regulamentam, e calculado nos recursos orçamentários que lhe foram consignados no Projeto da Lei de Meios da União, para vigência em igual exercício.

Para sua economia financeira, consoante o Projeto citado, dispõe o Fundo Federal Agropecuário, no exercício de 1965, dentre outros recursos, de Cr\$ 10.029.000.000 (dez bilhões e vinte e nove milhões de cruzeiros), destinados a atender a execução, pelos Departamentos e Serviços de programas de alta significação técnica, adequados a legislação dos órgãos desta Secretaria de Estado e às finalidades e formalidades constantes da que criou este Fundo.

Ao planificar a aplicação daqueles recursos, visou o Conselho proporcionar a cada Departamento e Serviço os meios necessários ao desenvolvimento de suas respectivas atuações, nas mais variadas áreas da atividade agropecuária, em íntima correlação com o Plano Diretor deste Ministério, organizado pela Comissão de Planejamento da Política Agrícola.

Após estudos que se fizeram mister, para adoção de uma política distributiva dos recursos financeiros, capaz de objetivar a solução dos grandes problemas nacionais relacionados com a economia agropecuária, em seu conceito mais amplo, trabalhos em que participaram os órgãos técnicos do FFAP, Diretores de Departamentos e Serviços, estabeleceu este Conselho o critério da proporcionalidade, com base percentual, visando ao atendimento dos setores seguintes:

Promoção Agropecuária	28%
Pesquisa e Experimentação	18%
Defesa e Inspeção Sanitárias	17%
Assistência Técnica e Educativa	13%
Economia Rural	4%
Recursos Naturais	4%
Reequipamento dos órgãos do M. A.	3%
Meteorologia Agrícola	1%
Administração do FFAP	2%
Reservas de Emergência e Técnica	10%

O plano, Senhor Ministro, será mais uma indicação orientadora para este Conselho na aplicação dos recursos antes mencionados, sem o rigor e a inflexibilidade que impeçam as modificações consideradas necessárias no decurso de sua execução. Em consequência, as bases percentuais propostas figuram, tão somente, como índices móveis que permitam alterações periódicas.

Nesta ordem de idéias, e em cumprimento aos ditames da Lei Delegada nº 8, os planos originários dos Departamentos e Serviços, inclusive os programas específicos da CIPA, vinculados às áreas setoriais selecionadas, adiante mencionadas, terão assegurada a necessária cobertura financeira pelo Fundo Federal Agropecuário e integrarão, ao mesmo tempo, o Plano Diretor do Ministério da Agricultura.

Aproveitamos o ensejo para manifestar a V. Exa. os nossos agradecimentos pela confiança e pelo prestígio com que se houve dispensar a este Conselho, e apresentamos a V. Exa. os nossos menores protestos de elevada consideração e muito apreço. — Otto Lyra Schrader, Conselheiro. — Kurt Repsold, Conselheiro. — Autamir Gonçalves de Azevedo, Conselheiro. — Maria Luíza Viana de Barros, Secretária Executiva.

ÁREAS SETORIAIS SELECIONADAS

Promoção Agropecuária

Aplicação de Fertilizantes, corretivos e defensivos
Aperfeiçoamento e desenvolvimento da produção zootécnica
Aperfeiçoamento e desenvolvimento da produção fitotécnica
Associativismo rural
Beneficiamento e industrialização dos produtos
Embalagem, transporte e armazenagem
Fomento e extensão
Formação e desenvolvimento de pastagens
Inseminação artificial
Irrigação e Drenagem
Mecanização agrícola e equipamentos
Práticas Conservacionistas
Produção de sementes, mudas e reprodutores
Revenua de Material

Pesquisa e Experimentação

Agrostologia e manejo de pastagens
Engenharia Rural, Irrigação e drenagem
Estudos sobre fertilidade e conservação do solo
Experimentação Agropecuária
Fisiopatologia da reprodução
Material básico de multiplicação
Pedologia e Levantamento dos solos
Pesquisas fitotécnicas
Pesquisas tecnológicas, microbiológicas e químicas
Pesquisas veterinárias
Pesquisas zootécnicas
Problemas de Alimentação Animal e Vegetal

Defesa e Inspeção Sanitárias

Certificação de sementes, mudas, Animais, produtos e materiais agropecuários
Combate às epizootias, enzootias e doenças carenciais
Estabilização e fabricação de séros, vacinas e outros produtos biológicos e farmacêuticos

Levantamento sanitário e meios profiláticos
Medidas de proteção sanitária
Registro e inspeção industrial e sanitária dos produtos agropecuários
Vigilância sanitária
Padronização e Classificação

Assistência Técnica e Educativa

Aparelhamento e ampliação de Bibliotecas
Assistência e proteção aos índios
Acordos internacionais de Assistência técnica
Bolsas, cursos, estágios e prêmios
Campanha de artesanato e assistência social rurais
Documentação, divulgação, informação agrícola
Ensino Técnico-profissional
Ensino Agrônomo
Ensino Veterinário
Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal

Economia Rural

Custos de produção
Estatística da produção
Levantamento e análise econômica
Previsão de Safras
Pesquisas de mercado e exportação

Recursos Naturais

Conservação do Solo e Água
Detecção da Fauna e Flora
Jardim Botânico
Parques e Hortos Florestais
Silvicultura, Florestamento e Reflorestamento
Vigilância Florestal

Reequipamento dos Órgãos do M.A.

Aquisição, construção e reformas de imóveis
Material permanente, de consumo e de transformação
Reaparelhamento e modernização dos estabelecimentos agropecuários
Recuperação de bens móveis

Meteorologia Agrícola

Treinamento especializado
Instalação e Reparelhamento da rede meteorológica

Administração do FFAP

Gratificações de Gabinete
Material e instalações
Encargos diversos

Reservas Técnica e de Emergência

Complementação ou cobertura de imprevistos e atendimento ao prescrito no artigo 60 do Regimento do FFAP.

Cálculos percentuais à base de Cr\$ 10.029.000.000

		Cr\$
Promoção Agropecuária	28%	2.808.120.000
Pesquisa e Experimentação	18%	1.805.220.000
Defesa e Inspeção Sanitárias	17%	1.704.930.000
Assistência Técnica e Educativa	13%	1.303.770.000
Economia Rural	4%	401.160.000
Recursos Naturais	4%	401.160.000
Reequipamento dos Órgãos do M.A.	3%	300.870.000
Meteorologia Agrícola	1%	100.290.000
Administração do FFAP	2%	200.580.000
Reservas de Emergência e Técnica	10%	1.002.900.000
	100%	10.029.000.000

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CONSELHO DO FUNDO FEDERAL AGROPECUARIO

SECRETARIA EXECUTIVA

Circular nº 972 — 6-9-65

Da Secretaria Executiva

Ao Sr.

Assunto: renda adjudicada

Em anexo encaminho a V. Sa., para conhecimento, quadro demonstrativo, das «rendas adjudicadas» entregues aos órgãos do Ministério, no período de 15 de junho de 1964 a 30 de junho de 1965, na forma do que dispõe o artigo 12, da Lei Delegada nº 8, de 11-10-62, de conformidade com os recolhimentos feitos à conta do F.F.A.P. os quais, após identificados e contabilizados são restituídos às repartições de origem, à vista dos planos de aplicação apresentados e submetidos à aprovação do Conselho.

Na oportunidade, renovo a V. Sa. a recomendação constante da circular nº 5, de 8-9-64, anexa, no sentido de que os órgãos que possuam recursos depositados no F.F.A.P. apresentem pedidos de reversão dos mesmos, por intermédio dos respectivos Diretores Gerais e acompanhados de planos de aplicação e da cópia das guias de recolhimento autenticadas pelo Banco do Brasil S. A.

Atenciosas saudações. — Maria Luíza Viana de Barros, Secretária Executiva.

CONSELHO DO FUNDO FEDERAL AGROPECUARIO

Secretaria Executiva

Relação dos recursos concedidos, pelo Conselho, à conta da «RENDA ADJUDICAVEL», a diversos Órgãos do Ministério da Agricultura.
A) 1964

ÓRGÃO	Projeto	Importância	Total
D.P.E.A. — IPEACS — Km. 47 — Estado do Rio	26/63	25.480.191	
D.P.E.A. — IPEACS — Est. Exp. S. Simão — São Paulo	142/64	2.401.000	
D.P.E.A. — IPEACS: Faz. Ex. de Bagé — R. G. Sul	110/64	4.947.475	
D.P.E.A. — IEACOF: Sub-Est. Lavras — M. Gerais	132/64	561.925	33.390.591
D.P.A. — Faz. Criação S. Carlos — S. Paulo	105/64	16.000.000	
D.P.A. — Faz. Criação Frios — Alagoas	109/64	4.525.166	
D.P.A. — Faz. Criação Soutre — Maranhão — Pará	107/64	1.146.620	
D.P.A. — Faz. C. Campo — Mato Grosso	127/64	6.941.768	
D.P.A. — Fazenda Súcupira — Brasília	145/64	1.016.000	
D.P.A. — S.R.M.A. — (Revenda) — GB	134/64	21.000.000	
D.P.A. — S.R.M.A. — (Revenda) — GB	148/64	70.000.000	
D.P.A. — S.R.M.A. — (Revenda) — GB	149/64	75.000.000	
D.P.A. — S.P.S.M. — (Sementes e Mudas para todo o país)	114/64	318.150.000	513.779.554

ÓRGÃO	Projeto	Importância	Total
Comis. Coord. Criação Cavalos Nacio- nal	115/64	156.429.527	156.429.527
D.R.N.R. — Jardim Botânico — Rio de Janeiro	128/64	1.187.000	1.187.000
Serviço de Informação Agrícola	130/64	706.898	706.898
Gabinete do Ministro (Brasília)	141/64	6.000.000	6.000.000
Total Adjudicado em 1964			711.493.570
B) 1965 (até 30-6)			
D.P.E.A. — IPEACS — Km 47 — Estado do Rio	26/63	24.942.224	
D.P.E.A. — IPEACO: Est. Exp. Uberaba — M. Gerais	140/64	5.890.539	
D.P.E.A. — IPEACO: Est. Exp. Uberaba — M. Gerais	32/65	7.223.390	
D.P.E.A. — IPEACO: Est. Exp. Patos — M. Gerais	147/64	5.747.000	
D.P.E.A. — IPEACO: Sub-Est. La- vras — M. Gerais	132/64	561.925	
D.P.E.A. — IPEACO: Est. Exp. Sete Lagoas — M. Gerais	54/65	582.232	
D.P.E.A. — Serv. Engenharia e Tecnologia — GB	40/65	3.000.000	
D.P.E.A. — IPEAS: Faz. Exp. de Bagé — R. G. do Sul	52/65	9.589.865	
D.P.E.A. — IPEAS — Pelotas — R. G. do Sul	55/65	6.110.000	
D.P.E.A. — IF: Subest. Ecologia C. Largo — Paraná	154/65	4.382.530	68.029.705
D.P.A. — S.P.S.M. — Para todo o país	1/65	322.160.000	
D.P.A. — S.R.M.A. — (Revenda)	148/64	30.000.000	
D.P.A. — S.R.M.A. — (Revenda)	33/65	70.000.000	
D.P.A. — S.F.P.A. — RJ	34/65	7.169.992	
D.P.A. — S.F.P.A. — MG	53/65	10.400.000	
D.P.A. — Faz. Criação Frios — Ala- goas	109/64	2.508.000	
D.P.A. — P. Suinocult. Ibirubá — RS	25/65	9.626.935	
D.P.A. — Faz. Criação S. Carlos S.P.	27/65	22.600.000	
D.P.A. — Faz. Criação Barbacena	21/65	2.187.776	
D.P.A. — F.C. Campo Grande — Mato Grosso	20/65	5.219.393	
D.P.A. — F. C. Pedro Leopoldo — Minas Gerais	38/65	3.886.000	490.758.096
Comis. Coord. Criação Cavalos Nacio- nal	115/64	64.141.253	
Comis. Coord. Criação Cavalos Nacio- nal	26/65	196.753.733	260.894.986
Escola de Agronomia do Nordeste — Araçás — PB	119/64	302.400	
Escola de Agronomia do Nordeste — Araçás — PB	30/65	1.900.000	2.202.400
Serviço de Meteorologia	4/65	118.504	118.504
D.D.I.A. — INDEA — SP	6/65	200.000	
D.D.I.A. — Serv. Padroniz. e Clas- sificação — GB	138/64	4.221.000	4.421.000
D.R.N.R. — P. N. Serra dos Órgãos — RJ	3/65	997.500	
D.R.N.R. — P.N. do Iguaçu — Pa- raná	13/65	4.180.000	5.177.500
D.A. — DM — Divisão do Material — GB	8/65	7.400.000	
D.A. — D. de Obras — GB	16/65	9.000.000	16.400.000
Serviço de Informação Agrícola — GB	22/65	373.498	373.498
Total Adjudicado até 30-6-65			848.375.689

Total das Receitas Recolhidas ao Fundo e Devolvidas aos órgãos de onde emanaram:

	Cr\$
1964	711.493.570
1965	848.375.689
Total Geral	1.559.869.259

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA CONSELHO DO FUNDO FEDERAL AGROPECUARIO

Secretaria Executiva

(Cópia)

Circular nº 5 — 8-9-64

Da Secretaria Executiva do Conselho do Fundo Federal Agropecuario
Ao:

Assunto: rendas adjudicáveis

Senhor Diretor:

Como e do conhecimento de V. Sa., determina o preceito contido no artigo 12 da Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962, que os recursos do FFAP resultantes da receita proveniente de taxas, rendas e multas serão adjudicados aos respectivos órgãos de que emanarem, para execução dos seus programas de trabalho.

Por motivo de força maior, oriundo de circunstâncias várias, não declinatô neste expediente, por improdutivo, deixou de ser aquela norma aplicada com a invariabilidade e determinação que se impunham.

Ultrapassadas, porém, as razões que deram causa àquela interrupção, e com prazer que comunico a V. Sa. o desejo do FFAP em restabelecer com esse órgão as operações vinculadas àquelas receitas, dando-lhes, inclusive, cunho prioritário.

Por oportuno, lembro, ainda, a V. Sa. — para evitar delongas na apreciação de pedido para utilização dos recursos, antes mencionados, pelos órgãos de instrução deste Fundo — a conveniência de mandar constar de cada solicitação dirigida ao CFFA, os elementos seguintes:

a) plano de aplicação;

b) cópia respectiva da guia de recolhimento, autenticada pelo Banco do Brasil S.A.;

c) despacho de encaminhamento do pedido ao CFFA pela autoridade a qual está subordinado o órgão solicitante.

Finalmente, solicito a V. Sa. que a presente comunicação seja transmitida aos órgãos subordinados a essa Direção, localizados no interior do País, a fim de que, quanto antes, possam ser reencetadas aquelas relações financeiras.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Sa. as minhas cordiais saudações.
— Maria Luiza Viana de Barros, Secretária Executiva.

Brasília, 13 de outubro de 1965

Exmo. Sr. Senador-Sigefredo Pacheco — DD. Presidente da Comissão Especial criada para proceder ao estudo e a Coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuarios nacionais.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. um espelho da distribuição dos recursos do Fundo Federal Agropecuario, no período de 1º de janeiro a 10 de setembro do corrente ano, por unidade da Federação e ao órgão central deste Ministério na Guanabara, relativas às atividades realizadas pelo Ministério da Agricultura.

Valho-me do ensejo para reiterar a V. Exa. as expressões do meu elevado apreço e distinta consideração. — Hugo de Almeida Leme, Presidente do Fundo Federal Agropecuario.

Sra. Secretária Executiva:

Apraz-me passar às mãos de V. Sa. o trabalho anexo, espelho da distribuição dos recursos do FFAP, no período de 1º de janeiro a 10 de setembro do exercício vigente, cujo levantamento por Unidades da Federação e em função das áreas setoriais nele discriminados, poderá servir de subsídio à próxima Exposição que S. Exa. o Exmo. Sr. Ministro desta Pasta levará a efeito perante Comissão Parlamentar, acerca das atividades desenvolvidas por esse Ministério.

A análise do presente trabalho possibilita uma série de apreciações, estudos e conclusões de parte dos interessados pelos problemas agropecuarios do País, entre as quais esta Assessoria destaca as seguintes:

Áreas Setoriais	Cr\$
Promoção Agropecuária	2.391.295.331
Defesa e Inspeção Sanitárias	756.283.241
Pesquisa e Experimentação	765.857.712
Ensino	941.868.814
Economia Rural	113.283.300
Recursos Naturais	15.177.500
Meteorologia	31.619.493
Informação Agrícola	56.373.498
Outras Atividades	332.298.124
Total	5.404.057.013

Unidades Beneficiadas

Órgãos do M.A. na Sede	1.765.996.906
São Paulo	686.208.165
Minas Gerais	608.921.595
Rio Grande do Sul	380.181.816
Pernambuco	341.080.846
Paraná	256.549.383
Pará	224.439.392
Ceará	224.013.846
Rio de Janeiro	202.822.823
Santa Catarina	117.830.000

Paraíba	75.045.376
Goiás	61.973.923
Bahia	60.098.246
Brasília	58.251.200
Rio Grande do Norte	51.663.923
Alagoas	49.578.000
Sergipe	39.774.000
Amazonas	35.083.923
Mato Grosso	30.040.393
Piauí	22.123.923
Maranhão	18.247.846
Território do Amapá	2.900.000
Acre	1.900.000

Total 5.404.057.013

Rendas Adjudicadas

Promoção Agropecuária	1.124.225.089
Defesa e Inspeção Sanitárias	205.988.209
Pesquisa e Experimentação	102.539.782
Ensino	4.773.898
Recursos Naturais	5.177.500
Meteorologia	327.493
Informação Agrícola	373.498
Outras Atividades	19.237.000

Total 1.462.642.469

Além das análises apresentadas, muitas poderão ser realizadas em função de diferentes outros aspectos que as circunstâncias exigirem, só aqui não demonstradas em virtude do pouco tempo e da carência de pessoal disponíveis para a consecução do presente trabalho.

Assessoria Financeira, 11.10.1965, — Alvaro Fasciotti Macedo, Chefe.

CONSELHO DO FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO SECRETARIA EXECUTIVA

ASSESSORIA FINANCEIRA

Recursos liberados para os órgãos do M. A. na Sede
(De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965)

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	486.835.993	270.267.514	757.103.507
Defesa e Inspeção Sanitárias ..	24.344.984	295.399.354	319.744.338
Pesquisa e Experimentação ..	—	190.304.646	190.304.646
Ensino ..	—	42.470.000	42.470.000
Economia Rural ..	—	77.283.300	77.283.300
Meteorologia ..	327.493	31.292.000	31.619.493
Informação Agrícola ..	373.498	56.000.000	56.373.498
Outras Atividades ..	19.237.000	271.061.124	290.298.124
Total	531.118.968	1.234.877.938	1.765.996.906

Recursos liberados para o Estado de São Paulo
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	341.760.000	200.885.172	542.645.172
Defesa e Inspeção Sanitárias ..	7.537.535	39.500.000	47.037.535
Pesquisa e Experimentação ..	569.458	49.956.000	50.525.458
Ensino ..	—	42.000.000	42.000.000
Outras Atividades ..	—	4.000.000	4.000.000
Total	349.866.993	336.341.172	686.208.165

Recursos liberados para o Estado de Minas Gerais

De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1955

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	123.866.776	162.400.000	286.266.776
Defesa e Inspeção Sanitárias ..	28.280.304	19.150.000	47.430.304
Pesquisa e Experimentação ..	32.351.161	88.035.354	120.386.515
Ensino ..	—	150.838.000	150.838.000
Outras Atividades ..	—	4.000.000	4.000.000
Total	184.498.241	424.423.354	608.921.585

Recursos liberados para o Estado do Rio Grande do Sul
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	41.626.935	42.476.566	84.103.501
Defesa e Inspeção Sanitárias ..	4.637.534	60.000.000	64.637.534
Pesquisa e Experimentação ..	15.699.865	82.569.000	98.268.865
Ensino ..	—	129.131.916	129.131.916
Outras Atividades ..	—	1.000.000	1.000.000
Total	64.964.334	315.177.482	380.141.816

Recursos liberados para o Estado de Pernambuco
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	55.500.000	33.900.000	89.400.000
Defesa e Inspeção Sanitárias ..	15.047.846	25.000.000	40.047.846
Pesquisa e Experimentação ..	—	116.830.000	116.830.000
Ensino ..	—	76.363.000	76.363.000
Economia Rural ..	—	14.400.000	14.400.000
Outras Atividades ..	—	4.000.000	4.000.000
Total	70.547.846	270.493.000	341.040.846

Recursos liberados para o Estado do Paraná
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	12.738.000	151.434.000	164.172.000
Defesa e Inspeção Sanitárias ..	23.384.853	—	23.384.853
Pesquisa e Experimentação ..	—	32.212.530	32.212.530
Ensino ..	—	10.000.000	10.000.000
Economia Rural ..	—	21.600.000	21.600.000
Recursos Naturais ..	4.180.000	—	4.180.000
Outras Atividades ..	—	1.000.000	1.000.000
Total	40.302.853	216.246.530	256.549.383

Recursos liberados para o Estado do Pará
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	15.000.000	121.580.000	136.580.000
Defesa e Inspeção Sanitária ..	5.621.000	9.073.502	14.694.502
Pesquisa e Experimentação ..	6.990.890	20.504.000	27.494.890
Ensino ..	—	41.670.000	41.670.000
Outras Atividades ..	—	4.000.000	4.000.000
Total	27.611.890	196.827.502	224.439.392

Recursos liberados para o Estado do Ceará
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	10.000.000	167.000.000	177.000.000
Defesa e Inspeção Sanitária ..	15.047.846	8.246.000	23.293.846
Ensino ..	—	22.720.000	22.720.000
Outras Atividades ..	—	1.000.000	1.000.000
Total	25.047.846	198.966.000	224.013.846

Recursos liberados para o Estado do Rio de Janeiro
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	7.169.992	11.337.000	18.506.992
Defesa e Inspeção Sanitária ..	8.473.923	31.000.000	39.473.923
Pesquisa e Experimentação ..	45.928.408	56.986.000	103.914.408
Ensino ..	—	35.930.000	35.930.000
Recursos Naturais ..	997.500	—	997.500
Outras Atividades ..	—	4.000.000	4.000.000
Total	63.569.823	139.253.000	202.822.823

Recursos liberados para o Estado de Santa Catarina
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	—	53.100.000	53.100.000
Defesa e Inspeção Sanitária ..	1.200.000	9.400.000	10.600.000
Ensino ..	—	53.130.000	53.130.000
Outras Atividades ..	—	1.000.000	1.000.000
Total	1.200.000	116.630.000	117.830.000

Recursos liberados para o Estado do Espírito Santo
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	—	2.480.000	2.480.000
Defesa e Inspeção Sanitária ..	1.200.000	10.000.000	11.200.000
Ensino ..	2.571.498	72.260.000	74.831.498
Outras Atividades ..	—	1.000.000	1.000.000
Total	3.771.498	85.740.000	89.511.498

Recursos liberados para o Estado da Paraíba
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	—	3.100.000	3.100.000
Defesa e Inspeção Sanitária ..	1.200.000	6.602.176	7.802.176
Ensino ..	2.202.400	60.940.800	63.143.200
Outras Atividades ..	—	1.000.000	1.000.000
Total	3.402.400	71.642.976	75.045.376

Recursos liberados para o Estado de Goiás
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	15.000.000	14.550.000	29.550.000
Defesa e Inspeção Sanitária ..	8.473.923	9.880.000	18.353.923
Ensino ..	—	10.070.000	10.070.000
Outras Atividades ..	—	4.000.000	4.000.000
Total	23.473.923	38.500.000	61.973.923

Recursos liberados para o Estado da Bahia
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	—	8.130.000	8.130.000
Defesa e Inspeção Sanitária ..	15.047.846	10.000.000	25.047.846
Pesquisa e Experimentação ..	—	25.920.400	25.920.400
Outras Atividades ..	—	1.000.000	1.000.000
Total	15.047.846	45.050.400	60.098.246

Recursos liberados para Brasília
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	—	7.500.000	7.500.000
Ensino	—	37.751.200	37.751.200
Recursos Naturais	—	10.000.000	10.000.000
Outras Atividades	—	3.000.000	3.000.000
Total	—	58.251.200	58.251.200

Recursos liberados para o Estado do Rio Grande do Norte
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	—	3.980.000	3.980.000
Defesa e Inspeção Sanitá- rias	8.473.923	—	8.473.923
Ensino	—	38.210.000	38.210.000
Outras Atividades	—	1.000.000	1.000.000
Total	8.473.923	43.190.000	51.663.923

Recursos liberados para o Estado de Alagoas
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	2.508.000	—	2.508.000
Defesa e Inspeção Sanitá- rias	1.200.000	2.820.000	4.020.000
Ensino	—	42.050.000	42.050.000
Outras Atividades	—	1.000.000	1.000.000
Total	3.708.000	45.870.000	49.578.000

Recursos liberados para o Estado de Sergipe
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	—	2.800.000	2.800.000
Defesa e Inspeção Sanitá- rias	1.200.000	6.224.000	7.424.000
Ensino	—	28.550.000	28.550.000
Outras Atividades	—	1.000.000	1.000.000
Total	1.200.000	38.574.000	39.774.000

Recursos liberados para o Estado do Amazonas
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	2.000.000	1.490.000	3.490.000
Defesa e Inspeção Sanitá- rias	6.573.923	8.000.000	14.573.923
Ensino	—	16.020.000	16.020.000
Outras Atividades	—	1.000.000	1.000.000
Total	8.573.923	26.510.000	35.083.923

Recursos liberados para o Estado de Mato Grosso

De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DESTINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	5.219.393	2.480.000	7.699.393
Defesa e Inspeção Sanitá- rias	5.521.000	—	5.521.000
Ensino	—	15.820.000	15.820.000
Outras Atividades	—	1.000.000	1.000.000
Total	10.740.393	19.300.000	30.040.393

Recursos liberados para o Estado do Piauí
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DISCRIMINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	—	1.480.000	1.480.000
Defesa e Inspeção Sanitá- rias	8.473.923	—	8.473.923
Ensino	—	11.170.000	11.170.000
Outras Atividades	—	1.000.000	1.000.000
Total	8.473.923	13.650.000	22.123.923

Recursos liberados para o Estado do Maranhão
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

DISCRIMINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	—	2.200.000	2.200.000
Defesa e Inspeção Sanitá- rias	15.047.846	—	15.047.846
Outras Atividades	—	1.000.000	1.000.000
Total	15.047.846	3.200.000	18.247.846

Recursos liberados para o Estado do Acre e Território do Amapá
De 1º de janeiro a 10 de setembro de 1965

ACRE

DISCRIMINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	1.000.000	900.000	1.900.000
Total	1.000.000	900.000	1.900.000

TERRITÓRIO DO AMAPÁ

DISCRIMINAÇÃO	Renda adjudicável	Outros recursos	Total
Promoção Agropecuária ..	1.000.000	900.000	1.900.000
Outras Atividades	—	1.000.000	1.000.000
Total	1.000.000	1.900.000	2.900.000

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Adalberto Sena
 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondin
 3º Suplente — Vasconcellos Torres
 4º Suplente — Raul Gluberti

AGRICULTURA

Presidente: Senador José Ermirio
 Vice-Presidente: Senador Eugênio Barrios

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 José Ermirio
 Nelson Maculan
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Dilton Costa

SUPLENTE

1. José Leite
 2. Atílio Fontana
 3. Dix-Huit Rosado
 4.
 5. Daniel Krieger
 6. João Agripino
 7. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Senador Afonso Arinos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

TITULARES

Jefferson de Aguiar
 Antônio Balbino
 Wilson Gonçalves
 Ruy Carneiro
 Edmundo Levi
 Bezerra Neto
 Arthur Virgílio
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
 2. José Feliciano
 3. Filinto Müller
 4. Benedito Valladares
 5. Argemiro Figueiredo
 6. Melo Braga
 7. Oscar Passos
 8. Daniel Krieger
 9. Eurico Rezende
 10. João Agripino
 11. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Senador Aurélio Vianna
 Vice-Presidente: Senador Pedro Ludovico

TITULARES

Pedro Ludovico
 Walfrido Gurgel
 Arthur Virgílio
 Melo Braga
 Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Aurélio Vianna

COMISSÕES PERMANENTES**SUPLENTE**

1. José Feliciano
 2. Benedito Valladares
 3. Bezerra Neto
 4.
 5. Zacarias de Assunção
 6. Lopes da Costa
 7. Lino de Mattos
 Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Senador Atílio Fontana
 Vice-Presidente: Senador José Ermirio

TITULARES

Atílio Fontana
 José Feliciano
 José Leite
 José Ermirio
 Nelson Maculan
 Adolpho Franco
 Lopes da Costa
 Irineu Bornhausen
 Miguel Couto

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Sebastião Archer
 4. Bezerra Neto
 5. Melo Braga
 6. Zacarias de Assunção
 7. José Cândido
 8. Mem de Sá
 9. Aurélio Vianna
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16:30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Senador Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

TITULARES

Menezes Pimentel
 Walfrido Gurgel
 Arthur Virgílio
 Padre Calazans
 Mem de Sá
 Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Benedito Valladares
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Edmundo Levi
 4. Melo Braga
 5. Afonso Arinos
 6.
 7. Josaphat Marinho
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15:30 horas

FINANÇAS

Presidente: Senador Argemiro Figueiredo
 Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Walfrido Gurgel
 Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Pessoa de Queiroz

.....
 Irineu Bornhausen
 Eurico Rezende
 Mem de Sá
 Aurélio Vianna
 Lino de Mattos

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
 2. José Guionard
 4. Nelson Maculan
 3. Eugênio Barros
 4. Menezes Pimentel
 5. Pedro Ludovico
 6. José Ermirio
 7. Edmundo Levi
 8. Melo Braga
 9. Oscar Passos
 10. João Agripino
 11. Adolpho Franco
 12. Daniel Krieger
 13.
 14. Josaphat Marinho
 15. Miguel Couto
 Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Senador José Feliciano
 Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

TITULARES

José Feliciano
 Atílio Fontana
 Nelson Maculan
 Barros Carvalho
 Adolpho Franco
 Irineu Bornhausen
 Dilton Costa

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
 2. Sebastião Archer
 3. Vivaldo Lima
 4. Oscar Passos
 5. Lopes da Costa
 6. Eurico Rezende
 7. Aarão Steinbruch
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16:30 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Vivaldo Lima
 Vice-Presidente: Senador Walfrido Gurgel

TITULARES

Ruy Carneiro
 Walfrido Gurgel
 Atílio Fontana
 Eugênio Barros
 Vivaldo Lima
 Edmundo Levi
 Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. José Guionard
 2. Sigefredo Pacheco
 3. José Leite
 4. Lobão da Silveira
 5.
 6. Pessoa de Queiroz
 7. Lopes da Costa
 8. Zacarias de Assunção
 9. Dilton Costa
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho
 Vice-Presidente: José Ermirio

TITULARES

Benedito Valladares
 Jefferson de Aguiar
 José Ermirio
 Argemiro Figueiredo
 João Agripino
 Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
 2. Filinto Müller
 3.
 5. José Cândido
 6. Afonso Arinos
 7. Arnon de Mello
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 14:30 horas.

POLIGONO DAS SECAS

Presidente: Ruy Carneiro
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

TITULARES

Ruy Carneiro
 Sebastião Archer
 Argemiro Figueiredo
 Dix-Huit Rosado
 João Agripino
 Heribaldo Vieira
 Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
 2. José Leite
 3. José Ermirio
 4.
 5. Lopes da Costa
 6. Antônio Carlos
 7. Dilton Costa
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

TITULARES

Wilson Gonçalves
 José Guionard
 Jefferson de Aguiar
 José Ermirio
 Bezerra Neto
 João Agripino
 Antônio Carlos
 Lino de Mattos
 Mem de Sá

SUPLENTE

1. Walfrido Gurgel
 2. José Feliciano
 3. Ruy Carneiro
 4. Melo Braga
 5. Edmundo Levi
 6. Daniel Krieger
 7. Adolpho Franco
 8. Aurélio Vianna
 9.
 Secretário: José Soares
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

TITULARES

Walfrido Gurgel
 Sebastião Archer
 Dix-Huit Rosado
 Antônio Carlos
 Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
 2. José Feliciano
 3. Edmundo Levi
 4. Eurico Rezende
 5. Dilton Costa
 Secretária: Sarah Abrahão
 Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz.

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guimard
Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos
Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves.
4. José Leite
5. Nelson Maculan
6.
7. Mello Braga
8. Padre Calazans
9. João Agripino
10. Mem de Sá
11. Arnon de Mello
Secretário: J. B. Castefon Branco
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: José Cândido.

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico
Dix-Huit Rosado
José Cândido
Miguel Couto

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros
3.
4. Lopes da Costa
5. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
Vice-Presidente: Oscar Passos.

TITULARES

José Guimard
Victorino Freire
Oscar Passos
Silvestre Péricles

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana
3. Dix-Huit Rosado
4. José Ermirio
5. Adolpho Franco
6. Eurico Rezende
7. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans
Vice-Presidente: Victorino Freire.

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Victorino Freire
Mello Braga
Silvestre Péricles
Padre Calazans
Aloysio de Carvalho
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. José Leite
2. Filinto Müller
3.
4. Dix-Huit Rosado

5. Antônio Carlos
6. Mem de Sá
7. Miguel Couto
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-Feiras, às 16 horas.

**TRANSPORTES
COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

Presidente: Lopes da Costa
Vice-Presidente: Mello Braga.

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite
Mello Braga
Lopes da Costa
Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guimard
3. Bezerra Neto
4. Irineu Bornhausen
5. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.